

# Avaliação Ambiental Estratégica PDM Vila Franca de Xira

## Relatório Ambiental

Elaborado em Junho de 2008  
Revisto em Maio de 2009





## **Ficha técnica**

### *Coordenação*

Maria do Rosário Partidário

### *Equipa técnica*

Gustavo Vicente

Rita Bruno Soares

## Lista de acrónimos

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AC	Administração Central
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
ACRRU	Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbana
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APREN	Associação Portuguesa de Energias Renováveis
ARH	Administração da Região Hidrográfica
AUGI	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CESUR	Centro de Sistemas Urbanos e Regionais
CREL	Circular Regional Exterior de Lisboa
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia
DGOTDU	Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
EN	Estrada Nacional
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
EEU	Estrutura Ecológica Urbana
FCD	Factores Críticos para a Decisão
GEE	Gases com Efeito de Estufa
ICNB	Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
I&D	Investigação & Desenvolvimento
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
INAG	Instituto Nacional da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCC	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
ONGA	Organização Não-Governamental do Ambiente
OT	Ordenamento do Território
PDM	Plano Director Municipal
PENDR	Plano Estratégico Nacional do Desenvolvimento Rural
PERSU	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PNA	Plano Nacional da Água
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNACE	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego
PNAEE	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PO	Programa Operacional
PO-RNET	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo
PROF-AML	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa
PROTAML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
QA	Questões Ambientais
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TC	Transporte Colectivo
TER	Turismo em Espaço Rural
TI	Transporte Individual
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TN	Turismo de Natureza
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
VMA	Valor Máximo Admissível
ZEP	Zona Especial de Protecção [Património]
ZPE	Zona de Protecção Especial

## Índice temático

<b>1. Introdução</b>	6
<b>2. Objectivo e metodologia da AAE</b>	7
<b>3. Objecto de avaliação – estratégias do PDM</b>	9
<b>4. Factores Críticos para a Decisão</b>	11
4.1 Elementos de base estratégica (QE, QA, QRE)	12
<b>4.1.1 Questões Estratégicas (QE)</b>	12
<b>4.1.2 Questões Ambientais (QA)</b>	12
<b>4.1.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)</b>	13
4.2 Critérios de avaliação e indicadores	15
<b>5. Análise de compatibilidades e conflitos</b>	18
5.1 Matriz de compatibilidades e conflitos	18
<b>6. Avaliação estratégica por FCD</b>	20
6.1 FCD#1: Estruturação e requalificação urbana	21
<b>6.1.1 Análise tendencial</b>	21
<b>6.1.2 Análise SWOT</b>	31
<b>6.1.3 Oportunidades e riscos</b>	31
<b>6.1.4 Directrizes para seguimento</b>	35
<b>6.1.5 Quadro de governança para a acção</b>	37
6.2 FCD#2: Valorização ambiental e cultural	37
<b>6.2.1 Análise tendencial</b>	37
<b>6.2.2 Análise SWOT</b>	45
<b>6.2.3 Oportunidades e riscos</b>	46
<b>6.2.4 Directrizes para seguimento</b>	49
<b>6.2.5 Quadro de governança para a acção</b>	50
6.3 FCD#3: Ruralidade	51
<b>6.3.1 Análise tendencial</b>	51
<b>6.3.2 Análise SWOT</b>	56
<b>6.3.3 Oportunidades e riscos</b>	56
<b>6.3.4 Directrizes para seguimento</b>	59
<b>6.3.5 Quadro de governança para a acção</b>	60
6.4 FCD#4: Emprego e qualificação humana	61
<b>6.4.1 Análise tendencial</b>	61
<b>6.4.2 Análise SWOT</b>	64
<b>6.4.3 Oportunidades e riscos</b>	64
<b>6.4.4 Directrizes para seguimento</b>	66
<b>6.4.5 Quadro de governança para a acção</b>	66
6.5 FCD#2: Ligação/interface com o Rio	67
<b>6.5.1 Análise tendencial</b>	67
<b>6.5.2 Análise SWOT</b>	71
<b>6.5.3 Oportunidades e riscos</b>	71
<b>6.5.4 Directrizes para seguimento</b>	74
<b>6.5.5 Quadro de governança para a acção</b>	75

6.6 FCD#2: Energia e alterações climáticas	76
<b>6.6.1 Análise tendencial</b>	76
<b>6.6.2 Análise SWOT</b>	80
<b>6.6.3 Oportunidades e riscos</b>	81
<b>6.6.4 Directrizes para seguimento</b>	84
<b>6.6.5 Quadro de governança para a acção</b>	84
6.7 Síntese da avaliação estratégica	85
<b>6.7.1 Análise SWOT – situação tendencial</b>	85
<b>6.7.2 Oportunidades e riscos – questões críticas</b>	91
<b>6.7.3 Directrizes para seguimento</b>	93
<b>6.7.4 Quadro de governança para a acção</b>	96
<b>7. Conclusões</b>	98

## Índice de figuras

Figura 1 – Matriz de compatibilidades e conflitos entre objectivos estratégicos do PDM de Vila Franca de Xira	18
Figura 2 – Variação da população residente em lugares censitários por escalão de dimensão populacional 1991 / 2001	21
Figura 3 - Variação da densidade populacional em Vila Franca de Xira	22
Figura 4 – Áreas Urbanas e Industriais existentes	23
Figura 5 - Densidade populacional no concelho de Vila Franca de Xira em 2001 por Lugar	24
Figura 6 – Sobrelotação habitacional em percentagem do total de famílias, por freguesia (2001)	26
Figura 7 - Repartição Modal nos movimentos pendulares dos residentes de Vila Franca de Xira 1991 – 2001	27
Figura 8 – Edifícios por estado de conservação, 2001	29
Figura 9 – Número de incêndios florestais entre 200 e 2006	38
Figura 10 – Superfície ardida média em hectares	38
Figura 11 – RAN em vigor	39
Figura 12 – REN em vigor e Rede Ecológica Metropolitana prevista no PROTAML	40
Figura 13 – Qualidade da água no sub-sistema dos aluviões do Tejo	41
Figura 14 – Percentagem de população por nível de escolaridade	62
Figura 15 – Variação da qualidade da água na estação de Valada segundo a classificação do INAG para cursos de água (usos múltiplos)	69
Figura 16 – Repartição modal nos movimentos pendulares dos residentes de Vila Franca de Xira	79
Figura 17 – Repartição modal nos movimentos pendulares dos residentes de AML	79

## Índice de quadros

Quadro 1 – Descrição dos FCD	11
Quadro 2 – Questões Ambientais (QA) relevantes por FCD	13
Quadro 3 – Relevância do QRE por FCD	14
Quadro 4 – Indicadores por FCD	15
Quadro 5 - Subcategorias de espaço em Solo Urbano	22
Quadro 6 - Percentagem de população servidas por ETAR em funcionamento e Taxa de tratamento de águas residuais	25
Quadro 7 – Total de camas por 1000 habitantes 2004/2006	27
Quadro 8 - Taxa média de ocupação de veículos, por serviço	28
Quadro 9 - Reconstruções concluídas por 1000 construções novas concluídas	29
Quadro 10 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD <i>Estruturação e requalificação urbana</i>	31
Quadro 11 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD <i>Estruturação e requalificação urbana</i>	32
Quadro 12 – Directrizes para seguimento para o FCD <i>Estruturação e requalificação urbana</i>	36
Quadro 13 – Quadro de governança para a acção para o FCD <i>Estruturação e requalificação urbana</i>	37
Quadro 14 – Percentagem de análises em violação das normas da qualidade da água	41
Quadro 15 - Quantidade de RSU em % do total Produzido	42
Quadro 16 – Principais fontes de poluição de Vila Franca de Xira	43
Quadro 17 - Despesa Total em Actividades Culturais por Habitante (€/hab)	44
Quadro 18 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD <i>Valorização ambiental e cultural</i>	46
Quadro 19 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD <i>Valorização ambiental e cultural</i>	47
Quadro 20 – Directrizes para seguimento para o FCD <i>Valorização ambiental e cultural</i>	50
Quadro 21 – Quadro de governança para a acção para o FCD <i>Valorização ambiental e cultural</i>	51
Quadro 22 – Freguesias predominantemente rurais	52
Quadro 23 – Índices de dependência e variação populacional nas freguesias rurais	54
Quadro 24 - Carências Habitacionais em Cachoeiras e Calhandriz 2001	54
Quadro 25 – Taxa de motorização das famílias rurais	55
Quadro 26 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD <i>Ruralidade</i>	56
Quadro 27 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD <i>Ruralidade</i>	57
Quadro 28 – Directrizes para seguimento para o FCD <i>Ruralidade</i>	60
Quadro 29 – Quadro de governança para a acção para o FCD <i>Ruralidade</i>	61
Quadro 30 – Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino	62
Quadro 31 - Proporção de emprego total em actividades TIC (%)	63
Quadro 32 - Taxas de Constituição e Dissolução de Empresas	63
Quadro 33 - Taxa de Desemprego (%)	63
Quadro 34 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD <i>Emprego e qualificação humana</i>	64
Quadro 35 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD <i>Emprego e qualificação humana</i>	65
Quadro 36 – Directrizes para seguimento para o FCD <i>Emprego e qualificação humana</i>	66
Quadro 37 – Quadro de governança para a acção para o FCD <i>Emprego e qualificação humana</i>	67
Quadro 38 – Passagens de nível de acesso ao Rio	70
Quadro 39 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD <i>Ligação/interface com o Rio</i>	71
Quadro 40 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD <i>Ligação/interface com o Rio</i>	72
Quadro 41 – Directrizes para seguimento para o FCD <i>Ligação/interface com o Rio</i>	75
Quadro 42 – Quadro de governança para a acção para o FCD <i>Ligação/interface com o Rio</i>	76
Quadro 43 - Variação do Consumo de energia eléctrica por consumidor (%) 2003 - 2005	77
Quadro 44 - Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (x 1000 kWh / hab)	77
Quadro 45 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD <i>Energia e alterações climáticas</i>	81
Quadro 46 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD <i>Energia e Alterações climáticas</i>	82
Quadro 47 – Directrizes para seguimento para o FCD <i>Energia e alterações climáticas</i>	84
Quadro 48 – Quadro de governança para a acção para o FCD <i>Energia e alterações climáticas</i>	85
Quadro 49 - Análise SWOT da situação tendencial	86
Quadro 50 – Directrizes para seguimento - síntese	94
Quadro 51 – Quadro de governança para a acção - síntese	96

## 1. Introdução

O presente documento constitui o Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Director Municipal (PDM) de Vila Franca de Xira, dando cumprimento ao estipulado no artigo 6º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho.

O PDM encontra-se sujeito a um processo de AAE de acordo com o Decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro, e subsidiariamente com o Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho anteriormente mencionado. Este enquadramento legal define como responsável pela AAE o proponente do plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AAE, determinação do âmbito e alcance da AAE, consulta de entidades sobre o âmbito e alcance da AAE, preparação do Relatório Ambiental e respectivas consultas públicas e institucionais, e apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A identificação dos Factores Críticos para a Decisão (FCD) foi objecto de um primeiro relatório apresentado a 26 de Fevereiro de 2008<sup>1</sup>, estabelecendo a estrutura fundamental da AAE do PDM de Vila Franca de Xira<sup>2</sup> que se encontra desenvolvida no presente Relatório Ambiental. Os resultados da AAE apresentados neste Relatório Ambiental incorporam os contributos efectuados pelas entidades consultadas sobre o Relatório dos FCD.

Pretende-se que os resultados da AAE que agora se apresentam constituam um contributo para a integração de preocupações ambientais e de sustentabilidade na versão final do PDM de Vila Franca de Xira, e na discussão das opções e impactes territoriais que lhe estão subjacentes. A AAE tem sobretudo o papel de facilitador deste processo através do alerta para situações de risco e de situações de oportunidade ambiental e de sustentabilidade.

Este Relatório Ambiental destina-se a consulta pública, nos termos do artigo 77º do Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro, e do artigo 7º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho. Após os resultados da consulta pública, os quais podem levar à introdução de alterações na Proposta de PDM, será elaborada a versão definitiva do PDM de Vila Franca de Xira para apresentação nos termos legais à Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

---

<sup>1</sup> Tendo sido objecto de consulta às entidades que, "em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano", conforme estipulado no artigo 3º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho.

<sup>2</sup> Conforme sintetizada no capítulo 4.

## 2. Objectivo e metodologia da AAE

O objectivo da presente AAE consiste em incorporar valores ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão associado à elaboração do PDM de Vila Franca de Xira contribuindo, assim, para a “adopção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano”<sup>3</sup>. A metodologia desenvolvida assegura também o cumprimento do estipulado no Decreto-Lei nº 232/07 de 15 de Junho.

No seguimento deste objectivo a presente AAE utiliza uma abordagem estratégica<sup>4</sup> e possui três funções fundamentais:

- Integração com o processo de planeamento;
- Avaliação de impactes de natureza estratégica;
- Validação da avaliação e da qualidade do plano.

Esta abordagem estratégica pressupõe que a AAE seja complementar à concepção do PDM, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do plano, tendo em conta as estratégias preconizadas, bem como os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público que conferem a função de validação da qualidade do plano.

Neste contexto, a presente AAE desenvolve-se em 5 etapas fundamentais:

1. Identificação e análise de FCD;
2. Avaliação de impactes de natureza estratégica e proposta de seguimento;
3. Preparação do Relatório Ambiental;
4. Preparação da Declaração Ambiental após aprovação do Plano;
5. Seguimento para acompanhamento da implementação do PDM.

Os FCD reflectem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos factores fundamentais a serem considerados no processo de decisão, na concepção das opções estratégicas do plano e das acções que as implementam. A identificação dos FCD resulta da análise integrada de um conjunto diverso de elementos:

---

<sup>3</sup> Decreto-Lei nº 232/07 de 15 de Junho.

<sup>4</sup> Metodologia de AAE de base estratégica baseada em Partidário, MR, 2007, Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

- Quadro de Referência Estratégico (QRE), que estabelece o enquadramento com outros planos e programas com os quais o PDM estabelece relações, bem como documentos supra-municipais de política ambiental;
- Questões Estratégicas do PDM (QE), que configuram a conjuntura estratégica e linhas de força às quais o PDM tem que dar resposta;
- Questões Ambientais (QA), nomeadamente as que são legalmente definidas no Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho.

A avaliação de impactes de natureza estratégica resulta da análise, por FCD, das oportunidades e riscos potenciais das estratégias preconizadas no PDM, tendo em conta as seguintes etapas metodológicas:

1. Explicitação das estratégias do PDM e identificação da sua materialização na proposta de ordenamento;
2. Análise das tendências actuais de desenvolvimento do concelho de Vila Franca de Xira;
3. Identificação de conflitos e sinergias potenciais entre as estratégias do PDM (matriz de compatibilidades e conflitos);
4. Interpretação de oportunidades e riscos (matriz de avaliação) das estratégias do PDM e respectiva descrição.

A avaliação de impactes de natureza estratégica culmina na elaboração de directrizes e recomendações para o processo de planeamento, que constituem medidas de monitorização e seguimento do PDM.

A concluir este processo de avaliação prévia da Proposta de PDM, e na sequência da consulta do público, será preparada uma Declaração Ambiental, dando cumprimento aos requisitos legais nesta matéria.

A AAE deverá prosseguir no acompanhamento da implementação do PDM, assegurando a fase de seguimento que fica planeada neste Relatório Ambiental.

### 3. Objecto de avaliação – estratégias do PDM

O objecto de avaliação da presente AAE consiste no conjunto de estratégias definidas implicitamente no PDM, que constituem as linhas de força fundamentais para o desenvolvimento de Vila Franca de Xira, tais como apresentadas de seguida:

- Reestruturar e controlar a expansão urbanística e industrial;
- Aumentar e desenvolver as valências turísticas;
- Salvar os valores naturais e patrimoniais sensíveis;
- Melhorar a mobilidade e a acessibilidade.

Este conjunto de estratégias tem uma expressão concreta no PDM através do estabelecimento de objectivos de desenvolvimento territorial. Esses objectivos estratégicos podem ser sintetizados a partir da agregação entre as Linhas Mestras de Ordenamento definidas no Plano<sup>5</sup> e as propostas sectoriais e de ordenamento correspondentes, tais como apresentados de seguida:

1. Ajustar as áreas urbanizadas e programar as urbanizáveis em função da ocupação efectiva ou comprometimento legal de ocupação, das necessidades infraestruturais, e das áreas de risco à edificação;
2. Libertar a frente ribeirinha do excesso de áreas urbanizáveis constantes no PDM em vigor, através da implementação de alternativas no interior do concelho;
3. Criar uma estrutura ecológica urbana e municipal de forma coerente, adoptando as orientações do PROTAML;
4. Dinamizar a actividade turística criando áreas a urbanizar para turismo, e implementar um quadro normativo que viabilize o desenvolvimento deste sector;
5. Limitar os espaços industriais de maior impacto aos existentes que constituem mais valias económicas para o concelho, não criando novos espaços dessa natureza, e reconvertendo os espaços industriais obsoletos;
6. Criar vastas áreas multiusos estrategicamente localizadas como base impulsionadora para fixação de actividades logísticas e empresariais, científicas, tecnológicas e de investigação;

---

<sup>5</sup> Página 75 da Versão 3 (Novembro de 2007) do Relatório (volume II) da 1ª Revisão do PDM de Vila Franca de Xira.

7. Ajustar as características do ordenamento rural à realidade concelhia, articulando a salvaguarda das áreas mais sensíveis com o povoamento disperso característico de algumas zonas do concelho e com a dimensão da propriedade, e criar áreas habitacionais de baixa densidade e grande qualidade;
8. Estabelecer uma rede viária estruturante e promover a melhoria da mobilidade integrada, apoiada no estudo de acessibilidades e adequada às propostas de ordenamento;
9. Salvaguardar os valores patrimoniais definindo medidas de protecção e incentivo à conservação.

## 4. Factores Críticos para a Decisão – síntese

Conforme descrito na metodologia, a identificação dos FCD resultou de uma análise integrada de questões expressas numa base estratégica (QE, QA e QRE), tal como aprofundadas preliminarmente no Relatório de FCD apresentado em Fevereiro de 2008. Esta identificação foi analisada conjuntamente com elementos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) e da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, de modo a assegurar, desde o início, a articulação das visões estratégicas de planeamento regional e municipal com a AAE. O quadro 1 apresenta os FCD identificados e respectiva descrição sumária.

Para cada FCD foram definidos critérios de avaliação e indicadores respectivos, que pretenderam conferir uma dimensão analítica aos FCD, tal como apresentado no sub-capítulo 4.2.

Quadro 1 – Descrição dos FCD

Factores Críticos para a Decisão	Descrição
Estruturação e requalificação urbana	Compreende a actuação sobre o território urbano, de forma a aumentar a sua qualidade através da estruturação e requalificação, tendo ainda em atenção aspectos de saúde pública
Valorização ambiental e cultural	Atende aos aspectos de integridade da qualidade física do ambiente e à forma como os recursos naturais e culturais contribuem para a valorização do território
Ruralidade	Aborda a dimensão cultural e a forma como o potencial do espaço rural é promovido, concretizando a sua integridade
Emprego e qualificação humana	Dirige-se à dimensão do capital humano do município, de que forma é valorizada e requalificada, contribuindo para o fortalecimento social do município
Ligação/interface com o rio	<i>Ex-libris</i> do município, a ligação ao rio é traduzida em inúmeras actividades que têm que co-existir, eliminando os conflitos e assegurando a sua complementaridade
Energia e alterações climáticas	Aborda a dimensão energética, a eficiência e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis, de forma a dar resposta a um factor fundamental da política nacional e internacional

## 4.1 Elementos de base estratégica (QE, QA, QRE)

### 4.1.1 Questões Estratégicas (QE)

Um dos objectivos regulamentares do PDM de Vila Franca de Xira é compatibilizar o plano com “estudos e outros planos de âmbito estratégico do Concelho tais como o Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira, o Plano de Desenvolvimento Turístico, o Plano Estratégico de Ambiente do Concelho de Vila Franca de Xira e o Estudo de Acessibilidades”<sup>6</sup>. Foi com base nestes instrumentos de planeamento que se identificaram um conjunto de questões estratégicas (QE) estruturantes, às quais o PDM tem que dar resposta:

- Função de espaço canal na Área Metropolitana de Lisboa (AML);
- Prolongamento urbano da cidade de Lisboa;
- Expansão do Pólo Industrial e Logístico.

No contexto metropolitano, Vila Franca de Xira assume um papel de charneira, actuando como espaço canal de ligação à cidade de Lisboa. Este posicionamento tem uma importância crescente nas dinâmicas territoriais da AML e deve ser considerado estrategicamente.

No contexto concelhio, Vila Franca de Xira apresenta características territoriais assimétricas, convergindo realidades bastante distintas, nomeadamente entre o eixo urbano-industrial que constitui a área de prolongamento da cidade de Lisboa, e os espaços marcados por factores de ruralidade.

Ao nível sectorial, a dinamização do sector industrial e a expansão da fileira de logística, esta última suportada pela estratégia nacional<sup>7</sup> nesta matéria, têm influências significativas ao nível da dinâmica territorial do Concelho, devendo a sua relevância estratégica ser considerada no âmbito do planeamento municipal.

### 4.1.2 Questões Ambientais (QA)

Os FCD identificados asseguram o tratamento das QA exigidas no Decreto-Lei 232/2007, de 15 de Junho, conforme representado no quadro 2.

<sup>6</sup> Versão 7 do Regulamento (vol. III, 1ª Revisão do PDM de Vila Franca de Xira, 2007).

<sup>7</sup> Portugal Logístico (2006).

Quadro 2 – Questões Ambientais (QA) relevantes por FCD

Factores Críticos para a Decisão	Questões Ambientais
Estruturação e requalificação urbana	Bens materiais Saúde humana Paisagem
Valorização ambiental e cultural	Biodiversidade Fauna Flora Água Atmosfera Solo Património cultural
Ruralidade	Biodiversidade Paisagem População Património cultural Solo
Emprego e qualificação humana	População Bens materiais
Ligação/interface com o rio	Biodiversidade Paisagem Fauna Flora Água Solo
Energia e alterações climáticas	Factores climáticos Atmosfera

#### 4.1.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Para a definição do QRE foram analisadas as políticas, programas e/ou planos que enquadram estrategicamente o PDM de Vila Franca de Xira, e para o qual estabelecem objectivos e/ou metas de sustentabilidade relevantes.

O quadro 3 apresenta a lista dos instrumentos de planeamento identificados, e sua relação de relevância com os FCD preconizados. Não se pretende aqui listar exhaustivamente todos os Planos e/ou Programas que enquadram potencialmente o PDM de Vila Franca de Xira, mas apenas aqueles que efectivamente apresentam objectivos e/ou metas relevantes de sustentabilidade para o Concelho. A análise da Proposta de PDM face ao QRE é objecto de avaliação estratégica, sendo desenvolvida ao longo do capítulo 6 do presente relatório.

Quadro 3 – Relevância do QRE por FCD

Factor Crítico de Decisão	Documentos Estratégicos Relevantes																		
	QREN e PO de Lisboa	ENDS	PNPOT	PROTAML	PENDR	Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo	Plano Tecnológico	PNACE	Estratégia Nacional para a Energia	PNA	PERSU II	Estratégia Nacional para os Efluentes Agro – Pecuários e Agro-Industriais	Portugal Logístico	ENCNB	PO Reserva Natural Estuário do Tejo	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PTZPE0010 e PTCON0009)	PNAC	Lisboa 2020	PROF-AML
Estruturação e requalificação urbana	X	X	X	X						X	X		X						X
Valorização ambiental e Cultural	X	X	X	X	X	X				X	X			X	X	X			X
Ruralidade	X	X	X	X	X	X			X	X		X		X	X	X			X
Emprego e qualificação humana	X	X	X	X	X		X	X											X
Ligação/interface com o rio	X	X	X	X		X				X					X	X			
Energia e alterações climáticas	X	X	X	X	X		X		X	X	X						X		X

## 4.2 Critérios de avaliação e indicadores

Os critérios e indicadores que são considerados na presente AAE estabelecem o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada. O quadro 4 apresenta o conjunto de critérios e indicadores identificados por FCD.

Os indicadores identificados passaram por um crivo de ajustamento final tendo em conta dois critérios fundamentais, nomeadamente a disponibilidade de informação e a sua relevância potencial enquanto indicadores de monitorização futura do plano, sendo que nem todos os que foram seleccionados, no contexto deste último critério, se possam configurar como tal.

De notar que os FCD não pretendem descrever exhaustivamente a situação existente e tendencial mas sobretudo apontar para aspectos críticos, relevantes e de destaque para a AAE das estratégias do PDM.

Quadro 4 – Indicadores por FCD

FCD	Critérios de Avaliação	Indicadores
<b>Estruturação e requalificação urbana</b>	Dispersão urbana e uso do solo	Varição do número de lugares censitários por escalão de dimensão populacional Distribuição relativa das classes de uso do solo urbano Varição da densidade populacional no solo urbano
	Salubridade urbana	Varição da percentagem da população servidas por ETAR em funcionamento Varição do número de Camas por 1000 habitantes nos estabelecimentos de saúde Número de famílias em alojamentos sobrelotados
	Transportes	Tempo de deslocação por meio de transporte Relação oferta/procura de TC (rodoviário e ferroviário) Repartição modal TI-TC no Concelho
	Paisagem e requalificação urbana	Varição das reconstruções concluídas por 1000 construções novas concluídas Estado de conservação do edificado Área da estrutura ecológica urbana Percentagem de uso industrial em solo urbano Programas/medidas municipais previstas na área da requalificação urbana
<b>Valorização ambiental e cultural</b>	Estrutura verde e valorização de áreas naturais	Integração da Estrutura Verde em corredores ecológicos Ordenamento de Áreas Classificadas Varição dos incêndios florestais (ocorrências e áreas ardidas) e bombeiros Varição da Reserva Ecológica Nacional (REN)
	Qualidade ambiental	Varição da qualidade da água (abastecimento, superficial e

Quadro 4 – Indicadores por FCD

FCD	Crítérios de Avaliação	Indicadores
		<p>subterrânea)</p> <p>Risco geotécnico</p> <p>Risco de erosão</p> <p>Tratamento e destino final de resíduos urbanos</p> <p>Qualidade do Ar</p> <p>Fontes de poluição</p> <p>Ruído</p>
	Identidade cultural	<p>Património classificado/reconhecido (ao nível nacional e municipal)</p> <p>Variação das despesas municipais em actividades culturais</p>
<b>Ruralidade</b>	Conflitos de uso do solo	Distribuição relativa das classes de uso do solo rural
	Valorização económica do espaço rural	<p>Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural</p> <p>Preservação da função agrícola da Lezíria e Mouchões</p> <p>Área ocupada por explorações do sector primário</p>
	Assimetrias territoriais e sociais	<p>Mobilidade em freguesias rurais</p> <p>Variação populacional e índices de dependência em freguesias rurais</p> <p>Carências habitacionais em freguesias rurais</p>
	Valorização da paisagem rural	<p>Variação da percentagem de solos em risco de erosão</p> <p>Preservação da função paisagística da Lezíria e Mouchões</p> <p>Variação da área de solo afecto à Reserva Agrícola Nacional (RAN)</p> <p>Locais de interesse paisagístico e núcleos de quintas</p>
<b>Emprego e qualificação humana</b>	Acesso ao ensino e formação profissional	<p>Variação da taxa de ocupação dos equipamentos de ensino</p> <p>Variação do nível de educação atingido pela população</p>
	Promoção de actividades ligadas ao desenvolvimento tecnológico	Variação da proporção de emprego total em actividades TIC
	Dinâmica empresarial e integração profissional	<p>Variação da taxa de constituição e dissolução de sociedades</p> <p>Variação da taxa de desemprego</p>
<b>Ligação/interferece com o Rio</b>	Gestão das áreas inundáveis	<p>Variação da percentagem de área edificada e edificável inundável</p> <p>Vulnerabilidade à ocorrência de cheias</p>
	Valorização da paisagem ribeirinha	<p>Locais de interesse paisagístico</p> <p>Variação da qualidade da água do rio</p> <p>Espaços de recreio e lazer na frente ribeirinha</p>

Quadro 4 – Indicadores por FCD

FCD	Critérios de Avaliação	Indicadores
	Acesso ao Rio	Pontos de atravessamento da linha-férrea de acesso ao rio e distância média entre os mesmos
Energia e alterações climáticas	Eficiência Energética	Variação do consumo de energia eléctrica por sector de consumo e por habitante Programas/medidas municipais previstas na área da eficiência energética
	Emissões de CO <sub>2</sub> e	Emissões de CO <sub>2</sub> e por sector de actividade emissora (transportes, resíduos, habitação) Repartição modal das deslocações no Concelho Emissões de CO <sub>2</sub> e por unidade de PIB
	Aproveitamento dos recursos endógenos renováveis	Potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável (MWh)

## 5. Análise de compatibilidades e conflitos

Apresenta-se de seguida uma análise de compatibilidades e conflitos entre objectivos estratégicos, do PDM de Vila Franca de Xira, tais como identificadas no capítulo 3. Esta análise é apenas indicativa e não tem suporte geográfico específico, ou seja, não se vincula a nenhuma solução territorial em particular – o seu carácter é estratégico e não descritivo.

O objectivo desta análise é o de detectar potenciais razões de sinergias entre objectivos estratégicos que motivem oportunidades, bem como potenciais conflitos que constituam um risco ao desenvolvimento do Concelho.

### 5.1 Matriz de compatibilidades e conflitos

Para a identificação de compatibilidades e conflitos entre estratégias recorreu-se ao desenvolvimento de uma matriz, fazendo realçar as sinergias e conflitos potenciais entre objectivos com base numa interpretação da potencial relação entre medidas e actividades que poderão materializar esses mesmos objectivos. A figura 1 apresenta a matriz de compatibilidades e conflitos, apontando-se de seguida as razões que ponderam a identificação dos conflitos potenciais. Estes conflitos potenciais poderão ser atendidos no desenvolvimento da Proposta de Ordenamento, através de opções de implementação, como sejam as localizações territoriais, ou através de critérios definidos no âmbito do modelo de desenvolvimento para o Concelho (relatório).

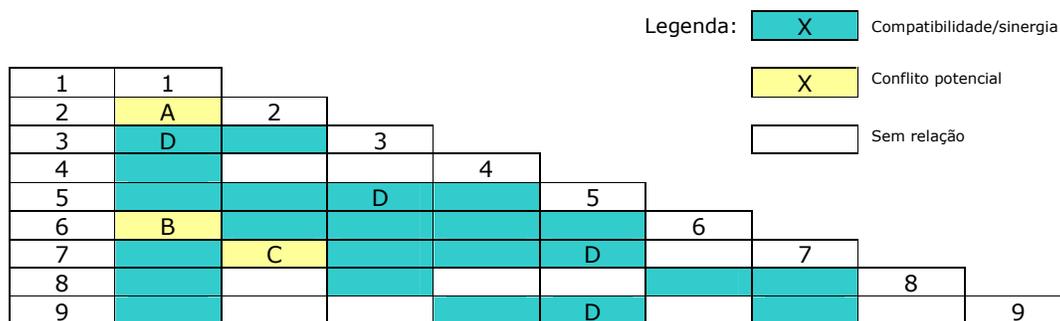


Figura 1 – Matriz de compatibilidades e conflitos entre objectivos estratégicos do PDM de Vila Franca de Xira

A – Conflito potencial entre a programação de áreas urbanizáveis e a libertação da pressão urbanística na frente ribeirinha;

B – Conflito potencial entre a criação de áreas multiusos e as áreas de risco à edificação (nomeadamente em leito de cheia);

C – Conflito potencial entre a transferência da pressão urbanística para o interior do Concelho (em grande parte rural) e a contenção da dispersão urbana e redução da densidade habitacional em meio rural;

D – Sinergia potencial entre a salvaguarda das zonas de risco de inundação e zonas industriais obsoletas e a definição da Estrutura Ecológica Urbana (EEU) e protecção de zonas sensíveis e de valores patrimoniais.

## 6. Avaliação estratégica por FCD<sup>8</sup>

Apresenta-se de seguida a avaliação ambiental e de sustentabilidade dos objectivos estratégicos do PDM de Vila Franca de Xira, tais como definidos no capítulo 3. Esta avaliação comporta as seguintes dimensões analíticas por FCD:

1. Análise das tendências de desenvolvimento de Vila Franca de Xira;
2. Interpretação de oportunidades e riscos dos objectivos estratégicos do PDM e respectiva descrição;
3. Estabelecimento de um programa de seguimento para o PDM: directrizes de seguimento e quadro de governança para a acção.

A definição das directrizes de seguimento decorreu, não só da avaliação de riscos e oportunidades, mas também dos contributos e recomendações resultantes da consulta de entidades realizada no âmbito do Relatório dos FCD anterior, dividindo-se em duas categorias fundamentais:

1. Directrizes de planeamento e gestão: recomendações a serem integradas directamente na Proposta de PDM, ou a serem asseguradas no âmbito de um sistema de gestão municipal;
2. Directrizes de monitorização: recomendações a serem desenvolvidas no âmbito de um sistema de monitorização da implementação do PDM, tendo em conta questões críticas de sustentabilidade para o território concelhio.

O quadro de governança destina-se a dar conta das condições institucionais e de responsabilidade para um melhor desempenho do PDM em relação às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, bem como à concretização das directrizes propostas.

---

<sup>8</sup> Muitos dos dados utilizados para o desenvolvimento da presente avaliação estratégica basearam-se essencialmente em informação da autoria da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (Proposta de PDM; Plano Estratégico; Plano Estratégico de Ambiente; Carta Educativa; apresentações; comunicações; etc.), optando-se por assinalar, no decurso deste capítulo, apenas os casos em que se recorreu a fontes de informação alternativas a estas.

## 6.1 FCD#1: Estruturação e requalificação urbana

### 6.1.1 Análise tendencial

#### *Dispersão urbana e uso do solo*

O território concelhio apresenta duas zonas díspares: a margem esquerda do Rio Tejo onde se encontra a Lezíria de Vila Franca de Xira, sem ocupação populacional significativa, e a margem direita. Nesta, a ocupação faz-se de uma forma concentrada e linear ao longo das principais vias de acesso e atravessamento do Concelho, tornando-se dispersa no interior (figura 5).

Em 2001, 73% da população do Concelho residia em lugares com mais de 10 000 habitantes, observando-se uma tendência particular de concentração em lugares com mais de 20 000 habitantes, representando cerca de 22% da população residente em 1991, e 40% em 2001 (figura 2). No mesmo ano de 2001, existiam 44 lugares com menos de 500 habitantes, representando cerca de 9% da população. Estes valores demonstram uma tendência crescente de concentração nos principais centros urbanos, e uma tendência igualmente crescente de ocupação dispersa fora deles.

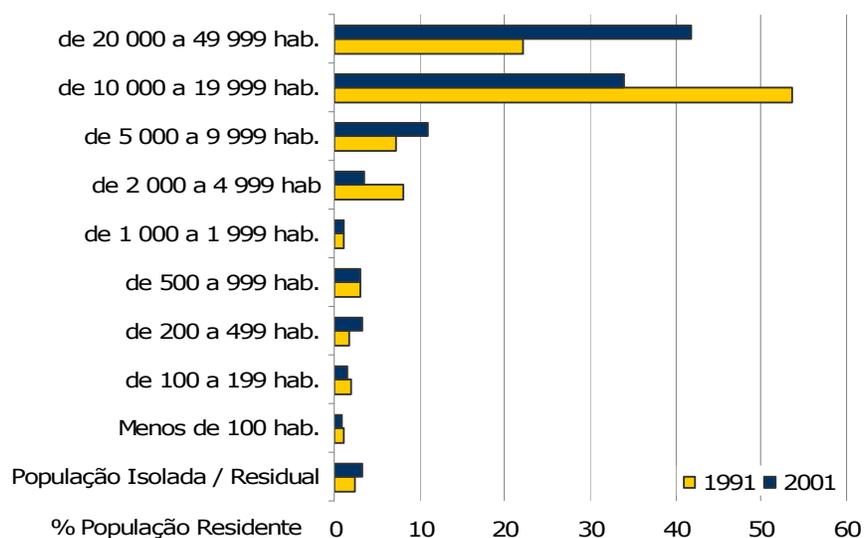


Figura 2 – Variação da população residente em lugares censitários por escalão de dimensão populacional 1991/2001

A densidade populacional concelhia observou uma variação positiva de 16% na década de 90 (figura 3), acompanhando o crescimento populacional de Vila Franca de Xira, que variou positivamente 18,7% no mesmo período de tempo. As maiores variações de

densificação observaram-se nas freguesias de São João dos Montes (20%) e Póvoa de Santa Iria (41%), esta última sob o efeito do prolongamento urbano de Lisboa, uma vez que se encontra mais perto desta cidade. As únicas freguesias que apresentam o valor deste indicador abaixo do valor médio concelhio (418 hab/km<sup>2</sup>) são Cachoeiras e Calhandriz, que são freguesias de cariz mais rural.

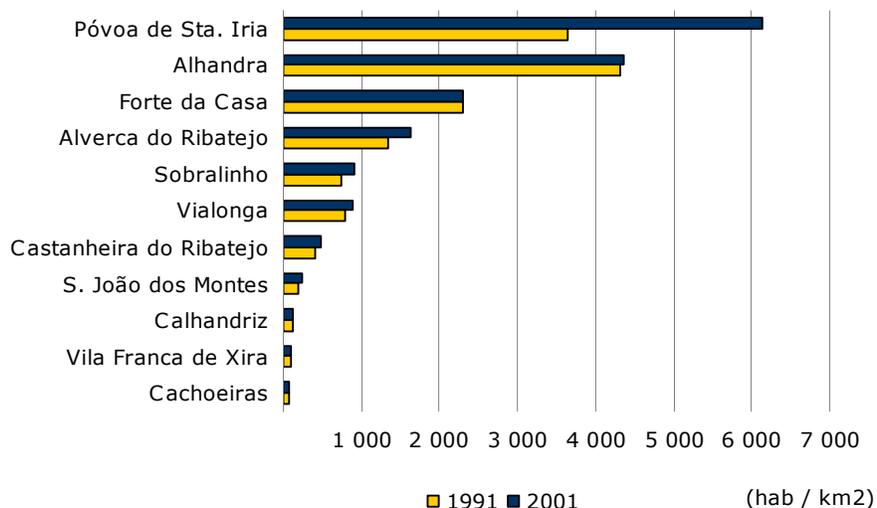


Figura 3 – Variação da densidade populacional em Vila Franca de Xira

Analisando as classes de solo presentes no PDM em vigor (quadro 5), verifica-se que cerca de 68% do solo qualificado como Urbano compreende áreas urbanas ou urbanizáveis e cerca de 26% referem-se a áreas Industriais ou destinadas a novas indústrias. Verifica-se também que a área urbana se desenvolve próxima das áreas industriais provocando inevitáveis discontinuidades no tecido urbano (figura 4).

Quadro 5 - Subcategorias de espaço em Solo Urbano (PDM em vigor)	Área	
	Área total (ha)	Solo Urbano (%)
Área Urbana	2 030,8	55,4
Área Industrial Existente	715,7	19,5
Área Urbanizável	461,2	12,6
Área destinada a novas indústrias e actividades	248,4	6,8
Grandes equipamentos e Infra-estruturas previstas	211,5	5,8

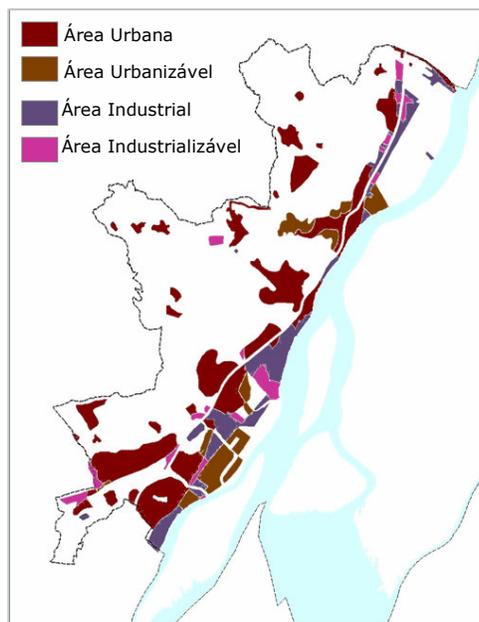


Figura 4 – Áreas Urbanas e Industriais existentes

A expansão não controlada do edificado está intimamente associada ao crescimento disperso da mancha urbana. No Concelho de Vila Franca de Xira existem 42 Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), que abrangem 1,5% da área total concelhia, e para as quais existem 13 planos de Pormenor de Reconversão. Das 42 AUGI, 15 encontram-se na freguesia de Alverca, sendo que S. João dos Montes e Vialonga também contribuem amplamente para esta realidade. Denote-se ainda que Cachoeiras e Calhandriz (freguesias de carácter rural) e Castanheira, não englobam urbanizações deste tipo.

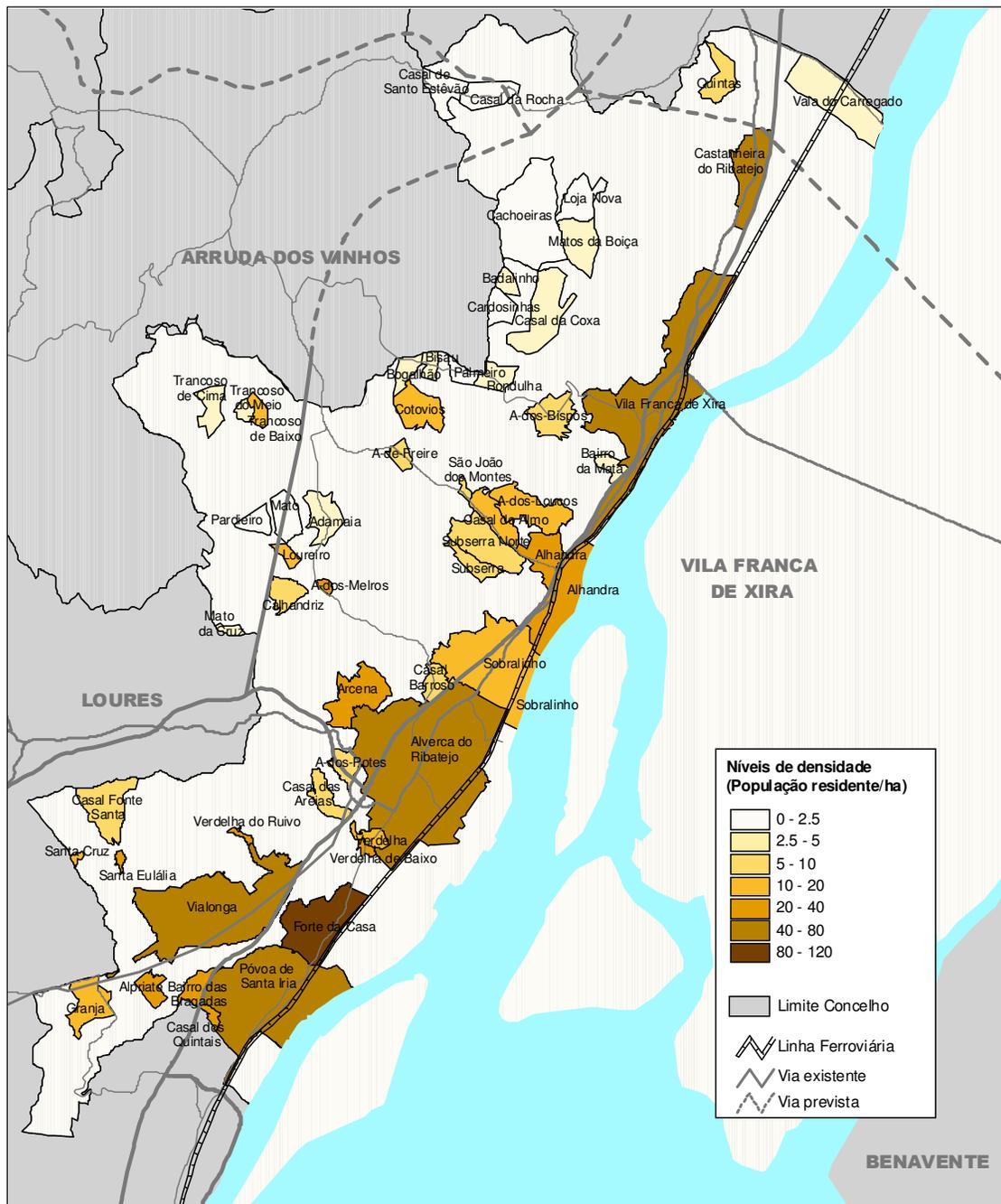


Figura 5 - Densidade populacional no concelho de Vila Franca de Xira em 2001 por Lugar (Fonte: CESUR, 2006<sup>9</sup>)

<sup>9</sup> CESUR (2006) "Estudo de Acessibilidades do Concelho de Vila Franca de Xira - Revisão", Lisboa.

### *Salubridade Urbana*

Apesar da cobertura da rede de infra-estruturas básicas ser satisfatória (aproximadamente 100% dos alojamentos servidos), verifica-se um défice no tratamento das águas residuais concelhias, particularmente quando comparado com os dados da Grande Lisboa, conforma se constata pela análise do quadro 6. De notar que 7 das 9 ETAR existentes no município não se encontram em funcionamento.

Quadro 6 - Percentagem de população servidas por ETAR em funcionamento e Taxa de tratamento de águas residuais

		2004	2005
<b>Vila Franca de Xira</b>	População servida por ETAR (%)	6,0	7,0
	Proporção de águas residuais tratadas (%)	12,6	12,7
<b>Grande Lisboa</b>	População servida por ETAR (%)	87,5	88,0
	Proporção de águas residuais tratadas (%)	86,9	86,1

Fonte: INE (2005)<sup>10</sup> e INE (2006a)<sup>11</sup>

Com base em elementos fornecidos pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, esta situação foi entretanto alterada, uma vez que a ETAR de Vila Franca de Xira entrou em funcionamento no final de 2007, muito embora o sistema ainda não esteja a trabalhar em pleno, pois ainda não estão construídos todos os emissários e ligações à rede em baixa. Esta alteração permite elevar para cerca de 37% (51723 hab eq) a população actual servida por sistemas de tratamento de águas residuais em funcionamento. A SIMTEJO, responsável pelo projecto, não consegue fornecer uma estimativa correcta da população real servida, pelo que só quando o sistema estiver em pleno se poderá considerar verdadeiramente eficaz.

Segundo a Proposta de PDM, prevê-se que a entrada em pleno do funcionamento da ETAR de Vila Franca de Xira, e a construção prevista da ETAR de Alverca, garantam a cobertura de 98% da população do Concelho em 2015.

Relativamente aos efluentes industriais, estes não possuem um sistema de tratamento diferenciado encontrando-se, em muitos casos, ligados à rede pública, contaminando os efluentes domésticos e pondo em risco a capacidade das ETAR em funcionamento tratarem eficazmente esta mistura de águas residuais. Para as situações de descarga

<sup>10</sup> INE (2005). "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2005", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>11</sup> INE (2006a) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2006", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

directa de águas residuais (industriais e domésticas) para os meios receptores (Ribeiras do Concelho e Rio Tejo), não existe um sistema de monitorização sobre as condições em que estas descargas são realizadas.

Ao nível da sobrelotação dos alojamentos<sup>12</sup>, verifica-se que o Concelho não oferece condições de habitação a 18% das suas famílias, sendo que Forte da Casa é a freguesia onde esta carência mais de destaca, com 25% das suas famílias a residir em condições de sobrelotação (figura 6).

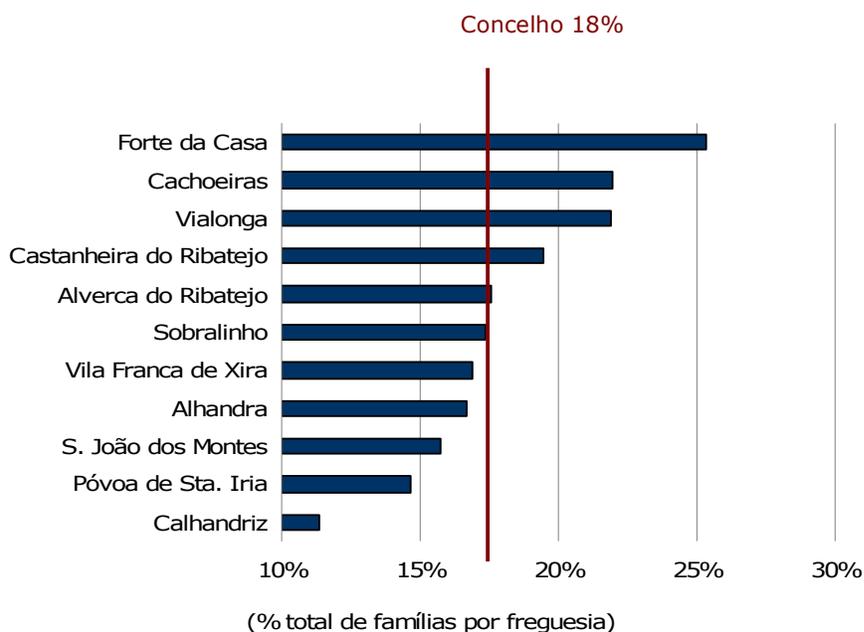


Figura 6 – Sobrelotação habitacional em percentagem do total de famílias, por freguesia, em 2001

A variação do número de camas nos estabelecimentos de saúde por 1000 habitantes na década de 90 foi negativa em Vila Franca de Xira (- 6%), apesar de este valor ser menos negativo do que para a Grande Lisboa (- 11%) – quadro 7. Esta variação justifica-se, em parte, pela variação populacional de 3,5% observada no mesmo período.

Denote-se que a DGOTDU (2002)<sup>13</sup> recomenda que este valor seja de 2 camas por 1000 habitantes, proporção não verificada no Concelho.

<sup>12</sup> Alojamentos com défice de divisões em relação às pessoas que nele residem, de acordo com o índice de lotação (INE).

<sup>13</sup> DGOTDU (2002) “Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos”, Coord. Divisão de Normas/Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento Estratégico/DGOTDU 2002, ISBN: 972-8569-26-2.

Quadro 7 – Total de camas por 1000 habitantes 2004/2006	2004	2006
Vila Franca de Xira	1,6	1,5
Grande Lisboa	5,6	5,0

Fonte: INE (2005)<sup>14</sup> e INE (2006a)<sup>15</sup>

Esta situação tenderá a melhorar assim que o novo Hospital de Vila Franca de Xira<sup>16</sup> entre em funcionamento, prevendo-se que este equipamento venha a comportar cerca de 280 camas.

### Transportes

Tal como na restante AML, Vila Franca de Xira apresenta uma tendência crescente na opção pelo Transporte Individual (TI) para as deslocações diárias casa-trabalho ou casa-escola (figura 7). De destacar que em ambos os casos, entre 1991 e 2001, o Transporte Colectivo (TC) e as deslocações a pé perderam adesão, representando no início da presente década 36% e 16%, respectivamente, das opções modais concelhias.

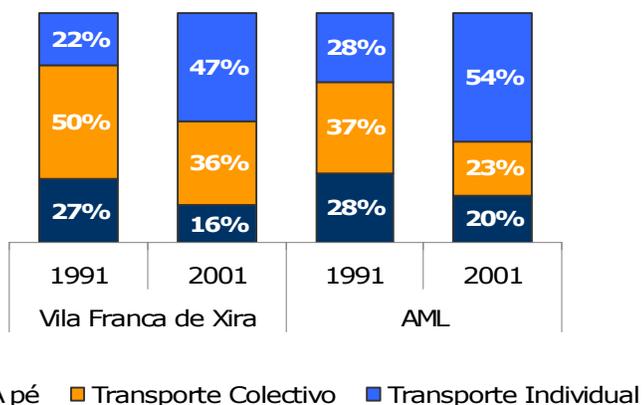


Figura 7 - Repartição Modal nos movimentos pendulares dos residentes de Vila Franca de Xira 1991 – 2001 (Fonte: INE/GEP, 2003<sup>17</sup>)

<sup>14</sup> INE (2005). "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2005", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>15</sup> INE (2006a) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2006", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>16</sup> Em fase de concurso.

<sup>17</sup> INE, GEP (2003), "Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, 1991-2001", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

O tempo médio em viagem por dia das pessoas móveis (75% dos vilafranquenses) é de 1,49 horas. Do total de deslocações pendulares com origem em Vila Franca de Xira, 93% têm como destino a sub-região da Grande Lisboa, sendo que 60% destes movimentos se referem a deslocações intra-concelhias.

A taxa média de ocupação dos transportes colectivos, muito abaixo dos 100% como se pode constatar pela análise do quadro 8, demonstra a capacidade da oferta em acomodar eventuais flutuações da procura, mas denota falta de competitividade face à alternativa do TI. O transporte ferroviário, em particular, apresenta uma taxa de ocupação muito baixa, sendo tão mais significativo quanto se sabe que este tipo de TC é fundamental nas deslocações para fora do Concelho, dentro da sub-região da Grande Lisboa.

Quadro 8 - Taxa média de ocupação de veículos, por serviço

<b>Rodoviário Regional</b>	70%
<b>Rodoviário Local</b>	53%
<b>Ferroviário (Diário)</b>	24%
<b>Ferroviário (Ponta da manhã)</b>	66%

Fonte: CESUR (2006)<sup>18</sup>

Estes valores podem ainda ser indicadores de outro tipo de falhas de desempenho no sistema de transportes concelhios, nomeadamente um eventual mau funcionamento das interfaces rodo-ferroviárias, que se encontram localizadas apenas nas estações de Póvoa de Santa Iria e de Alverca, estando uma terceira prevista para a futura estação da Castanheira.

De uma maneira geral, o peso do TI, aliado às necessidades de deslocação dentro da sub-região da Grande Lisboa, é demonstrativo de uma inadequação potencial do TC à procura existente, nomeadamente do transporte ferroviário.

### *Paisagem e Requalificação Urbana*

Cerca de 20% do edificado no Concelho data da década de 70. Em 2001, 53% dos edifícios apresentavam necessidades de reparação, sendo ínfima a percentagem edificada que se encontrava em estado muito degradado (figura 8).

<sup>18</sup> CESUR (2006) "Estudo de Acessibilidades do Concelho de Vila Franca de Xira – Revisão", Lisboa.

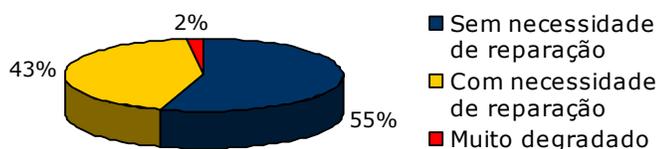


Figura 8 – Edifícios por estado de conservação (2001)

A recuperação do edificado tem sofrido uma tendência decrescente quando comparada com a nova edificação, tendência que se observa em toda a Grande Lisboa. O número de reconstruções concluídas por cada 1000 novas construções concluídas sofreu uma variação negativa de 88% entre 1997 e 2006, correspondendo a cerca de menos 2 edifícios reconstruídos por cada 1000 novos. Esta tendência é ainda mais acentuada na Grande Lisboa, no mesmo período (quadro 9).

Quadro 9 - Reconstruções concluídas por 1000 construções novas concluídas

	1997	2001	2003 - 2005	2004 - 2006
<b>Vila Franca de Xira</b>	2,5	0,6	0,3	0,3
<b>Grande Lisboa</b>	3,9	2,8	0,6	0,2

Fonte: INE (2006b)<sup>19</sup>

A qualidade do espaço público em meio urbano está muito associada à qualidade e distribuição dos espaços verdes. Neste contexto, a inexistência de dados referentes à estrutura ecológica urbana actual (capitação de espaços verdes por exemplo) impossibilita esta análise.

A paisagem urbana de Vila Franca de Xira é visivelmente afectada pela forte ocupação industrial - 26% de solo urbano está actualmente afecto a área industrial ou industrializável -, nomeadamente pela forma como fragmenta a mancha urbana e pelo impacte visual que provoca, não só as unidades em funcionamento como também as inúmeras unidades desactivadas.

Existem várias medidas em curso ou previstas no âmbito da requalificação urbana (até à presente data), designadamente:

- Planos de Pormenor de Reconversão para as AUGI's (acima mencionados);

<sup>19</sup> INE (2006b) "Estatísticas da Construção e Habitação 2005", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

- Programa POLIS XXI, que visa revitalizar a zona ribeirinha entre a EN10 e o Rio Tejo entre Alhandra e a Ponte Marechal Carmona;
- Programa PROQUAL, cuja zona de intervenção se localiza no extremo Norte da Freguesia de Alverca;
- 5 Planos de Salvaguarda (Cachoeiras, Alhandra, Póvoa, Alverca, e Cidade de Vila Franca de Xira);
- 10 Planos de Pormenor.

Pela análise deste FCD verifica-se que existe no Concelho uma dispersão urbana significativa, em parte causada pela forte presença de AUGI's, com descontinuidades provocadas pelo tecido industrial rarefeito ao longo da margem direita. É de esperar no entanto que a tendência futura seja a de contenção da dispersão urbana, nomeadamente tendo em conta as orientações estratégicas nacionais neste sentido, que apontam para a promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto, tal como definido no PNPOT.

O crescimento populacional concelhio tem sido, no entanto, acompanhado por uma degradação ambiental do meio urbano, particularmente a decorrente do défice de tratamento das águas residuais – situação crítica no Concelho -, sendo no entanto de esperar que esta situação seja mitigada a médio-longo prazo, uma vez que está prevista a entrada em funcionamento de duas novas ETAR até 2015.

O sistema de transportes concelhio apresenta alguns desequilíbrios, nomeadamente no aumento das deslocações em TI em detrimento do TC, não havendo nenhuma indicação segura de que esta situação venha a alterar-se significativamente.

Em relação ao edificado verifica-se um crescimento das novas construções em detrimento da recuperação do edificado existente, o que poderá acentuar algumas assimetrias dentro da própria estrutura urbana, reduzindo a atractividade dos centros urbanos em favor das periferias, contribuindo para uma maior dispersão da malha urbana. Todavia, esta situação pode eventualmente ser atenuada assim que estiverem totalmente concretizados os projectos de requalificação urbana mencionados anteriormente.

### 6.1.2 Análise SWOT

O quadro 10 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial do Concelho para o FCD *Estruturação e requalificação urbana*, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território municipal.

Quadro 10 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD *Estruturação e requalificação urbana*

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Estruturação e requalificação urbana	<p>Crescimento populacional de 18,7% entre 1991 e 2001.</p> <p>Condições favoráveis de acessibilidade proporcionadas pelas infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias existentes.</p>	<p>Ocupação urbana demasiado concentrada ao longo das principais vias de atravessamento do Concelho (margem direita).</p> <p>Dispersão urbana no interior do Concelho, nomeadamente devido às 42 AUGI existentes.</p> <p>Desenvolvimento das áreas residenciais próximo das áreas industriais.</p> <p>Défice significativo de tratamento de águas residuais (apenas 7% de população servida por ETAR em 2005) e efluentes industriais sem tratamento diferenciado.</p> <p>Elevados níveis de sobrelotação dos alojamentos.</p> <p>Número insuficiente de camas dos estabelecimentos de saúde concelhios.</p> <p>Baixa utilização de TC (especialmente o ferroviário), em favor do TI.</p> <p>Baixos níveis de recuperação do edificado (cerca de 53% com necessidades de recuperação em 2001).</p>	<p>O QREN, no âmbito da sua estratégia de consolidação e reforço do sistema urbano, gera oportunidades para o desenvolvimento de projectos de requalificação urbana.</p> <p>A estratégia do PNPOT, de promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto, funciona como suporte estratégico para medidas de contenção da dispersão urbana.</p> <p>A expansão do sector logístico prevista para o Concelho configura uma oportunidade para fomentar uma adequada intermodalidade que tire partido da capacidade do transporte ferroviário de mercadorias.</p> <p>Prolongamento urbano da cidade de Lisboa, configura uma oportunidade estratégica para o estabelecimento de áreas urbanas de maior qualidade e melhores acessibilidades.</p>	<p>A expansão do sector logístico pode resultar num aumento do tráfego rodoviário, no desenvolvimento de situações de conflito com o uso residencial e espaços de utilização colectiva, e com o aumento dos níveis de artificialização do território urbano, contribuindo para reduzir a atractividade do território para fixação populacional.</p> <p>Conjuntura de crise ao nível do preço dos combustíveis é uma ameaça para a capacidade de deslocação e mobilidade das pessoas, tendo em conta a dependência que apresentam do TI, o que pode também comprometer a capacidade dos TC acolherem aumentos da procura decorrentes desta conjuntura.</p>

### 6.1.3 Oportunidades e riscos

O quadro 11 apresenta a matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objectivos estratégicos do PDM de Vila Franca de Xira (tais como descritos no capítulo 3) para o FCD *Estruturação e requalificação urbana*, ao que se segue a respectiva justificação analítica.

**Quadro 11 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD *Estruturação e requalificação urbana***

<b>Critérios de avaliação Objectivos estratégicos</b>	<b>Dispersão urbana e uso do solo</b>	<b>Salubridade urbana</b>	<b>Transportes</b>	<b>Paisagem e requalificação urbana</b>
1	++	-	+	+/-
2	0	0	0	0
3	+	0	+	+
4	0	0	0	+
5	+	+	0	+
6	+	0	+/-	+
7	+	+/-	0	0
8	+	0	++	0
9	0	0	0	++

Legenda: (+,++) oportunidades; (-,-) riscos; (+/-) relação neutra ou incerta; (0) sem relação

### *Dispersão urbana e uso do solo*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de uma maneira geral, para a contenção da dispersão urbana e conflitos de uso do solo, nomeadamente aqueles que resultam da proximidade entre áreas industriais e urbanas.

A integração das AUGI no tecido urbano e a nucleação dos espaços urbanos consolidados, introduzindo novas quebras nos contínuos urbanos dispersos, são as medidas mais visíveis de contenção da dispersão urbana.

A contenção da área industrial, reafectando os espaços industriais obsoletos à EEU e a novos espaços multiusos, com uma tipologia de ocupação menos pesada, contribui para reduzir os conflitos de uso do solo decorrentes da proliferação industrial em solo urbano, particularmente ao nível do ruído, contribuindo também para salvaguardar as áreas mais sensíveis.

A rede viária proposta também contribui para a redução dos conflitos de uso do solo, na medida em que privilegia o estabelecimento de alternativas periféricas ao atravessamento longitudinal dos centros urbanos, promovendo o descongestionamento das principais vias urbanas.

### *Salubridade urbana*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM, ao nível da dotação de infra-estruturas de tratamento de águas residuais, melhoram a situação a prazo, apontando-se a resolução do problema, para um nível de atendimento de 98%, no horizonte 2015, mas não dão ainda uma resposta satisfatória às carências a curto prazo nesta matéria. Identifica-se portanto a questão do saneamento como um risco a curto prazo com consequências ao nível da poluição das linhas de água do município e da saúde pública das populações, contribuindo ainda para a desvalorização paisagística e económica das águas contaminadas, incluindo o Rio Tejo.

A entrada em funcionamento parcial da ETAR de Vila Franca de Xira (desde finais de 2007), eleva actualmente a população servida por sistemas de tratamento em funcionamento de 7% para 37%. Apesar da ETAR de Vila Franca de Xira ainda não estar a funcionar em pleno, a SIMTEJO prevê que em 2010 sejam capazes de servir (teoricamente) a totalidade da população concelhia (antecipando os prazos previstos anteriormente). Se tudo funcionar como projectado, a situação deverá ficar controlada pelo menos ao nível da população residente em aglomerados urbanos, contribuindo para a resolução dos problemas de contaminação dos solos e linhas de água do Concelho, em linha com as metas de desenvolvimento regional estabelecidas para este sector, que prevêem que o tratamento de águas residuais sirva, até 2013, um mínimo de 90% da população (CCDR-LVT, 2007)<sup>20</sup>.

Subsistirá ainda o problema da ocupação dispersa que permanece como risco, muito embora já com uma menor magnitude relativamente à situação presente. A longo prazo, a contenção da dispersão urbana, e consequentemente uma maior concentração populacional, configura uma oportunidade para otimizar todos os sistemas de saneamento básico do município.

### *Transportes*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM em relação aos transportes, particularmente ao nível da estruturação viária, apontam para uma maior capilaridade e densidade da rede viária principal e secundária, contribuindo para o descongestionamento das vias mais sobrecarregadas e para o estabelecimento de novas alternativas de mobilidade interna (deslocações intra-concelhias).

---

<sup>20</sup> CCDR-LVT (2007). "Lisboa 2020: Uma estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa". CCDR-LVT.

A criação da EEU, e conseqüentemente, a consolidação de corredores verdes, é um factor potencial de dinamização de meios de deslocação alternativos aos transportes motorizados, como a bicicleta ou andar a pé, podendo também vir a contribuir para uma mobilidade interna mais sustentável.

A opção pela criação de vastas áreas multiusos, nomeadamente as referentes à dinamização de actividades de logística, proporciona um aumento expectável do tráfego rodoviário pesado, configurando um risco de congestionamento e segurança rodoviária que não deve ser negligenciado, principalmente na A1, EN10 e nó da CREL, embora este risco possa ser minorado caso o transporte ferroviário de mercadorias se apresente competitivo. Neste contexto, a implantação da plataforma logística de Lisboa Norte contribui para a revitalização do transporte ferroviário de mercadorias, oportunidade essa confirmada num cenário de concretização da alternativa estratégica criada pela Rede Ferroviária de Alta Velocidade que abre espaço na rede ferroviária convencional ao transporte de mercadorias. Esta oportunidade, no entanto, pode contribuir para acentuar o risco de degradação do transporte ferroviário de passageiros, sobretudo num cenário de escalada dos preços dos combustíveis e da necessidade da procura crescente de transportes energeticamente sustentáveis. Este risco pode vir a ser atenuado pela citada alternativa estratégica criada pela Rede Ferroviária de Alta Velocidade se a mesma tiver soluções previstas para a satisfação dos transportes de passageiros residentes, ou que tenham como destino aglomerados urbanos no município de Vila Franca de Xira, e que tenham necessidade de deslocações em transporte ferroviário hoje satisfeitas com a linha convencional.

A rede prevista de transportes colectivos, apoiada na proposta de construção e ampliação de 3 interfaces modais e no desenvolvimento de Planos de Mobilidade, tem potencial para contribuir para melhorar a articulação entre o TI e o TC, estimulando a utilização preferencial do TC, principalmente o ferroviário, para deslocações pendulares.

### *Paisagem e requalificação urbana*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM constituem, de uma maneira geral, um estímulo à recuperação do edificado existente, principalmente devido à aposta na revitalização dos núcleos urbanos consolidados, embora a Proposta não aborde directamente a requalificação urbana enquanto sector de desenvolvimento estratégico prioritário.

A identificação das ACRRU e o desenvolvimento de várias UOPG sobre projectos de requalificação urbana e industrial constituem a face visível da aposta neste sector,

contribuindo para contrariar as assimetrias paisagísticas do tecido urbano e para melhorar a atractividade dos centros urbanos em detrimento das áreas de expansão periféricas.

A integração das AUGI no tecido urbano contribui para a qualificação destas áreas, nomeadamente ao nível da qualidade dos espaços de utilização colectiva e infraestruturas básicas.

A criação da EEU e a reconversão dos espaços industriais obsoletos (para EEU ou espaços multiusos) também dão um contributo positivo para a paisagem e requalificação urbana, na medida em que promovem a integração de espaços verdes, potenciando o conforto bioclimático das zonas urbanas envolventes, e a criação de novos espaços colectivos de recreio e lazer.

#### **6.1.4 Directrizes para seguimento**

De seguida apresentam-se as directrizes para seguimento (quadro 12) correspondentes ao FCD *Estruturação e requalificação urbana*, destacando aquelas que se consideram prioritárias.

Quadro 12 – Diretrizes para seguimento para o FCD *Estruturação e requalificação urbana*

### Planeamento e gestão

Identificar e planear as medidas de gestão necessárias para minimizar as carências de tratamento de efluentes a curto prazo

Adoptar medidas conducentes à resolução do problema de salubridade, e contaminação, em zonas de ocupação dispersa

Fazer depender o licenciamento de projectos industriais da construção de um sistema de drenagem e tratamento de efluentes autónomo e/ou compatível com a rede pública

Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas actividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental

Fazer depender o licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e tratamento de efluentes, e do sistema de recolha e tratamento de RSU, para acolher na totalidade as necessidades associadas a novas construções

Dinamizar e promover a utilização do transporte ferroviário enquanto alternativa ao transporte individual, nomeadamente para deslocações dentro da sub-região da Grande Lisboa

Assegurar que as necessidades de transporte ferroviário de passageiros são satisfeitas atendendo a prioridades de transportes energeticamente sustentáveis.

Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho, considerando, por exemplo, a introdução de taxas de circulação a veículos pesados nas rodovias mais críticas do ponto de vista da qualidade do ar e do ruído

Desenvolver e implementar uma Carta de Conforto Higrotérmico orientada para identificar as zonas urbanas mais vulneráveis e as zonas mais propícias à expansão urbana em termos de conforto humano e saúde pública

### Monitorização

Proceder a uma monitorização rigorosa do faseamento da ampliação da rede de drenagem e tratamento de efluentes até 2015, através do estabelecimento de um cronograma de execução e da responsabilização da SIMTEJO pelos atrasos que se venham a verificar

Monitorizar a evolução de cobertura prevista e as necessidades de expansão futura em função do crescimento do concelho

Desenvolver e implementar um sistema de monitorização colectiva dos focos de poluição de efluentes industriais e domésticos, designadamente os que estejam associados a ocupação dispersa e exteriores aos sistemas formais de saneamento

Monitorizar a compatibilidade da localização de novas áreas urbanas, incluindo a reconversão de espaços industriais obsoletos, com os estabelecimentos existentes abrangidos pelo DL 254/2007, de 12 de Julho, relativo à prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas

### 6.1.5 Quadro de governança para a acção

De seguida apresenta-se o quadro de governança para o PDM de Vila Franca de Xira, no âmbito do FCD *Estruturação e Requalificação Urbana*.

Quadro 13 – Quadro de governança para a acção para o FCD *Estruturação e requalificação urbana*

Entidades	Condições de desempenho
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	<p>Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo</p> <p>Controlar os défices infraestruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico</p> <p>Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento da rede viária municipal, tendo em conta critérios de mobilidade e proximidade funcional</p>
CCDR-LVT	Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento urbano do território regional, assegurando o cumprimento das condicionantes regionais nesta matéria
DGOTDU	<p>Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento urbano do território nacional, tendo em conta as especificidades territoriais regionais e sub-regionais</p> <p>Produzir indicadores de <i>benchmarking</i> e monitorização da expansão e dispersão urbanas</p>
SIMTEJO	<p>Resolver de modo célere todas as infra-estruturas que asseguram a entrada em pleno funcionamento das ETAR do concelho, em particular as que podem dar resposta significativa a curto prazo</p> <p>Manter actualizadas as perspectivas de cobertura do sistema de recolha e tratamento de efluentes, incluindo os cronogramas de execução e viabilidade financeira das expansões previstas a curto, médio e longo prazo</p>
REFER	Adequar a gestão infraestrutural da rede ferroviária às tipologias de procura existentes, mantendo actualizadas as perspectivas de construção e modernização da ferrovia
População em geral	Participar em inquéritos de percepção e satisfação públicas em relação à vivência urbana

## 6.2 FCD#2: Valorização ambiental e cultural

### 6.2.1 Análise tendencial

#### *Estrutura verde e valorização de áreas naturais*

Segundo o Plano Estratégico do Ambiente para Vila Franca de Xira (PEA - 2ªFase), predomina no Concelho a ausência de um contínuo natural e a carência de espaços verdes urbanos. O mesmo PEA salienta que, tanto as áreas totais de espaços verdes

urbanos como as áreas totais de espaços naturais não cumprem os valores mínimos indicados pela DGOTDU: 10m<sup>2</sup>/hab e 30 m<sup>2</sup>/hab respectivamente.

Ao nível dos incêndios florestais, verifica-se uma tendência decrescente do número de ocorrências e área ardida no Concelho, particularmente entre 2003 e 2006 – ver figuras 9 e 10. Este decréscimo acompanha a tendência da Grande Lisboa para os mesmos indicadores, o que demonstra que Vila Franca de Xira não apresenta um comportamento marginal em relação à escala sub-regional.

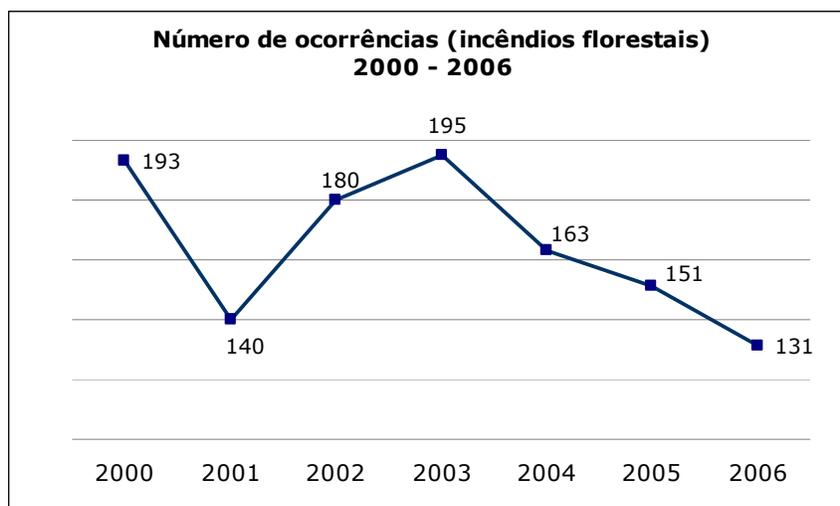


Figura 9 – Número de incêndios florestais entre 200 e 2006 (Fonte: INE, 2006a)<sup>21</sup>

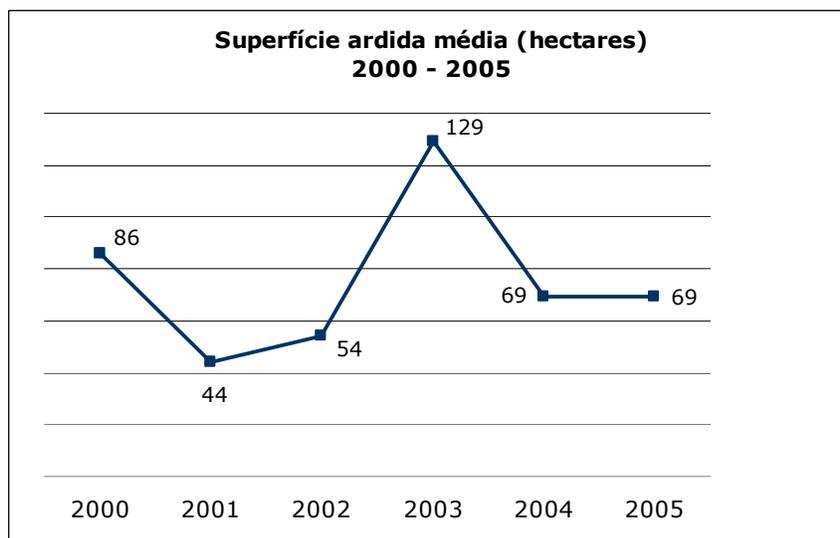


Figura 10 – Superfície ardida média em hectares (Fonte: INE, 2006a)<sup>22</sup>

<sup>21</sup> INE (2006a) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2006", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Ao nível das áreas classificadas o Concelho apresenta, segundo o PDM em vigor, para a Reserva Ecológica Nacional (REN) uma área que abrange 57,6% do território concelhio, e para a Reserva Agrícola Nacional (RAN) uma área que abrange 50,5% do mesmo território. A expressividade destes valores deve-se essencialmente à área condicionada à Lezíria, como se pode constatar pelas figuras 11 e 12. Na figura 12 apresenta-se ainda os corredores ecológicos definidos para a Rede Ecológica Metropolitana (CCDR-LVT, 2002)<sup>23</sup>, que estabelecem as dinâmicas de desenvolvimento das áreas naturais em Vila Franca de Xira.

O Estuário do Tejo é a maior zona húmida nacional e uma das mais importantes da Europa. Esta relevância é reconhecida ao nível de diversos instrumentos de protecção e valorização natural, entre os quais a Reserva Natural do Estuário do Tejo e a ZPE e Sítio da Lista Nacional definidos no âmbito da Rede Natura 2000. O Concelho de Vila Franca de Xira abrange parte destas áreas classificadas, que se encontram ordenadas segundo planos de gestão regulamentar, designadamente:

- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para a ZPE (PTZPE0010) e Sítio da Lista Nacional (PTCON0009) do Estuário do Tejo;
- Plano de Ordenamento da RNET.

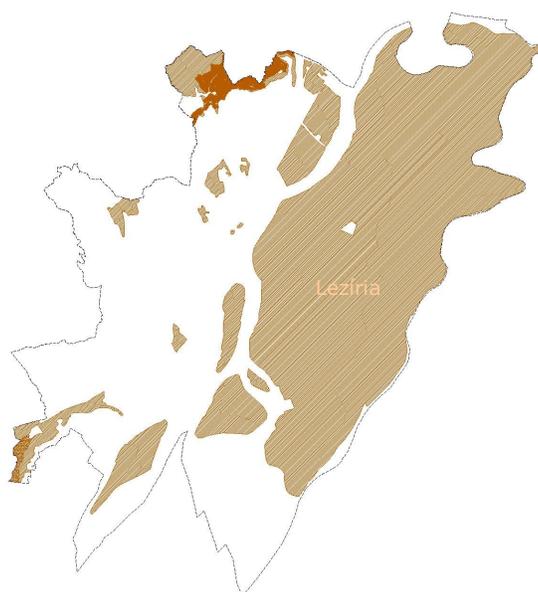


Figura 11 – RAN em vigor

<sup>22</sup> INE (2006a) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2006", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>23</sup> CCDR-LVT (2002). "Plano Regional de Ordenamento da área Metropolitana de Lisboa". CCDR-LVT.

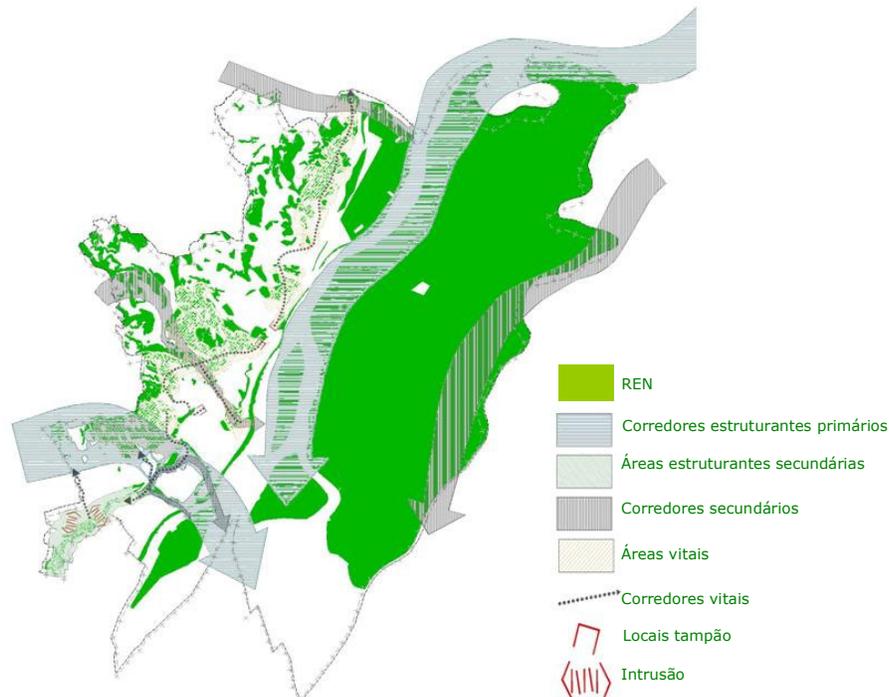


Figura 12 – REN em vigor e Rede Ecológica Metropolitana prevista no PROTAML

### *Qualidade ambiental*

Vila Franca de Xira está assente sobre a unidade hidrogeológica Bacia do Tejo-Sado. A qualidade das águas subterrâneas desta unidade são caracterizadas por valores de condutividade, cloretos e sódio que, quase sempre, excedem os valores máximos recomendáveis definidos na legislação (INAG, 2000)<sup>24</sup>, especialmente no sistema aluvionar, como se pode verificar pela análise da figura 13. Este sistema apresenta uma baixa qualidade da água, como se percebe pela percentagem de ocorrências (quase sempre acima das 60%) na categoria >A3 (nível de contaminação da água acima dos valores máximos admissíveis para consumo humano), o que indicia uma vulnerabilidade significativa à contaminação das suas águas subterrâneas.

<sup>24</sup> INAG (2000) "Sistemas aquíferos de Portugal Continental", Almeida C., Mendonça J.J.L., Jesus M.R., Gomes A.J. (AA), Centro de Geologia e INAG.

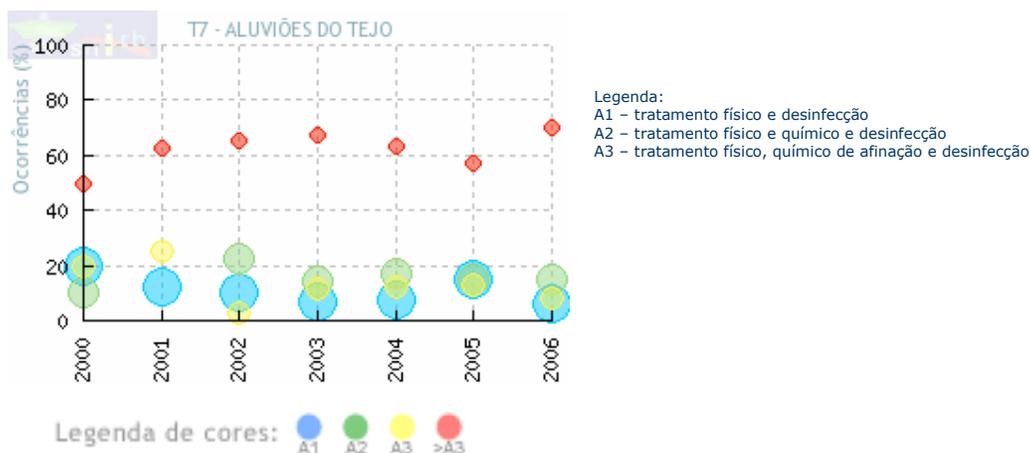


Figura 13 – Qualidade da água no sub-sistema dos aluviões do Tejo (Fonte: SNIRH<sup>25</sup>)

As próprias linhas de água do Concelho apresentam-se bastante poluídas, situação que se agrava no sentido jusante da área da faixa urbano-industrial, entre a A1 e a margem ribeirinha, zona onde se concentra a maior produção de águas residuais, tal como identificado na própria Proposta de PDM.

Quanto à água de abastecimento para consumo humano, os dados registados entre 1993 e 2001, apresentaram elevados níveis de conformidade com as normas da qualidade da água (quadro 14), não indiciando riscos significativos para a saúde pública.

Quadro 14 – Percentagem de análises em violação das normas da qualidade da água

Nº análises realizadas	Nº análises em violação ao VMA	Percentagem de análises em violação ao VMA
5103	16	0,3%

Ao nível do tratamento de resíduos verifica-se no Concelho uma tendência crescente no encaminhamento de RSU para reciclagem, tendo atingido os 5,7% de RSU totais em 2005 (quadro 15). Esta tendência é no entanto ainda incipiente em termos absolutos, uma vez que a média nacional de recolha selectiva chegou aos 8,2% no mesmo período<sup>26</sup>. A deposição em aterro no Concelho aumentou desde 2003, o que significa que cerca de 30% dos resíduos produzidos não são valorizados.

<sup>25</sup> <http://snirh.pt>

<sup>26</sup> Dados da Agência Portuguesa do Ambiente - disponíveis online ([www.iambiente.pt](http://www.iambiente.pt)).

Quadro 15 - Quantidade de RSU em % do total Produzido

Destino Final	Tipo de RSU	2003	2004	2005
Deposição em Aterro	Indiferenciado	25,2%	37,6%	29,4%
	Reciclável			
Central de Tratamento de RSU	Indiferenciado	71,3%	58,5%	64,8%
Central de Triagem e Ecocentro	Reciclável	3,5%	4,0%	5,7%

Fonte: CMVFX (2007)<sup>27</sup> e Valorsul<sup>28</sup>

Considerando as deficientes características geotécnicas de Vila Franca de Xira, o Concelho apresenta várias situações de instabilidade de vertentes que, quando coexistentes com áreas edificadas, podem configurar zonas de risco iminente. Estas zonas encontram-se inventariadas e delimitadas espacialmente, utilizando como base a Carta Geotécnica de Risco do Concelho, desenvolvida pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. No contexto das zonas declivosas, estão também associadas vastas áreas com risco de erosão, nomeadamente na margem direita do Rio Tejo, como se pode constatar pela análise da Planta de Condicionantes dos Recursos Ecológicos<sup>29</sup> presente na Proposta de PDM.

Relativamente à poluição do ar de Vila Franca de Xira, esta encontra-se dependente de dois factores fundamentais: tráfego rodoviário e indústria. Segundo o Plano Estratégico do Ambiente, os resultados levantados pelas 3 redes de monitorização inseridas no Concelho ao longo dos últimos anos, destacam as seguintes tendências negativas:

- As concentrações mais elevadas de partículas em suspensão têm sido registadas na zona urbana de Alhandra (na proximidade à CIMPOR);
- Emissão significativa de partículas em suspensão e SO<sub>2</sub> na Póvoa de Santa Iria, associada à presença da SOLVAY;
- Poluição significativa (NO<sub>x</sub>; CO; CO<sub>2</sub>; COV; HC) em toda a faixa entre a A1 e a margem ribeirinha, resultado do tráfego rodoviário intenso nessa zona.

Quanto ao ruído, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira desenvolveu um estudo denominado "Caracterização do Ruído Ambiente no concelho de Vila Franca de Xira", cuja

---

<sup>27</sup> CMVFX (2007). "Plano Estratégico do Ambiente – 2ª Fase". Elaboração da Hidroprojecto, SA.

<sup>28</sup> [www.valorsul.pt](http://www.valorsul.pt)

<sup>29</sup> Planta de Condicionantes: Recursos Ecológicos (desenhos 06.1 e 06.2) - 1ª Revisão do PDM de Vila Franca de Xira, Volume III.

análise apresenta as seguintes conclusões principais, de acordo com a Proposta de PDM<sup>30</sup>:

- Foram obtidos muitos resultados críticos em zonas residenciais já consolidadas;
- As áreas envolventes aos eixos rodoviários A1 e EN10 e ao eixo ferroviário, são as áreas onde os níveis sonoros ultrapassam os 65 dB(A) - limite máximo imposto por lei para a definição de zonas mistas.

As fontes de poluição do ar, ruído, água e solo mais significativas do Concelho de Vila Franca de Xira encontram-se sintetizadas no quadro 16<sup>31</sup>.

Quadro 16 – Principais fontes de poluição de Vila Franca de Xira

Tipos de poluição	Fontes de poluição
Ar	Indústria - CIMPOR, Adubos de Portugal, Central Térmica do Carregado, CT RSU VALORSUL, SOLVAY)
	Tráfego rodoviário - Eixos Urbanos
	Tráfego rodoviário - A1 e EN10
	Tráfego rodoviário - Terminal de TIR em Alverca
	Tráfego rodoviário - Unidades de Logística
	Pedreiras (Sta. Eulália SOLVAY e Torre CIMPOR são críticas)
Ruído	Tráfego rodoviário - Eixos Urbanos; A1; Nós de acesso à A1; EN10 e CREL
	Eixo Ferroviário
	Indústria e Oficinas em áreas urbanas
	Pedreiras - Sta. Eulália e Torre são críticas
Água	AR Industriais da Castanheira e Alhandra, e com origem no afluente Rib <sup>a</sup> Alfarrobeira
	Oficinas, entreposto e adega na Vala do Carregado
	Agricultura intensiva na Lezíria e em Vila Franca de Xira
	Circulação e estacionamento de veículos (águas pluviais)
	Deposição "selvagem" de resíduos sólidos ("monstros") nas margens e galerias ripícolas de algumas linhas de água (especialmente nas zonas rurais)
Solo	Indústrias agro-precuárias
	Agricultura na Lezíria (utilização intensiva de adubos e pesticidas)
	Depósitos de Sucata - A-dos-Potes; Casal da Areias; Mato da Cruz
	Ocupação industrial na frente ribeirinha - C. Ribatejo; Alhandra-Sobralinho; ex-Arbibay; Faixa entre A1 e Tejo no Forte da Casa; ex-Mague

<sup>30</sup> Análise e Diagnóstico, Caderno III – Caracterização Biofísica, Volume I, pg.70.

<sup>31</sup> A localização destas fontes de poluição encontra-se cartografada na Planta de Caracterização Biofísica das Disfunções Ambientais (desenhos 07.1 e 07.2 - 1ª Revisão do PDM de Vila Franca de Xira, Volume I) constante da Proposta de PDM.

Associado às pedreiras, a definição, ao nível da Administração Central, da Reserva de Margas e Calcários Margosos<sup>32</sup> para exploração de recursos geológicos, que cobrem vastas áreas do território concelhio, configuram um risco acrescido à integridade dos valores naturais e culturais presentes nessas mesmas áreas, constituindo uma ameaça ambiental sobre a qual o município não possui qualquer capacidade legal de controlo. As encostas de Calhandriz, caracterizadas pelos seus matos mediterrâneos e espécies diversificadas de fauna (como sejam o carrasco, o pilriteiro, ou a gilbardeira), são um caso paradigmático do tipo de património natural em risco, uma vez que se inserem dentro da Reserva mencionada.

### *Identidade cultural*

Vila Franca Xira apresenta um número muito apreciável de elementos de património cultural edificado, incluindo alguns do princípio do século 20.

Muitos dos imóveis descritos foram classificados em anos recentes, especialmente a partir da década de 90, o que indicia uma preocupação municipal em salvaguardar o património edificado existente.

A despesa municipal em actividades culturais por habitante apresentou um decréscimo acentuado (-14%) entre 2004 e 2005 (quadro 17), em oposição clara à média da Grande Lisboa, que aumentou em 29% durante o mesmo período de tempo.

Quadro 17 - Despesa Total em Actividades Culturais por Habitante (€/hab)	2004	2005	variação
<b>Vila Franca de Xira</b>	64,6	55,4	-14%
<b>Grande Lisboa</b>	44,0	56,8	29%

Fonte: INE (2006a)<sup>33</sup>

Estes indicadores são fundamentais para a promoção de uma identidade cultural concelhia forte, na medida em que reflectem a identidade cultural existente e a sua valorização.

<sup>32</sup> Áreas definidas mediante portaria conjunta entre os Ministérios da Economia e Ambiente e Ordenamento do Território - Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de Outubro.

<sup>33</sup> INE (2006a) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2006", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

No âmbito deste FCD verificam-se algumas tendências críticas actuais do ponto de vista da integridade biofísica do Concelho, nomeadamente:

- Uma insuficiente estrutura verde em espaços urbanos;
- Uma vulnerabilidade significativa às principais fontes de poluição, particularmente às unidades industriais, ao tráfego rodoviário e efluentes (domésticos e industriais), bem como à exploração de recursos geológicos controlada pela Administração Central (AC).

Em relação à estrutura verde prevê-se, no entanto, que, com a definição de uma EEU, a tendência seja a de aumentar as áreas naturais do Concelho e, nesse contexto, gerar mais oportunidades de valorização do património natural.

Relativamente aos focos de poluição, particularmente os associados às descargas de efluentes, a tendência futura (embora a prazo incerto) aponta no sentido da diminuição da vulnerabilidade ambiental, uma vez entrando em funcionamento as ETAR previstas. Já para a poluição do ar e do solo, e do próprio ruído, não é claro que a situação evolua de forma positiva, mantendo-se o risco de poluição actual, ou pior, caso não se controle de forma sustentável o aumento expectável do tráfego rodoviário e a consolidação da agricultura intensiva tradicional.

A valorização do património cultural apresenta alguns indicadores positivos que reforçam a identidade cultural de Vila Franca de Xira, a qual pode todavia ser ainda mais potenciada por uma aposta clara nas actividades culturais do Concelho.

### **6.2.2 Análise SWOT**

O quadro 18 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial do Concelho para o FCD *Valorização ambiental e cultural*, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território municipal.

Quadro 18 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD *Valorização ambiental e cultural*

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Valorização ambiental e cultural	<p>Grandes áreas afectas à REN e à RAN, essencialmente devido à área condicionada à Lezíria.</p> <p>Abrangência de parte do Estuário do Tejo – maior zona húmida nacional e uma das mais importantes da Europa – e respectivos instrumentos de protecção (RNET e ZPE no âmbito da Rede Natura 2000).</p> <p>Crescimento do património classificado (especialmente na década de 90).</p>	<p>Ausência de um contínuo natural e carência de espaços verdes urbanos.</p> <p>Proliferação de situações de descarga directa de águas residuais para as linhas de água receptoras (águas subterrâneas e linhas de água bastante poluídas).</p> <p>Risco significativo associado às características geotécnicas do Concelho (instabilidade de vertentes e erosão).</p> <p>Focos críticos de poluição do ar e ruído associados ao tráfego rodoviário e indústria (incluindo a exploração de recursos geológicos).</p>	<p>O QREN, no âmbito do seu objectivo estratégico de controlo da qualidade do ar, gera oportunidades para o desenvolvimento de projectos de prevenção e minimização dos efeitos das emissões de poluentes atmosféricos.</p> <p>Mercados voluntários de carbono podem gerar oportunidades de exploração económica e ambiental das áreas florestais existentes.</p> <p>Estratégia nacional de contenção da dispersão urbana, configura uma oportunidade de optimização das infra-estruturas de saneamento básico e tratamento de RSU.</p> <p>Constituição das ARH configura uma oportunidade para articulação de estratégias de protecção e valorização das águas superficiais e subterrâneas.</p>	<p>Alterações climáticas podem promover o aumento dos riscos naturais, nomeadamente incêndios florestais, aumentando a vulnerabilidade da estrutura verde a este tipo de riscos.</p> <p>Conjuntura de crise alimentar pode potenciar o recurso a métodos de agricultura intensiva mais agressivos para o ambiente, promovendo a contaminação de solos e águas subterrâneas para níveis de degradação muito significativos.</p> <p>Imposição de vastas Áreas Cativas e de Reserva à indústria extractiva, configura uma ameaça à protecção de valores naturais presentes nessas mesmas áreas.</p> <p>Expansão do sector logístico pode acarretar aumentos de tráfego rodoviário (nomeadamente de pesados), com efeitos negativos ao nível da poluição do ar e ruído.</p> <p>Possibilidade de desenvolvimento de iniciativas turísticas em áreas classificadas (Turismo de Natureza) pode pôr em causa a integridade biofísica de algumas zonas sensíveis (como são os Mouchões por exemplo).</p>

### 6.2.3 Oportunidades e riscos

O quadro 19 apresenta a matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objectivos estratégicos do PDM de Vila Franca de Xira (tais como descritos no capítulo 3) para o FCD *Valorização ambiental e cultural*, ao que se segue a respectiva justificação analítica.

Quadro 19 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD *Valorização ambiental e cultural*

<b>Critérios de avaliação Objectivos estratégicos</b>	<b>Estrutura verde e valorização de áreas naturais</b>	<b>Qualidade ambiental</b>	<b>Identidade cultural</b>
1	+/-	+/-	0
2	+	+	0
3	++	+	+
4	+/-	+/-	+
5	+	+	0
6	+/-	+/-	+/-
7	+	+/-	0
8	0	+	0
9	+	0	++

Legenda: (+,++) oportunidades; (-,--) riscos; (+/-) relação neutra ou incerta; (0) sem relação

### *Estrutura verde e valorização de áreas naturais*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM apontam para o reforço e salvaguarda das áreas naturais, como se pode constatar pela afectação de cerca de 70% do território a REN, contra os 58% do PDM em vigor.

A afectação de uma vasta área concelhia à EEU, principalmente na zona ribeirinha, contribui estrategicamente para a re-naturalização de áreas com potencial ecológico, para a consolidação de corredores verdes, e para a criação de condições favoráveis à biodiversidade e controlo de escoamentos hídricos, que é um factor fundamental para a gestão de cheias.

A criação de redes de educação ambiental e recreio e lazer, e a estratégia de articulação das actividades económicas com a EEU – considerada nalgumas UOPGs –, contribui ainda para a valorização cultural e económica dos recursos naturais.

O ordenamento do solo rural aposta na salvaguarda dos valores naturais, estabelecendo condicionantes rigorosas de edificação em espaços rurais, e prevendo acções de regeneração do coberto florestal e recuperação paisagística, particularmente em solos com risco de erosão elevado e em pedreiras desactivadas.

A possibilidade de desenvolvimento turístico em áreas naturais classificadas, nomeadamente nos Mouchões, embora configure uma oportunidade para valorizar economicamente os recursos naturais, acarreta um risco potencial de degradação dos

ecossistemas envolventes, particularmente devido à impermeabilização potencial dos solos e aumento da pressão humana, embora este tipo de implantação se encontre regulamentada ao nível do PO-RNET e na legislação específica sobre o Turismo de Natureza (TN).

A Reserva de Margas e Calcários Margosos relativas à exploração de recursos geológicos abrangem uma vasta área do território concelhio, nalguns casos coincidentes com áreas de interesse ecológico e ambiental, como é o caso das encostas de Calhandriz, caracterizadas pelos seus matos mediterrâneos e espécies diversificadas de fauna (como sejam o carrasco, o pilriteiro, ou a gilbardeira), pondo em causa a manutenção de corredores verdes e a integridade biofísica das zonas. A impossibilidade legal do município proteger efectivamente os valores naturais e ambientais presentes nestas áreas<sup>34</sup>, configura um risco acrescido em termos da destruição de solo e sistemas ecológicos, bem com em termos de governação para a sustentabilidade do território concelhio.

### *Qualidade ambiental*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM configuram, de um modo geral, uma oportunidade para otimizar as infra-estruturas básicas do município, nomeadamente devido à requalificação programada das AUGI e à própria estratégia de contenção da dispersão urbana, com efeitos potenciais positivos ao nível do saneamento básico e gestão de RSU, não deixando também de contribuir para a manutenção de alguns riscos significativos de contaminação ambiental.

Neste último contexto, a concentração populacional decorrente da contenção da dispersão urbana acarreta um risco potencial, decorrente do aumento expectável dos congestionamentos rodoviários, com efeitos ao nível da degradação da qualidade do ar e ruído nas zonas urbanas.

Na mesma linha, o aumento expectável de tráfego rodoviário, nomeadamente de pesados, nas zonas de acesso às plataformas logísticas previstas, também promove a degradação da qualidade do ar e ruído nessas zonas.

A própria manutenção a curto prazo das graves carências ao nível da drenagem e tratamento de efluentes contribui, como mencionado anteriormente, para a manutenção dos baixos níveis da qualidade da água superficial e subterrânea.

---

<sup>34</sup> Uma vez que este tipo de áreas é definido mediante portaria conjunta entre o Ministério da Economia e o Ministério do Ambiente e Ordenamento Territorial – no âmbito do Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de Outubro.

Em meio rural, a consolidação das práticas agrícolas intensivas, nomeadamente na Lezíria, mantém a situação de contaminação progressiva dos solos e aquíferos, já por si bastante contaminados naquela zona.

A criação da EEU é provavelmente a estratégia com efeitos mais benéficos para a qualidade ambiental do Concelho, nomeadamente porque promove o aumento do conforto bioclimático, a melhoria da qualidade do ar e a protecção da integridade física dos solos.

A limitação dos espaços industriais também promove a melhoria geral do ambiente nessas zonas, a todos os níveis (ar, água, solo, ruído). Já a criação de vastas áreas multiusos pode acarretar a degradação da qualidade do ar e ruído, provocada pelo aumento expectável do tráfego rodoviário, particularmente nas áreas envolventes às plataformas logísticas programadas.

O estabelecimento de uma rede viária que promove a capilaridade e que privilegia os transportes colectivos, constitui um factor potencial de descongestionamento dos centros urbanos contribuindo, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ar e do ruído nestas zonas.

### *Identidade cultural*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM reforçam, de uma maneira geral, a identidade cultural do município, nomeadamente através da definição de medidas de protecção do património cultural.

A classificação de imóveis e o estabelecimento de zonas especiais de protecção, incluindo a recuperação e valorização dos Núcleos Edificados de Quintas em solo rural, contribuem significativamente para a salvaguarda dos valores patrimoniais do Concelho.

A criação da EEU também contribui, de forma indirecta, para o desenvolvimento da identidade concelhia, na medida em que reforça a relação cultural das populações com os valores naturais do Concelho.

### **6.2.4 Directrizes para seguimento**

De seguida apresentam-se as directrizes para seguimento (quadro 20) correspondentes ao FCD *Valorização ambiental e cultural*.

Quadro 20 – Diretrizes para seguimento para o FCD *Valorização ambiental e cultural*

<b>Planeamento e gestão</b>
<p>Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas nos Mouchões, de modo a assegurar a integridade biofísica e paisagística do ecossistema, e a evitar qualquer vulnerabilidade ao risco de cheias</p> <p>Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a descontaminação gradual das linhas de água do Concelho, em colaboração eventual com os municípios que partilham essas mesmas linhas de água</p> <p>Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as actividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e águas subterrâneas</p> <p>Articular os mapas de ruído de Vila Franca de Xira com os mapas de ruído dos concelhos vizinhos, e adoptar medidas de redução dos níveis de ruído onde eles estão em excesso</p> <p>Estabelecer critérios de segurança para a implantação de novas actividades nas zonas industriais a reconverter, sempre que estas actividades ocorram na envolvente de estabelecimentos abrangidos pelo DL nº254/2007, de 12 de Julho, respeitante à prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas</p> <p>Estabelecer critérios de expansão e regulação para a indústria extractiva, incluindo dentro das Áreas Cativas e de Reserva para a exploração de recursos geológicos, sempre que haja valores naturais e culturais relevantes</p> <p>Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e actividades culturais que constituem uma marca do Concelho</p>
<b>Monitorização</b>
<p>Desenvolver e implementar um sistema de monitorização e alerta da qualidade do ar e ruído nas zonas urbanas mais sensíveis</p> <p>Desenvolver e implementar um sistema de monitorização e alerta da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente nas zonas mais vulneráveis à contaminação</p> <p>Monitorizar a eficácia das medidas agro-ambientais em curso, nomeadamente na Lezíria, ao nível da contaminação do solo e águas subterrâneas</p> <p>Monitorizar o aumento do tráfego rodoviário decorrente da expansão do sector logístico, e seus efeitos ao nível do ruído e qualidade do ar</p>

### 6.2.5 Quadro de governança para a acção

De seguida apresenta-se o quadro de governança para o PDM de Vila Franca de Xira, no âmbito do FCD *Valorização ambiental e cultural*.

**Quadro 21 – Quadro de governança para a acção para o FCD *Valorização ambiental e cultural***

<b>Entidades</b>	<b>Condições de desempenho</b>
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	Estabelecer orientações e metas municipais de protecção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização (em colaboração com a CCDR, ARH, APA, DGOTDU, ICNB, etc.)  Monitorizar e controlar as fontes de poluição e o passivo ambiental do município  Fomentar e apoiar as actividades culturais, nomeadamente aquelas que contribuem para o reforço das identidades locais
CCDR-LVT	Manter actualizadas as orientações regionais em matéria de protecção e valorização ambiental, nomeadamente ao nível do estabelecimento e dinamização de corredores verdes
APA	Manter actualizados os diagnósticos e as respectivas metas e objectivos ambientais a diferentes prazos e escalas de planeamento
ICNB	Monitorizar os focos de poluição associados aos efeitos da contaminação agrícola e agro-pecuária em áreas classificadas, actuando em conformidade
Ministério da Economia e Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Rever a definição da Reserva de Margas e Calcários Margosos à exploração de recursos geológicos (pedreiras) em Vila Franca de Xira, à luz de critérios de sustentabilidade e integridade biofísica das áreas afectas a esta classificação
ONGAs	Colaborar com o município para a definição de estratégias de prevenção e mitigação de impactes ambientais  Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria ambiental  Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA
IGESPAR	Manter actualizada a informação disponibilizada para a elaboração do PDM
População em geral	Integrar movimentos ou associações culturais e de protecção do ambiente  Adoptar práticas quotidianas de protecção e valorização ambiental e cultural

## 6.3 FCD#3: Ruralidade

### 6.3.1 Análise tendencial

O Concelho de Vila Franca de Xira apresenta duas realidades com incidências territoriais bem demarcadas na margem direita do Tejo: a zona ribeirinha, com um desenvolvimento urbano linear ao longo dos principais eixos viários, e o interior marcadamente rural.

No contexto do interior rural procurou-se identificar zonas cujas características pudessem consolidar uma amostra da ruralidade concelhia. Para tal, recorreu-se às "Tipologias de

Áreas Urbanas” definidas pelo Conselho Superior de Estatística (158ª Deliberação), que permitem a classificação do território em áreas urbanas/rurais. À luz desta classificação são consideradas “Áreas Predominantemente Rurais” as que verificam os seguintes critérios:

- Densidade populacional inferior a 100 habitantes por km<sup>2</sup>;
- População residente inferior a 2000 habitantes.

No Concelho de Vila Franca de Xira, a freguesia de Cachoeiras apresenta ambas as condições necessárias a esta classificação (quadro 22). Calhandriz apresenta uma densidade populacional ligeiramente superior ao estipulado, mas a diferença populacional que se observa em relação às restantes freguesias revela um carácter diferenciadamente rural.

Quadro 22 – Freguesias predominantemente rurais

Freguesia	População Residente (habitantes)	Densidade Populacional 2001 (hab/km <sup>2</sup> )
Cachoeiras	768	78
Calhandriz	848	119

Ambas as freguesias encontram-se no interior do Concelho, afastadas do corredor formado pelas principais vias que atravessam o Concelho e da margem do Tejo e, por sua vez, das indústrias e serviços que ocorrem nessa zona, tornando-se pouco atractivas para a implementação de áreas urbanas, razão pela qual consegue manter um cariz eminentemente rural.

No vale aluvial e margem esquerda, a Lezíria de Vila Franca de Xira e os Mouchões do Tejo configuram zonas rurais já muito consolidadas, visto não terem qualquer tipo de expressão urbana.

### *Conflitos de Uso do Solo*

A Lezíria e os Mouchões não apresentam um risco significativo de conflitos de uso do solo, visto estar o seu uso agrícola salvaguardado pela classificação como Reserva Agrícola Nacional e a eventual expansão urbana salvaguardada pela classificação como Reserva Ecológica Nacional e pelo regime da Zona Especial de Protecção do Estuário do Tejo. Por este motivo não há expressão urbana nestas áreas, estando ambas qualificadas como Solo Rural.

Em Cachoeiras, o Solo Urbano resume-se a dois aglomerados isolados de cariz rural de uso predominante habitacional - a povoação de Cachoeiras e um núcleo designado Quinta da Granja - representando 6% do território. O Solo Rural tem uma ocupação do tipo agrícola de Policultura. Encontram-se também áreas classificadas como RAN e REN.

Em Calhandriz o Solo Rural ocupa 95% do território. Nos últimos anos tem sido alvo de maior pressão urbana em certas áreas associadas a espaços canais onde se verificou um acréscimo do número de edifícios. Grande parte da área a Sul da freguesia está incluída na área de Reserva de Margas e Calcários Margosos condicionando significativamente, os usos do solo nessa zona.

Analisando qualitativamente os usos do solo actuais verifica-se que o uso do solo dominante no interior do Concelho (margem direita) é a agricultura de policultura, havendo manchas significativas de vinha a Norte e de exploração de recursos geológicos a Sul. No Sul predominam também terrenos incultos, o que os deixa mais susceptíveis à pressão urbana.

### *Valorização Económica do Espaço Rural*

A Companhia das Lezírias é a maior exploração agro-pecuária e florestal existente em Portugal. Esta sociedade gere, nomeadamente, a Lezíria de Vila Franca de Xira que se divide em Lezíria Norte e Sul consoante a posição em relação à EN10. A Lezíria Norte é explorada indirectamente por rendeiros. Na Lezíria Sul todos os terrenos sobre exploração directa da Companhia (2000 ha dos 5000 ha) estão em regime de Agricultura Biológica, sendo as principais produções pastagens / forragens, arroz e milho.

A Companhia das Lezírias tem também como objectivo estratégico a dinamização de actividades turísticas, onde se possam desenvolver actividades lúdicas associadas ao contexto rural em que se inserem (actividades radicais, jogos tradicionais, visitas, etc.)<sup>35</sup>.

Os Mouchões são predominantemente explorados por pastagens.

Nas freguesias consideradas rurais da margem direita não existem quaisquer empreendimentos turísticos, não estando disponíveis dados sobre as actividades do sector primário para estas áreas. Existe, no entanto, a intenção de promover este tipo de actividades, visto estar o território de ambas as freguesias amplamente afecto à agricultura, silvo-pastorícia e exploração florestal (95% do território em Calhandriz e 92% em Cachoeiras), para além da exploração de recursos geológicos em Calhandriz.

---

<sup>35</sup> [www.cl.pt](http://www.cl.pt).

### *Assimetrias Territoriais e Sociais*

O crescimento populacional das freguesias rurais foi menor que a média total do Concelho na década de 90 (quadro 23). Nestas freguesias observa-se uma maior dependência da população activa do que no total do Concelho, com maior presença das faixas etárias mais avançadas, o que poderá evidenciar uma menor atractividade e capacidade de fixação populacional.

Quadro 23 – Índices de dependência e variação populacional nas freguesias rurais

Freguesia	Índices de dependência 2001 (%)			Varição Populacional
	Jovens	Idosos	Total	1991-2001 (%)
Cachoeiras	19	33	52	5,8
Calhandriz	19	31	49	2,9
Concelho VFX	23	15	38	18,7

A falta de habitação adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento (quadro 24) em Cachoeiras apresenta um valor relativamente alto, quando comparado com a média total do Concelho. Já em Calhandriz este valor aproxima-se da média.

Quadro 24 - Carências Habitacionais em Cachoeiras e Calhandriz 2001

Freguesia	Nº de alojamentos em falta	Nº de alojamentos em falta em relação ao total (%)
Cachoeiras	29	9,1
Calhandriz	23	5,8
Concelho VFX	3465	6,5

Nas freguesias rurais, os dados referentes à motorização das famílias (quadro 25) aproximam-se dos valores médios observados no Concelho, apresentando, ao nível do tempo médio de viagens por dia, valores ligeiramente inferiores à média, o que poderá ser indiciador de níveis de mobilidade ligeiramente melhores do que a situação geral do Concelho nesta matéria.

A Lezíria e os Mouchões não têm população residente e, nesse contexto, não oferecem (teoricamente) carências ao nível residencial e de mobilidade.

Quadro 25 – Taxa de motorização das famílias rurais

Freguesia	Família com motorização (%)	Tempo médio de viagens por dia (horas)
Cachoeiras	86,7	1,16
Calhandriz	79,50	1,06
Média do Concelho	80,10	1,49

Fonte: CESUR (2006)<sup>36</sup>

### *Valorização da Paisagem Rural*

Cerca de 50% do território concelhio está classificado como RAN, devido essencialmente à área condicionada à Lezíria e Mouchões (figura 11), o que confere ao Concelho uma identidade rural expressiva, e que se demarca claramente da identidade eminentemente urbano-industrial da zona ribeirinha da margem direita do Tejo.

O risco de erosão existe em diversas áreas das freguesias rurais, sendo particularmente expressivo em Calhandriz, onde ocupa a quase totalidade do território da freguesia. A Lezíria e os Mouchões não comportam este tipo de riscos no seu território.

Em relação ao potencial paisagístico dos espaços rurais, são reconhecidas pelo município 17 Quintas como tendo “Valor Paisagístico e Cultural”, encontrando-se o maior núcleo no Norte do interior concelhio. Muitas destas Quintas estão também associadas a património edificado de reconhecido valor. O município reconhece também o valor paisagístico de algumas estradas e de outros locais que, pela riqueza do seu coberto vegetal ou do seu património edificado, representam uma mais valia para o Concelho. Os regimes de salvaguarda referentes aos Mouchões e à Lezíria acima mencionados garantem também a manutenção da sua paisagem, contribuindo para a preservação da ruralidade de Vila Franca de Xira.

No meio rural não se identificam conflitos de uso relevantes, surgindo apenas situações de alguma pressão urbana emergente associada a novos eixos viários e a espaços expectantes (incultos), esperando-se, dadas as orientações estratégicas supra-municipais de contenção da dispersão urbana, que esta pressão se venha a atenuar no futuro.

Os principais usos e actividades económicas estão associados à agro-pecuária e exploração florestal ou de recursos geológicos, situação que se prevê manter-se de futuro, uma vez que são actividades primárias essenciais.

<sup>36</sup> CESUR (2006) “Estudo de Acessibilidades do Concelho de Vila Franca de Xira – Revisão”, Lisboa.

A erosão dos solos em meio rural poderá estar associada a um certo abandono das áreas rurais, factor que pode estar relacionado com um fraco potencial de fixação populacional e com a falta de rentabilidade de algumas práticas agrícolas. Existe no entanto um potencial de exploração turística materializado na existência de inúmeros pontos de reconhecido valor paisagístico e cultural, bem como património edificado de cariz rural, tal como já reconhecido pela Companhia das Lezírias, que pretende apostar no turismo rural enquanto actividade de valorização económica, cultural e natural da Lezíria.

### 6.3.2 Análise SWOT

O quadro 26 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial do Concelho para o FCD *Ruralidade*, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território municipal.

Quadro 26 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD *Ruralidade*

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Ruralidade	Vasta área agrícola condicionada à Lezíria. Protecção do carácter rural dos Mouchões.	Dispersão das zonas rurais no interior do Concelho, o que as deixa mais vulneráveis à pressão urbana. Envelhecimento da população rural, com índices mais elevados de dependência da população activa. Risco significativo de erosão, particularmente na freguesia rural de Calhandriz.	Estratégias de redução das assimetrias urbano-rural (QREN, PNPOT, PROTAML) configuram uma oportunidade para a implementação de projectos de dinamização e valorização do meio rural. Expansão das iniciativas de Turismo em Espaço Rural (TER), pode gerar novas oportunidades de exploração económica e ambiental dos espaços rurais.	Prolongamento da cidade de Lisboa pode trazer maior pressão urbanística às zonas rurais do Concelho. Estratégia regional de desocupação das frentes ribeirinhas (PROTAML) pode contribuir para a transferência da pressão urbanística para os espaços rurais do interior do Concelho (margem direita). Imposição de vastas Áreas Cativas e de Reserva à indústria extractiva, configura uma ameaça à protecção da identidade dos espaços rurais inseridos nessas mesmas áreas.

### 6.3.3 Oportunidades e riscos

O quadro 27 apresenta a matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objectivos estratégicos do PDM de Vila Franca de Xira (tais como descritos no capítulo 3) para o FCD *Ruralidade*, ao que se segue a respectiva justificação analítica.

**Quadro 27 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD *Ruralidade***

<b>Critérios de avaliação Objectivos estratégicos</b>	<b>Conflitos de uso do solo</b>	<b>Valorização económica do espaço rural</b>	<b>Assimetrias territoriais e sociais</b>	<b>Valorização da paisagem rural</b>
1	+/-	0	0	0
2	-	0	0	-
3	+	0	0	+
4	+/-	+	+	+/-
5	0	0	0	0
6	0	0	0	0
7	++	++	+	++
8	0	0	+	0
9	0	+	0	+

Legenda: (+,++) oportunidades; (-,-) riscos; (+/-) relação neutra ou incerta; (0) sem relação

### *Conflitos de uso do solo*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de um modo geral, para a protecção dos espaços rurais, contribuindo para a redução da pressão urbanística nestas zonas, nomeadamente a decorrente da contenção das AUGI, e para a contenção da ocupação dispersa, devido à estratégia de nucleação dos aglomerados rurais consolidados.

A opção em alargar os perímetros urbanos no interior do Concelho, de modo a libertar a frente ribeirinha, pode acarretar um aumento geral da pressão urbanística em meio rural, tal como identificado na análise de compatibilidades (capítulo 5). Esta pressão é acomodada pelo alargamento dos perímetros dos aglomerados rurais que seguem uma política de contenção da dispersão da ocupação, procurando resolver uma situação mais crítica do PDM em vigor. Assim sendo, este alargamento de perímetros não configura necessariamente um risco desde que sirva exactamente o propósito de conter a edificação dispersa e reordenar o território, o que se traduz na Proposta de PDM que prevê uma parcela mínima de 20.000m<sup>2</sup> para se poder construir, alterando a dimensão mínima de 2.000m<sup>2</sup> que existe no PDM ainda em vigor. Exceptuam-se as unidades cadastrais já infraestruturadas, que são marginais (cerca de 20 em todo o Concelho) e que ainda assim devem constituir situações a serem acompanhadas e contidas relativamente a possíveis futuras expansões.

A vasta área afectada à Reserva de Margas e Calcários Margosos constitui um risco potencial de conflito com as tipologias de uso do solo rural, colocando inclusivamente em causa a própria valorização da paisagem, particularmente em Calhandriz, freguesia predominantemente rural fortemente condicionada por esta Reserva. O facto do município, tal como referido anteriormente, estar legalmente impossibilitado para actuar sobre estas áreas, a fim de proteger efectivamente os valores e a paisagem rurais existentes correspondentes, configura um risco acrescido em termos da protecção do solo rural, bem como em termos de governação para a manutenção e reforço da identidade rural.

### *Valorização económica do espaço rural*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM tendem a valorizar os recursos específicos deste tipo de espaços, nomeadamente através da dinamização de actividades económicas.

A dinamização do turismo rural, incluindo a valorização patrimonial dos Núcleos Edificados de Quintas, e a estratégia de consolidação do tecido agrícola e florestal produtivo, são as opções mais evidentes da aposta no desenvolvimento económico das zonas rurais.

### *Assimetrias territoriais e sociais*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM contribuem, de forma moderada para contrariar as assimetrias territoriais e sociais com os espaços urbanos.

A aposta no turismo rural contribui para a diversificação das actividades económicas em meio rural, o que potencialmente se poderá vir a traduzir numa geração de emprego e qualificação profissional específica nesta área.

Os projectos de requalificação previstos para os aglomerados rurais induzem a uma melhoria da qualidade habitacional e dos espaços de utilização colectiva, potenciando as condições de fixação populacional.

O estabelecimento de uma rede viária com maiores níveis de capilaridade tende a reforçar a mobilidade em solo rural.

### *Valorização da paisagem rural*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM apontam para a protecção da paisagem em meio rural, muito por força da estratégia de contenção da dispersão urbana neste tipo de espaços.

Neste contexto, a estratégia de salvaguarda das áreas mais sensíveis, e a definição de Núcleos Edificados de Quintas, promovem de forma significativa a valorização da paisagem e identidades rurais.

A dinamização do turismo rural também é um factor potenciador da paisagem rural, no entanto, no caso específico dos Mouchões, o desenvolvimento de projectos turísticos, tal como previsto, se não for bem controlado por critério rigorosos, pode contribuir para a descaracterização paisagística deste ecossistema, mesmo tendo em conta o conjunto de medidas de protecção, estabelecidas pelo PO-RNET, para intervenções específicas nos Mouchões de Alhandra, Lombo do Tejo e Póvoa.

### **6.3.4 Directrizes para seguimento**

De seguida apresentam-se as directrizes para seguimento (quadro 28) correspondentes ao FCD *Ruralidade*.

Quadro 28 – Directrizes para seguimento para o FCD *Ruralidade*

<b>Planeamento e gestão</b>
Assegurar que a maior pressão urbanística sobre o meio rural só sucede por esgotamento de outras ofertas existentes ou potenciais no espaço urbano
Incentivar o desenvolvimento de actividades típicas do meio rural, apostando na afirmação de um leque de especializações rurais diferenciadoras
Criar uma marca diferenciadora dos produtos do meio rural de Vila Franca de Xira, incluindo produtos turísticos
Assegurar o acompanhamento e a realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental das intervenções turísticas na área do Mouchões, tendo em conta os requisitos legais relativamente à intervenção em áreas ao abrigo da Directiva Habitats
<b>Monitorização</b>
Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização da pressão urbanística em solo rural
Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização de recuperação da dispersão urbana ilegal
Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização de incentivo e desenvolvimento da identidade rural do concelho
Desenvolver um sistema de monitorização da evolução do controlo da ocupação dispersa no território do concelho

### 6.3.5 Quadro de governança para a acção

De seguida apresenta-se o quadro de governança para o PDM de Vila Franca de Xira, no âmbito do FCD *Ruralidade*.

Quadro 29 – Quadro de governança para a acção para o FCD *Ruralidade*

Entidades	Condições de desempenho
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	<p>Conter a dispersão urbana em solo rural, nomeadamente através da imposição de condicionantes de edificabilidade neste tipo de espaços (incluindo nos espaços condicionados, como a RAN)</p> <p>Fomentar e apoiar os processos de participação pública e sensibilizar a população para as mais-valias das áreas rurais</p> <p>Fomentar e apoiar as actividades que potenciem os valores naturais, económicos e culturais em espaço rural</p>
CCDR-LVT	<p>Manter actualizadas as perspectivas regionais de desenvolvimento rural, estabelecendo normas estratégicas sobre o controlo da dispersão construtiva neste tipo de espaços</p> <p>Incentivar a aplicação de modelos de ordenamento específicos para a relação urbano-rural na Região</p>
DGOTDU	<p>Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento do território nacional, nomeadamente ao nível das estratégias nacionais de ordenamento para o espaço rural</p> <p>Produzir indicadores de caracterização diferenciados para solo rural e solo urbano</p> <p>Assegurar a disponibilidade de estatísticas específicas (INE, Observatório do OT) para as diversas actividades em espaço rural</p>
População em geral	<p>Integrar movimentos ou associações de dinamização de produtos típicos e/ou de defesa das identidades rurais</p>

## 6.4 FCD#4: Emprego e qualificação humana

### 6.4.1 Análise tendencial

#### *Acesso ao Ensino e Formação Profissional*

Em 2001, 53% da população residente no Concelho havia concluído apenas o Ensino Básico, e cerca de 12% não tinha qualquer qualificação escolar. O ensino profissional apresenta valores irrelevantes, como se pode constatar pela análise da figura 14.

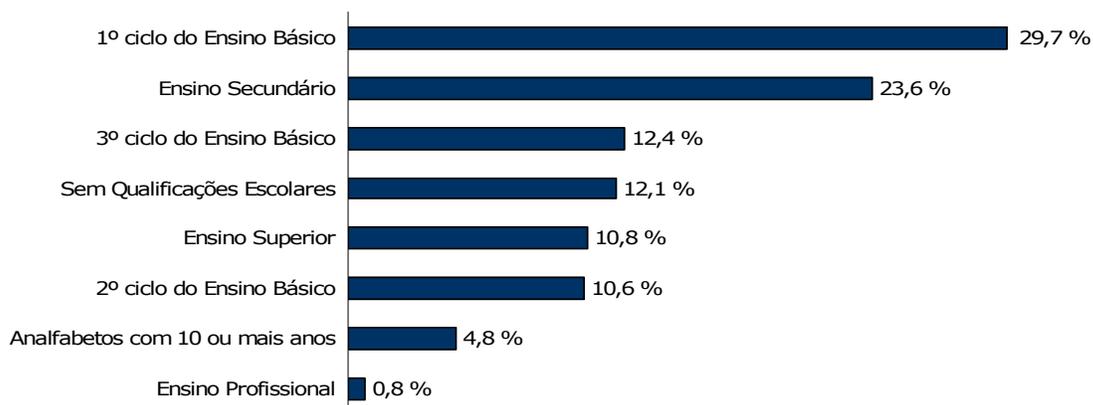


Figura 14 – Percentagem de população por nível de escolaridade (Fonte: INE, 2002)<sup>37</sup>

As taxas de ocupação dos estabelecimentos de ensino observadas em 2006 demonstram uma clara desadequação da oferta destes equipamentos face à sua procura (quadro 30). A situação apresenta-se particularmente gravosa nos estabelecimentos de Ensino Básico (1º Ciclo), onde a procura ultrapassa a oferta existente. Neste contexto, deve-se ainda fazer notar que, desde o ano lectivo de 2000/2001 e 2005/2006, Vila Franca de Xira tem vindo a perder ligeiramente população escolar (cerca de 2%).

Quadro 30 – Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino

Estabelecimento	Taxa de Ocupação 2006
Ensino Pré-escolar	96.3%
Ensino Básico 1º Ciclo	125.3%
Ensino Básico 2º e 3º ciclo	91%
Ensino Secundário	80%

### *Promoção de actividades ligadas ao desenvolvimento tecnológico*

Vila Franca de Xira demonstra uma tendência positiva na aposta em actividades ligadas ao desenvolvimento tecnológico, observando-se um aumento do emprego em actividades TIC. Este valor encontra-se, no entanto, ainda abaixo do observado na sub-região da Grande Lisboa (quadro 31).

<sup>37</sup> INE (2002). "Censos 2001".

Quadro 31 - Proporção de emprego total em actividades TIC (%)	2002-2003	2005
<b>Vila Franca de Xira</b>	1,9	2,2
<b>Grande Lisboa</b>	6,2	5,3

Fonte: INE (2004)<sup>38</sup> e INE (2006a)<sup>39</sup>

### *Dinâmica empresarial e Integração profissional*

A dinâmica empresarial concelhia acompanha a tendência da Grande Lisboa. Dados referentes a 2003 e 2006 permitem identificar, em ambos os casos, uma redução da criação de novas empresas, no entanto, observa-se também uma redução na dissolução destas demonstrando um tecido empresarial pouco dinâmico mas tendencialmente estável (quadro 32).

Quadro 32 - Taxas de Constituição e Dissolução de Empresas	Taxa de Constituição (%)		Taxa de Dissolução (%)	
	2003	2006	2003	2006
Vila Franca de Xira	7,2	6,8	3,2	1,6
Grande Lisboa	6,6	6,3	3,1	2,0

Fonte: INE (2004)<sup>40</sup> e INE (2006a)<sup>41</sup>

Esta tendência é acompanhada por uma redução da taxa de desemprego, sendo que em 2001 este indicador se encontrava abaixo do observado na sub-região. (quadro 33)

Quadro 31 - Taxa de Desemprego (%)	1991	2001
<b>Vila Franca de Xira</b>	8,9	6,7
<b>Grande Lisboa</b>	--	7,1

Fonte: INE (1992)<sup>42</sup> e INE (2002)<sup>43</sup>

Em suma, o Concelho Vilafranquense tem uma população residente maioritariamente em idade activa, sendo o Ensino Básico o nível académico atingido na maioria da população,

<sup>38</sup> INE (2004) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2004", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>39</sup> INE (2006a) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2006", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>40</sup> (2004) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2004", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>41</sup> INE (2006a) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2006", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>42</sup> INE (1992). "Censos 1991".

<sup>43</sup> INE (2002). "Censos 2001".

mantendo-se a incerteza sobre a evolução deste indicador, uma vez que ele depende de um conjunto vasto de factores, muitos deles externos ao município. Ainda no contexto da educação, observam-se algumas carências ao nível dos equipamentos de Ensino Básico, nomeadamente no 1º Ciclo, situação que se prevê ver melhorada no âmbito da reestruturação da rede educativa do Concelho, tal como prevista na Carta Educativa de Vila Franca de Xira.

O tecido empresarial concelhio apresenta-se pouco dinâmico mas estável, apresentando uma tendência crescente no emprego associado a actividades TIC.

### 6.4.2 Análise SWOT

O quadro 34 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial do Concelho para o FCD *Emprego e qualificação humana*, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território municipal.

Quadro 34 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD *Emprego e qualificação humana*

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Emprego e qualificação humana	<p>Função de espaço canal na AML (localização privilegiada face à cadeia de produção, distribuição e consumo de bens).</p> <p>População residente maioritariamente em idade activa.</p>	<p>Baixos níveis de qualificação escolar e profissional.</p> <p>Sobrelotação dos equipamentos de ensino básico (1º Ciclo).</p>	<p>Objectivos de elevar o nível médio de qualificação escolar e aumentar o emprego, no âmbito do QREN, configuram uma oportunidade para a implementação de projectos de qualificação humana e integração profissional.</p> <p>Expansão do sector logístico gera oportunidades de emprego, incluindo emprego qualificado, podendo atrair outras actividades económicas relacionadas.</p>	<p>Conjuntura de crise económica e social pode potenciar os níveis de abandono escolar da população.</p>

### 6.4.3 Oportunidades e riscos

O quadro 35 apresenta a matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objectivos estratégicos do PDM de Vila Franca de Xira (tais como descritos no capítulo 3) para o FCD *Emprego e qualificação humana*, ao que se segue a respectiva justificação analítica.

Quadro 35 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD *Emprego e qualificação humana*

<b>Critérios de avaliação Objectivos estratégicos</b>	<b>Acesso ao ensino e formação profissional</b>	<b>Promoção de actividades ligadas ao desenvolvimento tecnológico</b>	<b>Dinâmica empresarial e integração profissional</b>
1	+	0	+
2	0	0	0
3	0	0	0
4	0	0	+
5	0	0	+
6	0	+	+
7	0	0	+
8	0	0	+
9	0	0	0

Legenda: (+,++) oportunidades; (-,-) riscos; (+/-) relação neutra ou incerta; (0) sem relação

#### *Acesso ao ensino e formação profissional*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM potenciam, de um modo geral, o acesso ao ensino e formação profissional, muito por força da implementação da Carta Educativa Carta Educativa de Vila Franca de Xira, que faz o enquadramento das necessidades educativas, nomeadamente ao nível do dimensionamento e distribuição espacial dos equipamentos escolares.

Neste contexto, a própria estratégia de contenção da dispersão urbana contribui para otimizar a distribuição e dimensionamento de equipamentos escolares, na medida em que diminui a necessidade de dispersão deste tipo de equipamentos.

#### *Promoção de actividades ligadas ao desenvolvimento tecnológico*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM promovem, particularmente através da criação de áreas multiusos como base impulsionadora para a fixação, entre outras, de actividades científicas e tecnológicas, o desenvolvimento económico e a qualificação profissional baseada na I&D.

### *Dinâmica empresarial e integração profissional*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM contribuem, de um modo geral, para a dinamização e diversificação das actividades económicas, nomeadamente a potenciada pelos projectos de requalificação urbana previstos, pela aposta no turismo e pela criação de espaços de acolhimento empresarial e logístico (espaços multiusos), contribuindo também, de forma indirecta, para a criação de emprego relacionado com este tipo de actividades.

#### **6.4.4 Directrizes para seguimento**

De seguida apresentam-se as directrizes para seguimento (quadro 36) correspondentes ao FCD *Emprego e qualificação humana*.

Quadro 36 – Directrizes para seguimento para o FCD *Emprego e qualificação humana*

##### **Planeamento e gestão**

Adequar a dinamização de cursos de formação profissional à tipologia de actividades económicas emergentes no Concelho

Desenvolver campanhas de sensibilização e criar incentivos que contrariem os níveis de abandono e elevem o nível médio de qualificação escolar

#### **6.4.4 Quadro de governança para a acção**

De seguida apresenta-se o quadro de governança para o PDM de Vila Franca de Xira, destinado a dar conta das condições institucionais e de responsabilidade para um melhor desempenho do PDM no âmbito do FCD *Emprego e qualificação humana* em relação às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, bem como à concretização das directrizes propostas.

**Quadro 37 – Quadro de governança para a acção para o FCD *Emprego e qualificação humana***

<b>Entidades</b>	<b>Condições de desempenho</b>
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	Manter actualizada a relação entre as necessidades de qualificação e a integração sócio-profissional das comunidades locais  Promover a diversificação de actividades económicas, de modo a alargar o leque de sectores económicos estruturais
CCDR-LVT	Monitorizar as necessidades regionais de qualificação humana (a todos os níveis) e emprego junto das entidades competentes (Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, IEFP, Câmaras Municipais, Institutos Politécnicos, etc.)
IEFP	Manter actualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional a diferentes escalas de planeamento
População em geral	Recorrer às IPSS para aceder a serviços e equipamentos de acção social

## 6.5 FCD#5: Ligação/interface com o Rio

### 6.5.1 Análise tendencial

#### *Gestão de áreas inundáveis*

A ocupação urbana em zonas de inundação aumenta significativamente a vulnerabilidade ao risco de cheias, pondo em causa a integridade física da população e de bens materiais. Esta é uma questão sensível em Vila Franca de Xira, nomeadamente porque 5,3% da área urbanizada encontra-se actualmente sobre áreas inundáveis<sup>44</sup>. E esta realidade tende a agravar-se quando se constata que o PDM em vigor prevê que 66,6% da área urbanizável se sobrepõe a áreas inundáveis.

No contexto da vulnerabilidade à ocorrência de cheias, o “Estudo Hidráulico e Hidrológico do Concelho de Vila Franca de Xira: Carta de delimitação da zona de cheia” (LNEC, 2007)<sup>45</sup> identifica as principais áreas inundáveis do Concelho, nomeadamente aquelas que são provocadas pelas Ribeiras do Concelho e as que são provocadas pelo Rio Tejo.

Em relação às Ribeiras do Concelho o referido estudo refere a perigosidade significativa inerente a alguns potenciais extravasamentos (nomeadamente aqueles que ocorrem em zonas mais inclinadas), podendo originar escoamentos superficiais de velocidade elevada

<sup>44</sup> Tal como identificadas pelo “Estudo Hidráulico e Hidrológico do Concelho de Vila Franca de Xira: Carta de delimitação da zona de cheia” (LNEC, 2007) para uma cota de cheia de referência de 3,81 (correspondente à cheia do Tejo de 1979).

<sup>45</sup> LNEC (2007) “Estudo Hidráulico e Hidrológico do Concelho de Vila Franca de Xira: Carta de delimitação da zona de cheia”, Proc. 0605/1/16033, 0604/541/5536, Lisboa.

em zonas urbanas, e que podem provocar o arrastamento de objectos e equipamentos (automóveis, contentores de lixo, etc.). Neste contexto, as Ribeiras mais problemáticas são: Rio Grande da Pipa, Ribeira da Castanheira, Ribeira de Povos, Ribeira de Sta Sofia, Ribeira de Sto António, Rio da Silveira, Ribeira da Verdelha e Rio de Trás (várzea de Loures/Vialonga).

Em relação à área inundável provocada pelo Rio Tejo, o estudo do LNEC sustenta que o risco de inundações é maior junto à auto-estrada na zona da Vala de Carregado, numa extensão de 1,3 Km, numa pequena bolsa a jusante de Castanheira do Ribatejo, e para Sul desta freguesia até à ponte de Vila Franca de Xira a Este da linha férrea.

### *Valorização da paisagem ribeirinha*

O vale aluvial do Tejo é um dos elementos paisagísticos mais importantes em Vila Franca de Xira, contrastando com uma expansão urbana e industrial pouco ordenadas, particularmente na margem direita do Tejo. Na margem esquerda, as áreas naturais de sapais e lodaçais, e a área agrícola de Lezíria têm-se mantido como âncora paisagística da zona ribeirinha do Concelho, a par dos Mouchões que, tal como destacados na Proposta de PDM, são um dos locais de interesse paisagístico mais importantes de Vila Franca de Xira.

Em relação à qualidade da água do Rio Tejo, e utilizando a classificação do INAG<sup>46</sup> para cursos de água de acordo com as suas características de qualidade para usos múltiplos, verifica-se que a água do Rio tem-se mantido desde 1995 quase sempre a um nível de qualidade razoável, embora o último ano da amostra (figura 15) indicie uma tendência negativa de degradação da qualidade da água.

---

<sup>46</sup> <http://snirh.pt>

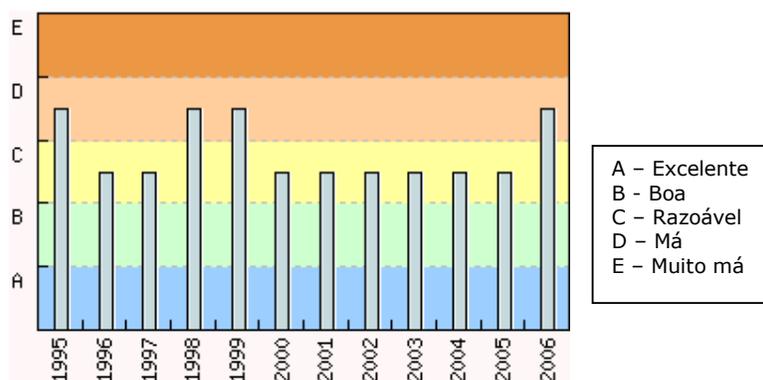


Figura 15 – Variação da qualidade da água na estação de Valada segundo a classificação do INAG para cursos de água (usos múltiplos) – Fonte: SNIRH

As águas classificadas na categoria C, apesar da sua qualidade ser considerada razoável para irrigação, usos industriais e produção de água potável (após tratamento rigoroso), não está apta para contacto directo, restringindo o uso recreativo das mesmas. Já as águas classificadas na categoria D são apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação, não sendo aceitáveis para mais nenhum tipo de uso (INAG<sup>47</sup>).

Os espaços de recreio e lazer existentes na frente ribeirinha encontram-se maioritariamente concentrados entre Alhandra e a cidade de Vila Franca de Xira:

- Parque Urbano de Alhandra;
- Caminho Pedonal Ribeirinho (Alhandra - Vila Franca de Xira);
- Parque Urbano do Cevadeiro (Vila Franca de Xira);
- Jardim Municipal (Vila Franca de Xira);
- Cais da Vala do Carregado e Envolvente.

### *Acesso ao Rio*

A linha-férrea constitui-se como uma barreira física fundamental de acesso ao rio, contando com vários pontos de atravessamento, nomeadamente passagens de nível, como se pode verificar pela análise do quadro 38.

<sup>47</sup> <http://snirh.pt>

Quadro 38 – Passagens de nível de acesso ao Rio

Total de Passagens de nível	16
Passagens de nível rodoviárias (com guarda)	5
Passagens de nível rodoviárias (sem guarda)	3
Passagens de nível para peões	3
Passagens de nível particulares	5
Distância média entre passagens de nível	1,5 km

Fonte: CESUR (2006)<sup>48</sup>

Os dados do quadro 31 mostram que menos de um terço das passagens de nível têm guarda, potenciando a perigosidade de atravessamento, e que existem apenas 3 passagens de nível destinadas à travessia pedonal. Considerando a totalidade de passagens de nível, verifica-se que existe uma passagem de nível a cada 1,5 Km, mas em contrapartida o número de passagens desniveladas é reduzido, o que penaliza fortemente a ligação entre a zona ribeirinha e o interior do Concelho (CESUR, 2006)<sup>49</sup>.

Esta situação tenderá a ser atenuada no âmbito da modernização da Linha do Norte, que prevê a eliminação de todas as passagens de nível, e a construção de passagens desniveladas rodoviárias e pedonais.

A ligação da população ao Rio, enquanto factor de diferenciação cultural e territorial, inclusivamente como agente potenciador do Turismo no Concelho, apresenta algumas tendências preocupantes, nomeadamente:

- A tendência de expansão urbano-industrial junto à frente ribeirinha, particularmente aquela que ocorre em áreas de inundação;
- A tendência de degradação da qualidade da água do Rio, nomeadamente enquanto base de sustentação de diversas actividades de recreio e lazer;
- A falta de âncoras de estadia na frente ribeirinha, nomeadamente enquanto elementos de valorização paisagística;
- A dificuldade de acesso efectivo ao Rio, pedonal e rodoviário, uma vez que actua de forma dissuasora na aproximação à zona ribeirinha.

<sup>48</sup> CESUR (2006) "Estudo de Acessibilidades do Concelho de Vila Franca de Xira – Revisão", Lisboa.

<sup>49</sup> CESUR (2006) "Estudo de Acessibilidades do Concelho de Vila Franca de Xira – Revisão", Lisboa.

### 6.5.2 Análise SWOT

O quadro 39 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial do Concelho para o FCD *Ligação/interface com o Rio*, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território municipal.

Quadro 39 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD *Ligação/interface com o Rio*

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Ligação/interface com o Rio	Áreas naturais de sapais e lodaçais (margem esquerda) e Mouchões funcionam como âncora paisagística da zona ribeirinha do Concelho.	<p>Ocupação urbana (5,3% da área urbanizada) e infraestrutural em zonas de inundação.</p> <p>Expansão urbana e industrial pouco ordenadas na frente ribeirinha.</p> <p>Linha-férrea e A1 constituem-se como uma barreira física de ligação entre a população residente nos centros urbanos e o Rio.</p>	<p>Estratégia regional (PROTAML) de desocupação e valorização ambiental das frentes ribeirinhas configura uma oportunidade para a desartificialização destas zonas, criando um potencial de implantação de espaços de recreio e lazer, que constituam mais valias em termos económicos e ambientais.</p> <p>Recomendações internacionais (IPCC) em matéria de desocupação de zonas inundáveis, contribuem para a redução da pressão urbanística sobre estas áreas e para o reforço das medidas de prevenção e adaptação ao risco de cheia.</p>	<p>Alterações climáticas podem promover o aumento do risco de cheia aumentando a vulnerabilidade da população e bens materiais localizados em leito de cheia.</p> <p>Expansão do sector logístico constitui um factor de desvalorização da paisagem ribeirinha no caso das plataformas situadas na envolvente destas zonas.</p> <p>Aumento do tráfego fluvial de mercadorias decorrente da expansão do sector logístico pode colocar limitações ao aproveitamento do Rio Tejo para actividades de recreio e lazer, desse modo contribuindo para a desvalorização deste tipo de potencial.</p>

### 6.5.3 Oportunidades e riscos

O quadro 40 apresenta a matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objectivos estratégicos do PDM de Vila Franca de Xira (tais como descritos no capítulo 3) para o FCD *Ligação/interface com o Rio*, ao que se segue a respectiva justificação analítica.

Quadro 40 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD *Ligação/interface com o Rio*

<b>Critérios de avaliação Objectivos estratégicas</b>	<b>Gestão de áreas inundáveis</b>	<b>Valorização da paisagem ribeirinha</b>	<b>Acesso ao Rio</b>
1	+/-	+	+
2	+/-	+	+
3	+	+	+
4	0	+	0
5	+	+	+
6	+/-	-	-
7	0	0	0
8	0	0	-
9	0	0	0

Legenda: (+,++) oportunidades; (-,--) riscos; (+/-) relação neutra ou incerta; (0) sem relação

### *Gestão de áreas inundáveis*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM acarretam algumas oportunidades e riscos potenciais para a gestão de áreas inundáveis.

Todas as áreas urbanizáveis em área inundável foram excluídas da proposta de ordenamento do PDM após a concertação com as entidades responsáveis (INAG, CCDRLVT e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira), com excepção das áreas que, no seguimento das obras de regularização de rios e ribeiras, poderão deixar de ser inundáveis (nomeadamente no caso do Rio Crós-Cós), e mesmo essas, ficam condicionadas à prévia realização da obra de regularização integral e parecer do INAG<sup>50</sup>.

A supressão de espaços urbanizáveis em leito de cheia, tal como acima indicado, contribui para manter controlada a vulnerabilidade ao risco de cheias, abrindo inclusivamente a oportunidade para afectar a espaço público de recreio e lazer as áreas de baixa aluvionar localizadas no Concelho de Vila Franca de Xira, tal como definido estrategicamente pelo PROTAML (alíneas J e L da Norma 3.41).

No entanto, num contexto de alterações climáticas em que se prevê o aumento da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, a prioridade internacional actual, e de acordo com os últimos relatórios do Painel Inter-Governamental das Alterações Climáticas, é a de realocar as urbanizações, equipamentos e infraestruturas situados

<sup>50</sup> Actas da 2ª sessão com INAG, CCDRLVT e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira: "Concertação de posições no âmbito das matérias de recursos hídricos" (11/04/2008).

em zonas de inundação, e não apenas impedir novas expansões, de modo a reduzir a vulnerabilidade das populações e bens materiais ao risco de cheia. Embora, face aos paradigmas actuais, possa apresentar-se como uma proposta irrealista, é necessário começar a equacionar as orientações internacionais nesta matéria. Neste contexto, a manutenção de infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais existentes em leito de cheia pode configurar um risco (para bens materiais e trabalhadores associados) que, embora aparentemente controlado, não deve ser desprezado e deverá ser monitorizado.

A redução da pressão industrial, por reconversão para a EEU dos espaços industriais obsoletos, tem efeitos potenciais positivos, uma vez que permite um melhor controlo do escoamento hídrico, devido à desobstrução potencial das linhas de água e à melhoria da permeabilidade dos solos, e conseqüentemente uma melhor gestão do risco de cheias.

A criação de espaços multiusos em áreas inundáveis, nomeadamente no espaço localizado junto ao Adarse (Alverca do Ribatejo), recebeu parecer favorável do INAG relativamente à sua localização<sup>51</sup>, no âmbito do processo de concertação da revisão do PDM de Vila Franca de Xira. Não obstante, os projectos que vierem a ser aprovados para essas áreas, deverão ser acompanhados por estudos específicos de vulnerabilidade ao risco de cheias, face aos riscos potenciais para os bens materiais e as populações utentes respectivas.

### *Valorização da paisagem ribeirinha*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM promovem, de forma moderada, a valorização da paisagem ribeirinha, no sentido em que apontam para uma libertação da frente ribeirinha dos excessos de espaços industriais, configurando uma oportunidade para integrar novos espaços de recreio e lazer, através da reconversão para espaços multiusos, e renaturalizar áreas ribeirinhas com potencial ecológico, através da afectação de vastas áreas à EEU.

No entanto, a criação de espaços multiusos afectos ao sector logístico e/ou a outros sectores económicos, contribuem para a desvalorização da paisagem ribeirinha. A implementação específica das plataformas logísticas previstas, nomeadamente a Plataforma Logística de Lisboa Norte, contribui inclusivamente para uma degradação geral da qualidade da água do Rio, devido ao aumento expectável do tráfego fluvial, constituindo-se como outro factor de degradação paisagística.

---

<sup>51</sup> Actas da 3ª reunião com INAG, CCDRLVT e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira: "Concertação de posições no âmbito das matérias de recursos hídricos" (27/05/2008).

A dinamização turística na frente ribeirinha pode configurar uma oportunidade de valorização da paisagem, mas apenas se for acompanhada por uma efectiva descontinuação da artificialização do território ribeirinho e por uma efectiva descontaminação da água do Rio Tejo.

### *Acesso ao Rio*

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM promovem uma libertação potencial de corredores de ligação ao Rio, decorrente da desafecção industrial de alguns espaços obsoletos e do reforço da EEU na zona ribeirinha, gerando inclusivamente a possibilidade de criação de caminhos pedonais junto às margens (*e.g.* caminho pedonal ribeirinho).

No entanto, a proliferação de espaços multiusos afectos ao sector logístico, principalmente em Castanheira do Ribatejo, contribui para aumentar os condicionamentos físicos de acesso ao Rio, potenciados pela ausência de propostas viárias que reforcem a ligação do interior do Concelho à zona ribeirinha, mantendo-se a situação de défice existente nesta matéria.

### **6.5.4 Directrizes para seguimento**

De seguida apresentam-se as directrizes para seguimento (quadro 41) correspondentes ao FCD *Ligação/interface com o Rio*.

Quadro 41 – Directrizes para seguimento para o FCD *Ligação/interface com o Rio*

<b>Planeamento e gestão</b>
<p>Desenvolver e implementar uma estratégia de realocação a longo prazo das áreas urbanizadas situadas em zonas de inundação</p> <p>Sujeitar os projectos de ocupação dos espaços multiusos a estudos de vulnerabilidade e gestão do risco de cheias, sempre que estes espaços estejam localizados em zonas de inundação, nomeadamente os projectos que envolvam a circulação de pessoas e bens materiais</p> <p>Fazer acompanhar os projectos de regularização de rios e ribeiras de estudos de impacte ambiental</p> <p>Evitar a programação de infra-estruturas em leito de cheia que possam ser susceptíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afectação em caso de inundação</p> <p>Assegurar que o aumento expectável do tráfego fluvial de mercadorias não põe em causa a utilização do Rio para efeitos de recreio e lazer, tanto ao nível da navegabilidade como ao nível da qualidade da água</p> <p>Promover a dinamização de actividades ligadas ao rio e a criação de âncoras de estadia para recreio e lazer (comércio, serviços, mobiliário urbano, espaços de utilização colectiva, etc.) ao longo da frente ribeirinha</p> <p>Promover a regularização de cheias num quadro de alterações climáticas</p> <p>Assegurar a dinamização crescente de corredores de acesso ao Rio, nomeadamente tendo em conta os condicionamentos ou oportunidades físicas geradas pela construção das plataformas logísticas previstas</p>
<b>Monitorização</b>
<p>Desenvolver e implementar um sistema de alerta e de aviso de cheias, no Rio Tejo e afluentes, em articulação com os municípios confinantes sujeitos ao mesmo tipo de risco</p>

### **6.5.5 Quadro de governança para a acção**

De seguida apresenta-se o quadro de governança para o PDM de Vila Franca de Xira, destinado a dar conta das condições institucionais e de responsabilidade para um melhor desempenho do PDM no âmbito do FCD *Ligação/interface com o Rio* em relação às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, bem como à concretização das directrizes propostas.

Quadro 42 – Quadro de governança para a acção para o FCD *Ligação/interface com o Rio*

Entidades	Condições de desempenho
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	<p>Monitorizar a disponibilidade e qualidade da água do Rio (em colaboração com o INAG e a ARH)</p> <p>Garantir a não ocupação em leitos de cheia</p> <p>Estabelecer um sistema de alerta contra cheias e controlar a expansão urbana e infraestrutural em zonas de inundação, em colaboração com o sistema de Protecção Civil</p> <p>Fomentar e apoiar as actividades que potenciem os valores naturais, económicos e paisagísticos das zonas ribeirinhas</p>
ARH	<p>Garantir, através dos instrumentos de intervenção previstos na Lei da Água a definição de orientações estratégicas e implementação de medidas para protecção e valorização de recursos hídricos, assim como para a protecção de pessoas e bens contra as cheias</p> <p>Assegurar que é dada prioridade à utilização de estruturas permeáveis no desenvolvimento da Plataforma Lisboa Norte para mitigar o desequilíbrio que a conseqüente impermeabilização poderá determinar na envolvente</p>
INAG	Manter actualizado o sistema de monitorização e informação sobre os recursos hídricos a diferentes escalas de planeamento
ANPC	Manter actualizadas as informações sobre o risco de cheia e planos de emergência respectivos
APL, S.A.	<p>Contribuir para a sustentabilidade das estratégias municipais com vista à valorização dos recursos ribeirinhos, particularmente sempre que essas estratégias envolvam áreas sob a sua jurisdição</p> <p>Contribuir, sempre que possível, para a abertura de novos corredores de acesso ao Rio de modo a permitir a fruição dos municípios nas margens ribeirinhas</p>
População em geral	Adoptar comportamentos de prevenção ao risco de cheia

## 6.6 FCD#6: Energia e alterações climáticas

### 6.6.1 Análise tendencial

#### *Eficiência energética*

As questões energéticas, nomeadamente aquelas com impacte ao nível das alterações climáticas, são questões cruciais nas opções estratégicas de desenvolvimento, a todas as escalas administrativas, de forma a contribuir para a meta definida no PNAC de restringir a 27% o crescimento das emissões de GEE até 2012, face ao registado em 1990. Neste contexto, o papel dos municípios é fundamental, como reconhecido no seio da União Europeia, que lançou, em Janeiro de 2008, o Pacto dos Autarcas Europeus contra as alterações climáticas, uma iniciativa conjunta de várias cidades europeias que prevê o

desenvolvimento de medidas ligadas à gestão sustentável da energia, e que pressupõe o compromisso, por parte das cidades aderentes, de redução das suas emissões de GEE em mais de 20% até 2020 (UE, 2008)<sup>52</sup>.

Ao nível do consumo de energia eléctrica, o Concelho de Vila Franca de Xira tem mantido um crescimento pouco acentuado comparado com a Grande Lisboa, como se pode constatar pela análise da variação de consumo de energia eléctrica por consumidor entre 2003 e 2005 (quadro 43). Este indicador resulta no entanto do decréscimo significativo do consumo de energia eléctrica verificado no sector da agricultura em Vila Franca de Xira, que decresceu em 43,4% durante o mesmo período de tempo. No sector doméstico e Industrial o Concelho mantém um crescimento expressivo, em ambos os casos superior à média da Grande Lisboa.

Quadro 43 - Variação do Consumo de energia eléctrica por consumidor (%) 2003 - 2005

	Total	Doméstico	Agricultura	Indústria
<b>Vila Franca de Xira</b>	0,8%	9,4%	-43,4%	12,5%
<b>Grande Lisboa</b>	3,6%	9,2%	-10,3%	8,9%

Fonte: INE (2004)<sup>53</sup> e INE (2006a)<sup>54</sup>

O consumo de energia eléctrica por habitante no sector doméstico aumentou em cerca de 10% em Vila Franca de Xira entre 2003 e 2005, uma variação significativa num tão curto espaço de tempo, e que demonstra um aumento das necessidades energéticas neste sector (quadro 44). Esta variação encontra-se acima da variação média da Grande Lisboa para o mesmo período de tempo, embora esta sub-região continue a apresentar valores absolutos de consumo de energia eléctrica por habitante mais elevados.

Quadro 44 - Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (x 1000 kWh / hab)

	2003	2005
<b>Vila Franca de Xira</b>	0,90	1,00
<b>Grande Lisboa</b>	1,13	1,20

Fonte: INE (2004)<sup>55</sup> e INE (2006)<sup>56</sup>

<sup>52</sup> UE (2008) "Cidades a favor das energias sustentáveis liderando a luta contra as alterações climáticas: a Comissão Europeia lança o «Pacto de Autarcas»", Referência IP/08/103 [<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/08/103&format=HTML&aged=0&language=PT&quiLanguage=en>].

<sup>53</sup> INE (2004) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2004", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>54</sup> INE (2006a) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2006", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

O aumento do consumo energético pode ser combatido através da melhoria da eficiência energética, nomeadamente por 2 vias: pela via tecnológica, através da substituição de tecnologias mais consumidoras de energia por outras mais eficientes; e pela via comportamental, através da adopção de um comportamento mais eficiente do ponto de vista energético. Neste contexto, o município de Vila Franca de Xira não apresenta o desenvolvimento de programas e/ou medidas de fundo, previstas ou em curso, que visem a melhoria da eficiência energética do Concelho ao nível tecnológico, particularmente ao nível da iluminação pública ou dos edifícios municipais, áreas de gestão camarária intensamente consumidoras de energia eléctrica, como demonstram as estatísticas da Direcção Geral de Geologia e Energia (DGEG, 2008)<sup>57</sup>. Já ao nível comportamental o município conta, no âmbito da sua Agenda 21 Local, com uma campanha de sensibilização para as boas práticas ambientais, que inclui sugestões de poupança energética no sector doméstico.

### *Emissões de CO<sub>2</sub>e*

Ao nível das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE)<sup>58</sup>, os dados inventariados à escala nacional, nomeadamente no âmbito do PNAC, não se encontram desagregados por Concelho. Não obstante, existem dados para alguns Concelhos, que resultam da iniciativa dos municípios respectivos de realizar os seus próprios inventários, como é exemplo o município de Lisboa. Este tipo de iniciativas permite aos municípios identificar as fontes principais de emissões de GEE do Concelho, e desse modo, gerir as suas opções estratégicas no combate às alterações climáticas, como está inclusivamente subjacente ao Pacto dos Autarcas supra citado.

O município de Vila Franca de Xira não realizou este tipo de inventariação e, conseqüentemente, não apresenta nenhuma estratégia de combate às alterações climáticas específica para o Concelho.

---

<sup>55</sup> INE (2004) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2004", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>56</sup> INE (2006a) "Anuário Estatístico da Região Lisboa - Statistical Yearbook of Lisboa Region, 2006", Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

<sup>57</sup> DGEG (2008) "Consumo de energia eléctrica por tipo 2003-2005", Divisão de Estatística [disponível em [www.dgge.pt](http://www.dgge.pt)].

<sup>58</sup> Expresso normalmente em Dióxido de Carbono equivalente (CO<sub>2</sub>e).

Os transportes, nomeadamente ao nível do transporte individual, são uma fonte significativa de emissões de GEE, representando cerca de 23% das emissões totais nacionais (Instituto do Ambiente, 2007)<sup>59</sup>. Em Vila Franca de Xira, a tendência crescente de utilização de transporte individual em detrimento do transporte colectivo - menos intenso do ponto de vista carbónico - é, nesse sentido, indicadora de uma tendência também crescente de emissões de GEE resultantes do sector dos transportes (figura 16).

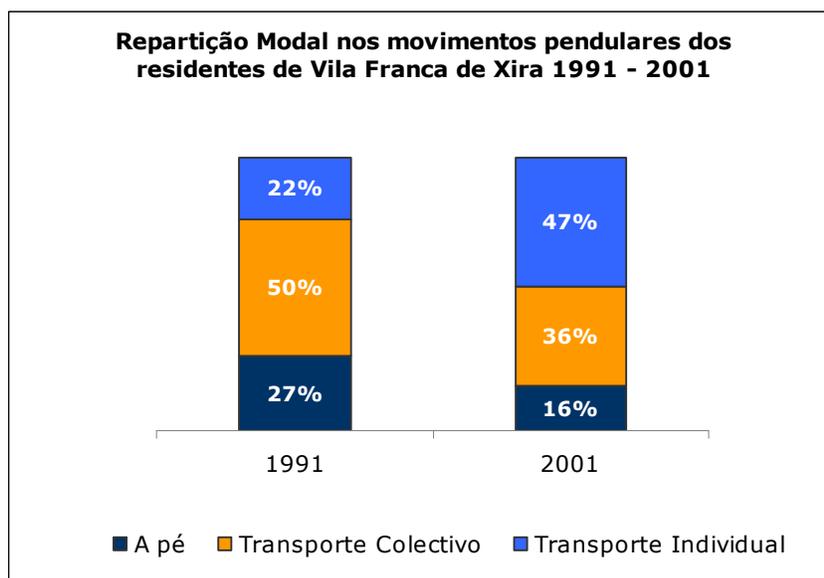


Figura 16 – Repartição modal nos movimentos pendulares dos residentes de Vila Franca de Xira (Fonte: CESUR, 2006)<sup>60</sup>

<sup>59</sup> Instituto do Ambiente (2007) "Portuguese National Inventory Report on Greenhouse gases: 1990-2005", Amadora.

<sup>60</sup> CESUR (2006) "Estudo de Acessibilidades do Concelho de Vila Franca de Xira - Revisão", Lisboa.

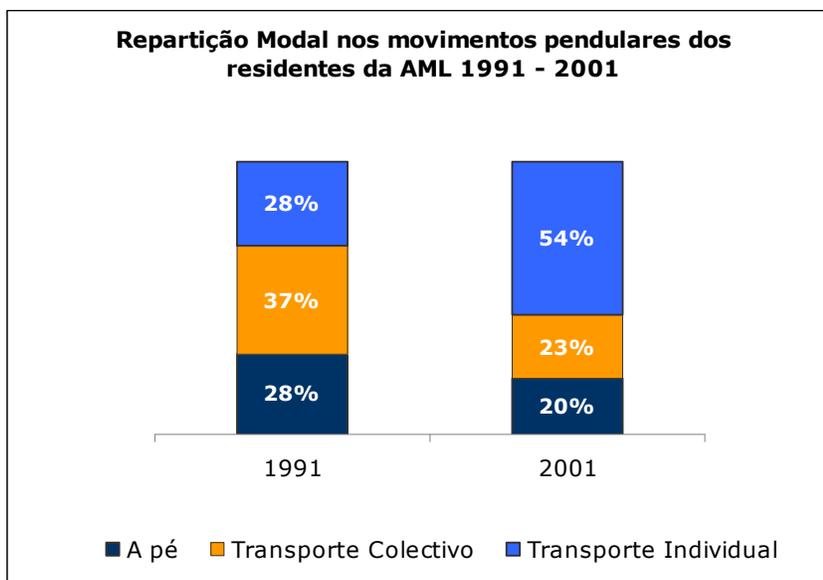


Figura 17 – Repartição modal nos movimentos pendulares dos residentes de AML (Fonte: CESUR, 2006)<sup>61</sup>

Comparativamente, a repartição modal na Grande Lisboa é mais penalizadora do que em Vila Franca de Xira, uma vez que apresenta uma maior dependência do transporte individual (figura 17). No entanto, a variação na utilização crescente de transporte individual entre 1991 e 2001 é ligeiramente maior em Vila Franca de Xira, acentuando uma tendência de convergência para a média da Grande Lisboa.

### *Valorização dos recursos endógenos renováveis*

A produção de energia renovável está intimamente ligada ao combate às alterações climáticas, na medida em que contribui indirectamente para a redução da dependência de combustíveis fósseis decorrentes da produção energética. Neste contexto, a ausência de qualquer estudo municipal sobre o potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável, não permite aferir das oportunidades de actuação a este nível, limitando a acção estratégica do município no combate às alterações climáticas.

Os indicadores levantados no âmbito deste FCD demonstram uma tendência crescente do consumo energético, nomeadamente ao nível da Indústria, sector doméstico e transportes, o que potencia os riscos económicos e ambientais associados à dependência de combustíveis fósseis.

<sup>61</sup> CESUR (2006) "Estudo de Acessibilidades do Concelho de Vila Franca de Xira – Revisão", Lisboa.

As oportunidades de combate a esta conjuntura evolutiva não têm sido devidamente consideradas, particularmente nas áreas da eficiência energética e do aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável, conforme mencionado ao longo do capítulo, não havendo indicações efectivas que permitam perspectivar um futuro a curto-prazo mais sustentável nesta matéria.

### 6.6.2 Análise SWOT

O quadro 45 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial do Concelho para o FCD *Energia e alterações climáticas*, dando a indicação sobre oportunidades e ameaças externas ao território municipal.

Quadro 45 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD *Energia e alterações climáticas*

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Energia e alterações climáticas	Consumo energético abaixo da média da sub-região da Grande Lisboa.	Ausência de estratégias municipais para o sector energético e alterações climáticas.	<p>Objectivos nacionais para a melhoria da eficiência energética, aproveitamento de fontes de energia renováveis e redução das emissões de GEE (ENDS, PNAC, PNAEE), geram oportunidades de incentivo à implementação de projectos nestas áreas.</p> <p>A expansão do quadro de desenvolvimento de Agências Municipais de Energia, vem consolidar um modelo de gestão energética para os municípios.</p> <p>O Pacto dos Autarcas Europeus contra as alterações climáticas<sup>62</sup> constitui uma oportunidade para os municípios aderirem a um programa internacional de referência no combate às alterações climáticas.</p> <p>Mercados voluntários de carbono podem gerar oportunidades de exploração da capacidade de sequestro de carbono das áreas de gestão florestal.</p>	<p>A conjuntura de escalada do preço do petróleo potencia os riscos económicos e sociais inerentes à excessiva dependência concelhia de fontes de energia com recurso aos combustíveis fósseis.</p> <p>O aumento expectável da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, vem potenciar a vulnerabilidade (população e bens materiais) aos riscos de seca e cheia.</p>

<sup>62</sup> UE (2008) "Cidades a favor das energias sustentáveis liderando a luta contra as alterações climáticas: a Comissão Europeia lança o «Pacto de Autarcas»", Referência IP/08/103 [<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/08/103&format=HTML&aged=0&language=PT&uiLanguage=en>].

## 6.6.2 Oportunidades e riscos

O quadro 46 apresenta a matriz de interpretação de oportunidades e riscos dos objectivos estratégicos do PDM de Vila Franca de Xira (tais como descritos no capítulo 3) para o FCD *Energia e alterações climáticas*, ao que se segue a respectiva justificação analítica.

Quadro 46 – Matriz de oportunidades e riscos para o FCD *Energia e Alterações climáticas*

<b>Critérios de avaliação Objectivos estratégicos</b>	<b>Eficiência energética</b>	<b>Emissões de CO<sub>2</sub>e</b>	<b>Aproveitamento de recursos endógenos renováveis</b>
1	-	+	0
2	0	0	0
3	0	+	0
4	-	-	-
5	+/-	+	+/-
6	+/-	-	+/-
7	+/-	+	+/-
8	0	+	0
9	0	0	0

Legenda: (+,++) oportunidades; (-,--) riscos; (+/-) relação neutra ou incerta; (0) sem relação

### *Eficiência energética*

A Proposta de PDM não apresenta orientações para a gestão da eficiência energética no Concelho. Este vazio estratégico contribui para potenciar a tendência actual de aumento do consumo energético concelhio por consumidor e por habitante, em oposição à meta estabelecida ao nível da AML, de reduzir o consumo de energia primária até 2020 em 6% (para os edifícios) e 9% (para os transportes) – CCDD-LVT (2007)<sup>63</sup>.

No contexto do PDM, o município tem capacidade para promover regimes de edificabilidade e de infraestruturação (e.g. iluminação pública) mais sustentáveis do ponto de vista energético, tal como incentivado ao nível regional e nacional<sup>64</sup>.

A ausência de consideração da questão energética constitui todavia um risco estratégico do PDM porquanto não ficam desde já salvaguardadas medidas que ponham em prática uma política energética no município, representando incerteza ao nível do consumo e da

<sup>63</sup> CCDD-LVT (2007). “Lisboa 2020: Uma estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa”. CCDD-LVT.

<sup>64</sup> A recente publicação do Plano de Acção Nacional para a Eficiência Energética vem estabelecer novos critérios e novas metas neste domínio.

eficiência energética associada ao desenvolvimento urbanístico, industrial e turismo previsto.

### *Emissões de CO<sub>2</sub>e*

Apesar da ausência de uma estratégia global de combate às alterações climáticas, alguns objectivos estratégicos da Proposta de PDM contribuem, de forma indirecta, para uma redução do aumento das emissões de GEE concelhias, nomeadamente as associadas à limitação da expansão industrial e à optimização do sistema de transportes.

A estratégia de contenção da dispersão urbana, diminuindo as necessidades de transporte, contribui de forma potencial para a redução das emissões de GEE associadas ao sector dos transportes.

No mesmo sector, a estratégia de criação de novas interfaces modais e de optimização da cobertura da rede de TC, induzem a uma menor dependência de TI (mais intensivo do ponto de vista carbónico), desse modo contribuindo para a redução das emissões de GEE.

A estratégia de contenção da expansão industrial pesada também contribui para conter o aumento significativo de emissões de GEE associado à actividade industrial.

As estratégias de reforço da EEU e de protecção dos espaços rurais promovem a salvaguarda do coberto vegetal e o desenvolvimento de novos projectos de florestação, desse modo potenciando a capacidade de sequestro carbónico do Concelho.

Em contrapartida, a estratégia de expansão do sector logístico potencia o aumento do tráfego rodoviário, particularmente de pesados, contribuindo para um aumento das emissões de GEE associado.

A questão do contributo do sector dos transportes para a emissão de GEE é reconhecida ao nível regional que, através da estratégia Lisboa 2020 (CCDR-LVT, 2007)<sup>65</sup> estabeleceu a meta para 2013 de redução em 8% das emissões de GEE provenientes deste sector, o que vem acentuar a necessidade de monitorização e gestão das emissões de GEE ao nível municipal.

### *Aproveitamento de recursos endógenos renováveis*

Em sintonia com os critérios anteriores, a Proposta de PDM não apresenta, de forma directa ou indirecta, qualquer estratégia relacionada com o aproveitamento de fontes de

<sup>65</sup> CCDR-LVT (2007). "Lisboa 2020: Uma estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa". CCDR-LVT.

energia renovável, não sendo possível avaliar as oportunidades associadas a um efectivo aproveitamento deste tipo de potencial energético e, conseqüentemente, a uma redução da dependência de combustíveis fósseis no Concelho.

Esta lacuna de informação é tão mais importante quanto se sabe que, ao nível da AML, foi estabelecido uma meta, até 2020, de 20% de utilização de energias renováveis para a Região, não dando clara a forma como o PDM vai contribuir para essas metas regionais.

### 6.6.3 Directrizes para seguimento

De seguida apresentam-se as directrizes para seguimento (quadro 47) correspondentes ao FCD *Energia e alterações climáticas*.

Quadro 47 – Directrizes para seguimento para o FCD *Energia e alterações climáticas*

<b>Planeamento e gestão</b>
Implementar um sistema de iluminação pública mais eficiente do ponto de vista energético
Definir níveis mínimos de certificação energética e ar interior no licenciamento urbanístico de edifícios e equipamentos públicos, empreendimentos turísticos, e outras edificações de carácter estruturante
Estabelecer normas que promovam a eficiência energética dos edifícios residenciais e de serviços, nomeadamente no que se refere ao estímulo à utilização de fontes de energia solar para aquecimento de águas
Desenvolver e implementar uma estratégia de actuação municipal de combate às alterações climáticas
Analisar o potencial de aproveitamento de recursos endógenos de energia renovável, nomeadamente os de origem eólica, solar, hídrica e florestal
Desenvolver e implementar um mecanismo que assegure a protecção do coberto vegetal em espaços naturais não classificados, de modo a consolidar e reforçar a capacidade de sequestro de carbono do Concelho
<b>Monitorização</b>
Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético e emissões de CO <sub>2</sub> e por tipo de sector consumidor/emissor (transportes, RSU, indústria, sector doméstico)

### 6.6.4 Quadro de governança para a acção

De seguida apresenta-se o quadro de governança para o PDM de Vila Franca de Xira, destinado a dar conta das condições institucionais e de responsabilidade para um melhor

desempenho do PDM no âmbito do FCD *Energia e alterações climáticas* em relação às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, bem como à concretização das directrizes propostas.

Quadro 48 – Quadro de governança para a acção para o FCD *Energia e alterações climáticas*

Entidades	Condições de desempenho
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	<p>Desenvolver estimativas de emissões de gases com efeito de estufa (CO<sub>2</sub>e) para o município a partir dos dados de referência disponibilizados pelas entidades competentes (APA, DGEG, etc.)</p> <p>Monitorizar o potencial e a evolução da produção de energia renovável no Concelho (em colaboração com a CCDR-LVT, DGEG, APREN, DGOTDU, etc.)</p> <p>Monitorizar o consumo de energia municipal em colaboração com a DGEG (desenvolvimento de uma matriz energética municipal)</p> <p>Fomentar o uso racional e eficiente da energia e o recurso a fontes de energia renovável</p> <p>Monitorizar a evolução dos riscos naturais decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos e controlar a expansão urbana em função dos índices de vulnerabilidade municipal</p>
CCDR-LVT	Desenvolver e manter actualizadas as estimativas regionais de emissões de gases com efeito de estufa (CO <sub>2</sub> e) e o potencial de aproveitamento regional de fontes de energia renovável
APA	Manter actualizadas e disponíveis as metas de emissões de gases com efeito de estufa (CO <sub>2</sub> e) no horizonte de 2020, bem como os resultados da monitorização das medidas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas
DGEG	Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento da produção com origem em fontes de energia renováveis e das respectivas metas e objectivos a diferentes prazos e escalas de planeamento
ANPC	Manter actualizadas as orientações estratégicas para o OT (a diferentes escalas) no âmbito da prevenção e adaptação a situações de emergência decorrentes da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos
População em geral	<p>Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento</p> <p>Adoptar comportamentos de prevenção e adaptação aos riscos naturais</p> <p>Adoptar hábitos de consumo energético mais eficientes</p>

## 6.7 Síntese da avaliação estratégica

### 6.7.1 Análise SWOT – situação tendencial

O quadro 49 apresenta a análise SWOT relativa à análise tendencial realizada para cada FCD.

Quadro 49 – Análise SWOT da situação tendencial

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças	Situação tendencial
Estruturação e requalificação urbana	<p>Crescimento populacional de 18,7% entre 1991 e 2001.</p> <p>Condições favoráveis de acessibilidade proporcionadas pelas infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias existentes.</p>	<p>Ocupação urbana demasiado concentrada ao longo das principais vias de atravessamento do Concelho (margem direita).</p> <p>Dispersão urbana no interior do Concelho, nomeadamente devido às 42 AUGI existentes.</p> <p>Desenvolvimento das áreas residenciais próximo das áreas industriais.</p> <p>Défice significativo de tratamento de águas residuais (apenas 7% de população servida por ETAR em 2005) e efluentes industriais sem tratamento diferenciado.</p> <p>Elevados níveis de sobrelotação dos alojamentos.</p> <p>Número insuficiente de camas dos estabelecimentos de saúde concelhios.</p> <p>Baixa utilização de TC (especialmente o ferroviário), em favor do TI.</p> <p>Baixos níveis de recuperação do edificado (cerca de 53% com necessidades de recuperação em 2001).</p>	<p>O QREN, no âmbito da sua estratégia de consolidação e reforço do sistema urbano, gera oportunidades para o desenvolvimento de projectos de requalificação urbana.</p> <p>A estratégia do PNPOT, de promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto, funciona como suporte estratégico para medidas de contenção da dispersão urbana.</p> <p>A expansão do sector logístico prevista para o Concelho configura uma oportunidade para fomentar uma adequada intermodalidade que tire partido da capacidade do transporte ferroviário de mercadorias.</p> <p>Prolongamento urbano da cidade de Lisboa, configura uma oportunidade estratégica para o estabelecimento de áreas urbanas de maior qualidade e melhores acessibilidades.</p>	<p>A expansão do sector logístico pode resultar num aumento do tráfego rodoviário, no desenvolvimento de situações de conflito com o uso residencial e espaços de utilização colectiva, e com o aumento dos níveis de artificialização do território urbano, contribuindo para reduzir a atractividade do território para fixação populacional.</p> <p>Conjuntura de crise ao nível do preço dos combustíveis é uma ameaça para a capacidade de deslocação e mobilidade das pessoas, tendo em conta a dependência que apresentam do TI, o que pode também comprometer a capacidade dos TC acolherem aumentos da procura decorrentes desta conjuntura.</p>	<p>Contenção da dispersão urbana fora dos principais centros urbanos, dadas as orientações estratégicas neste sentido.</p> <p>Aumento da cobertura da rede de drenagem e tratamento de águas residuais devido à entrada em funcionamento de 2 novas ETAR (prevista até 2015).</p> <p>Melhoria da oferta ao nível dos serviços de saúde com a construção do novo Hospital de Vila Franca de Xira.</p> <p>Aposta em projectos de requalificação urbana (reconversão das AUGI, POLIS XX1, PROQUAL, Planos específicos de Salvaguarda, Planos de Pormenor).</p> <p>Tendência crescente do TI como escolha modal principal, em detrimento do TC.</p>
Valorização ambiental e cultural	<p>Grandes áreas afectas à REN e à RAN, essencialmente devido à área condicionada à Lezíria.</p> <p>Abrangência de parte do Estuário do Tejo – maior zona húmida nacional e uma</p>	<p>Ausência de um contínuo natural e carência de espaços verdes urbanos.</p> <p>Proliferação de situações de descarga directa de águas residuais para as linhas de água receptoras (águas</p>	<p>O QREN, no âmbito do seu objectivo estratégico de controlo da qualidade do ar, gera oportunidades para o desenvolvimento de projectos de prevenção e minimização dos efeitos das emissões de</p>	<p>Alterações climáticas podem promover o aumento dos riscos naturais, nomeadamente incêndios florestais, aumentando a vulnerabilidade da estrutura verde a este tipo</p>	<p>Desenvolvimento de corredores ecológicos, devido essencialmente às orientações regionais neste sentido (PROTAML).</p> <p>Aumento dos espaços verdes em solo urbano, através do</p>

Quadro 49 – Análise SWOT da situação tendencial

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças	Situação tendencial
	<p>das mais importantes da Europa – e respectivos instrumentos de protecção (RNET e ZPE no âmbito da Rede Natura 2000).</p> <p>Crescimento do património classificado (especialmente na década de 90).</p>	<p>subterrâneas e linhas de água bastante poluídas).</p> <p>Risco significativo associado às características geotécnicas do Concelho (instabilidade de vertentes e erosão).</p> <p>Focos críticos de poluição do ar e ruído associados ao tráfego rodoviário e indústria (incluindo a exploração de recursos geológicos).</p>	<p>poluentes atmosféricos.</p> <p>Mercados voluntários de carbono podem gerar oportunidades de exploração económica e ambiental das áreas florestais existentes.</p> <p>Estratégia nacional de contenção da dispersão urbana, configura uma oportunidade de optimização das infra-estruturas de saneamento básico e tratamento de RSU.</p> <p>Constituição das ARH configura uma oportunidade para articulação de estratégias de protecção e valorização das águas superficiais e subterrâneas.</p>	<p>de riscos.</p> <p>Conjuntura de crise alimentar pode potenciar o recurso a métodos de agricultura intensiva mais agressivos para o ambiente, promovendo a contaminação de solos e águas subterrâneas para níveis de degradação muito significativos.</p> <p>Imposição de vastas Áreas Cativas e de Reserva à indústria extractiva, configura uma ameaça à protecção de valores naturais presentes nessas mesmas áreas.</p> <p>Expansão do sector logístico pode acarretar aumentos de tráfego rodoviário (nomeadamente de pesados), com efeitos negativos ao nível da poluição do ar e ruído.</p> <p>Possibilidade de desenvolvimento de iniciativas turísticas em áreas classificadas (Turismo de Natureza) pode pôr em causa a integridade biofísica de algumas zonas sensíveis (como são os Mouchões por exemplo).</p>	<p>desenvolvimento da EEU.</p> <p>Tendência decrescente no investimento em actividades culturais.</p> <p>Mitigação das descargas directas de águas residuais para as linhas de água, assim que as 2 novas ETAR previstas entrem em funcionamento (2015).</p> <p>Melhoria da qualidade dos solos decorrente da reconversão de áreas industriais obsoletas.</p> <p>Tendência incerta em relação à poluição do ar e ruído, nomeadamente a associada a um aumento potencial do tráfego rodoviário.</p> <p>Aumento dos regimes de exploração de agricultura biológica, essencialmente por acção da Companhia das Lezírias.</p>
Ruralidade	<p>Vasta área agrícola condicionada à Lezíria.</p> <p>Protecção do carácter rural dos Mouchões.</p>	<p>Dispersão das zonas rurais no interior do Concelho, o que as deixa mais vulneráveis à pressão urbana.</p> <p>Envelhecimento da população rural, com índices mais elevados de dependência da</p>	<p>Estratégias de redução das assimetrias urbano-rural (QREN, PNPOT, PROTAML) configuram uma oportunidade para a implementação de projectos de dinamização e valorização do meio rural.</p> <p>Expansão das iniciativas de</p>	<p>Prolongamento da cidade de Lisboa pode trazer maior pressão urbanística às zonas rurais do Concelho.</p> <p>Estratégia regional de desocupação das frentes ribeirinhas (PROTAML)</p>	<p>Contenção da dispersão urbana em solo rural, dadas as orientações estratégicas neste sentido.</p> <p>Aumento das actividades turísticas em meio rural, nomeadamente através de iniciativas da Companhia das</p>

Quadro 49 – Análise SWOT da situação tendencial

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças	Situação tendencial
		<p>população activa.</p> <p>Risco significativo de erosão, particularmente na freguesia rural de Calhandriz.</p>	<p>Turismo em Espaço Rural (TER), pode gerar novas oportunidades de exploração económica e ambiental dos espaços rurais.</p>	<p>pode contribuir para a transferência da pressão urbanística para os espaços rurais do interior do Concelho (margem direita).</p> <p>Imposição de vastas Áreas Cativas e de Reserva à indústria extractiva, configura uma ameaça à protecção da identidade dos espaços rurais inseridos nessas mesmas áreas.</p>	<p>Lezírias.</p> <p>Valorização do património edificado rural, nomeadamente através da viabilização de projectos de revitalização das Quintas rurais e requalificação de aglomerados rurais previstos.</p>
Emprego e qualificação humana	<p>Função de espaço canal na AML (localização privilegiada face à cadeia de produção, distribuição e consumo de bens).</p> <p>População residente maioritariamente em idade activa.</p>	<p>Baixos níveis de qualificação escolar e profissional.</p> <p>Sobrelotação dos equipamentos de ensino básico (1º Ciclo).</p>	<p>Objectivos de elevar o nível médio de qualificação escolar e aumentar o emprego, no âmbito do QREN, configuram uma oportunidade para a implementação de projectos de qualificação humana e integração profissional.</p> <p>Expansão do sector logístico gera oportunidades de emprego, incluindo emprego qualificado, podendo atrair outras actividades económicas relacionadas.</p>	<p>Conjuntura de crise económica e social pode potenciar os níveis de abandono escolar da população.</p>	<p>Tendência moderada de perda de população escolar.</p> <p>Optimização das infra-estruturas de ensino, nomeadamente por via da implementação da Carta Educativa de Vila Franca de Xira.</p> <p>Tendência de estabilização do tecido empresarial existente (baseado maioritariamente na indústria e sector logístico).</p> <p>Manutenção da tendência crescente da criação de empregos associados a actividades TIC, nomeadamente devido ao estabelecimento de áreas de acolhimento empresarial e tecnológico previstas.</p>
Ligação/interface com o Rio	<p>Áreas naturais de sapais e lodaçais (margem esquerda) e Mouchões funcionam como âncora paisagística da zona ribeirinha do Concelho.</p>	<p>Ocupação urbana (5,3% da área urbanizada) e infraestrutural em zonas de inundação.</p> <p>Expansão urbana e industrial pouco ordenadas na frente ribeirinha.</p>	<p>Estratégia regional (PROTAML) de desocupação e valorização ambiental das frentes ribeirinhas configura uma oportunidade para a desertificação destas zonas, criando um potencial de implantação de espaços de recreio e lazer, que constituam mais valias em termos</p>	<p>Alterações climáticas podem promover o aumento do risco de cheia aumentando a vulnerabilidade da população e bens materiais localizados em leito de cheia.</p>	<p>Tendência potencial de degradação da qualidade da água do Rio Tejo, tendo em conta as últimas análises conhecidas (2006), e o aumento expectável de tráfego fluvial.</p> <p>Manutenção da tendência de</p>

Quadro 49 – Análise SWOT da situação tendencial

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças	Situação tendencial
		<p>Linha-férrea e A1 constituem-se como uma barreira física de ligação entre a população residente nos centros urbanos e o Rio.</p>	<p>económicos e ambientais.</p> <p>Recomendações internacionais (IPCC) em matéria de desocupação de zonas inundáveis, contribuem para a redução da pressão urbanística sobre estas áreas e para o reforço das medidas de prevenção e adaptação ao risco de cheia.</p>	<p>Expansão do sector logístico constitui um factor de desvalorização da paisagem ribeirinha no caso das plataformas situadas na envolvente destas zonas.</p> <p>Aumento do tráfego fluvial de mercadorias decorrente da expansão do sector logístico pode colocar limitações ao aproveitamento do Rio Tejo para actividades de recreio e lazer, desse modo contribuindo para a desvalorização deste tipo de potencial.</p>	<p>subaproveitamento do potencial paisagístico e de recreio e lazer do Rio Tejo, nomeadamente devido à dificuldade de acesso à frente ribeirinha.</p>
Energia e alterações climáticas	<p>Consumo energético abaixo da média da sub-região da Grande Lisboa.</p>	<p>Ausência de estratégias municipais para o sector energético e alterações climáticas.</p>	<p>Objectivos nacionais para a melhoria da eficiência energética, aproveitamento de fontes de energia renováveis e redução das emissões de GEE (ENDS, PNAC, PNAEE), geram oportunidades de incentivo à implementação de projectos nestas áreas.</p> <p>A expansão do quadro de desenvolvimento de Agências Municipais de Energia, vem consolidar um modelo de gestão energética para os municípios.</p> <p>O Pacto dos Autarcas Europeus contra as alterações climáticas<sup>66</sup> constitui uma oportunidade para os municípios aderirem a um programa internacional de referência no combate às alterações climáticas.</p>	<p>A conjuntura de escalada do preço do petróleo potencia os riscos económicos e sociais inerentes à excessiva dependência concelhia de fontes de energia com recurso aos combustíveis fósseis.</p> <p>O aumento expectável da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, vem potenciar a vulnerabilidade (população e bens materiais) aos riscos de seca e cheia.</p>	<p>Tendência crescente do consumo de energia eléctrica por consumidor e por habitante (sector doméstico).</p> <p>Tendência de crescimento do TI enquanto escolha modal preferencial, em detrimento do TC.</p> <p>Manutenção do vazio estratégico municipal em matéria de energia e alterações climáticas (mitigação e adaptação).</p>

<sup>66</sup> UE (2008) "Cidades a favor das energias sustentáveis liderando a luta contra as alterações climáticas: a Comissão Europeia lança o «Pacto de Autarcas»", Referência IP/08/103 [<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/08/103&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>].



Quadro 49 – Análise SWOT da situação tendencial

FCD	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças	Situação tendencial
			Mercados voluntários de carbono podem gerar oportunidades de exploração da capacidade de sequestro de carbono das áreas de gestão florestal.		

### 6.7.2 Oportunidades e riscos – questões críticas

Os objectivos estratégicos da Proposta de PDM de Vila Franca de Xira apresentam oportunidades e riscos potenciais em relação ao desenvolvimento sustentável do Concelho, em todos os FCD analisados, referindo-se de seguida aqueles que são mais críticos do ponto de vista da AAE.

Para o FCD *Estruturação e requalificação urbana*, os objectivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de uma maneira geral, para a potenciação de várias oportunidades:

- Contenção da dispersão urbana e conflitos de uso do solo, nomeadamente aqueles que resultam da proximidade entre áreas industriais e urbanas;
- Maior capilaridade e densidade da rede viária principal e secundária, contribuindo para o descongestionamento das vias mais sobrecarregadas e para o estabelecimento de novas alternativas de mobilidade interna (deslocações intra-concelhias);
- Estímulo à recuperação do edificado existente, principalmente devido à aposta na revitalização dos núcleos urbanos consolidados.

Já em relação a questões de salubridade urbana, nomeadamente ao nível da dotação de infraestruturas de tratamento de águas residuais, a Proposta de PDM apresenta uma resposta satisfatória às carências do Concelho nesta matéria no horizonte 2010-2015, mantendo-se a curto prazo riscos de afectação da qualidade das linhas de água de Vila Franca de Xira e da saúde pública das populações.

Para o FCD *Valorização ambiental e cultural*, os objectivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de uma maneira geral, para a potenciação de várias oportunidades:

- Reforço das áreas naturais, nomeadamente através da afectação de uma vasta área à EEU;
- Potencial de optimização das infra-estruturas básicas do município, nomeadamente devido à requalificação programada das AUGI e à própria estratégia de contenção da dispersão urbana, com efeitos potenciais positivos ao nível do saneamento básico e gestão de RSU;
- Reforço da identidade cultural do município, nomeadamente através da definição de medidas de protecção do património cultural.

Em contraposição, os objectivos estratégicos da Proposta de PDM contribuem para a manutenção de alguns riscos significativos de contaminação ambiental, nomeadamente:

- Aumento expectável do tráfego rodoviário devido ao aumento dos níveis de concentração populacional e à expansão de plataformas logísticas, com efeitos directos ao nível da poluição do ar e do ruído;
- Manutenção das práticas agrícolas intensivas, nomeadamente na Lezíria, contribuindo para a situação de contaminação progressiva dos solos e aquíferos.

Para o FCD *Ruralidade*, os objectivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de uma maneira geral, para a potenciação de várias oportunidades:

- Contenção da dispersão urbana em meio rural, devido essencialmente à contenção das AUGI e à estratégia de nucleação dos aglomerados rurais consolidados, com efeitos positivos ao nível da paisagem e identidade rurais;
- Diversificação de actividades económicas em espaços rurais, nomeadamente através da dinamização do turismo neste tipo de espaços, e aumento dos níveis de capilaridade viária, contribuindo melhorar as acessibilidades em meio rural.

Em contrapartida, a opção em alargar os perímetros urbanos no interior do Concelho, de modo a libertar a frente ribeirinha, pode acarretar um aumento geral da pressão urbanística em meio rural, tal como identificado na análise de compatibilidades e conflitos (capítulo 5).

O desenvolvimento de projectos turísticos nos Mouchões, tal como previsto na Proposta de PDM, pode configurar um risco de descaracterização paisagística deste ecossistema, se não for gerido de forma preventiva, complementarmente ao conjunto de medidas de protecção estabelecidas pelo PO-RNET, para estas áreas.

Para o FCD *Emprego e qualificação humana*, os objectivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de uma maneira geral, para a potenciação de várias oportunidades:

- Melhoria do acesso ao ensino e formação profissional, muito por força da implementação da Carta Educativa do Município;
- Desenvolvimento económico e da qualificação profissional baseada na I&D, particularmente através da criação de áreas multiusos como base impulsionadora para a fixação, entre outras, de actividades científicas e tecnológicas;
- Diversificação das actividades económicas, nomeadamente a potenciada pelos projectos de requalificação urbana previstos, pela aposta no turismo e pela criação de espaços de acolhimento empresarial e logístico (espaços multiusos), contribuindo também, de forma indirecta, para a criação de emprego relacionado com este tipo de actividades.

Não parece no entanto fazer parte das intenções estratégicas do PDM o desenvolvimento de programas de capacitação técnica profissional, em parcerias estabelecidas no concelho, ou que se pretendam estabelecer, e que possam estimular o interesse e a atractividade de quadros técnicos para o concelho.

Para o FCD *Ligação/interface com o Rio*, os objectivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de uma maneira geral, para a criação de uma oportunidade elementar:

- Potencial de libertação de corredores de ligação ao Rio e valorização da paisagem, decorrente da supressão da pressão urbanística em leito de cheia, da desafecção industrial de alguns espaços obsoletos, e do reforço da EEU na frente ribeirinha.

Em contrapartida, a manutenção de infraestruturas e a programação de espaços multiusos em áreas inundáveis, pode fazer subsistir a vulnerabilidade das populações e bens materiais ao risco de cheia.

Para o FCD *Energia e alterações climáticas*, os objectivos estratégicos da Proposta de PDM contribuem, de forma indirecta e marginal, para a redução potencial do aumento das emissões de GEE concelhias, nomeadamente as associadas à limitação da expansão industrial e à optimização do sistema de transportes, não sendo, no entanto, totalmente claro o impacte que a expansão do sector logístico poderá trazer a esta matéria.

O facto da Proposta de PDM ser omissa em relação a uma estratégia municipal para a energia e para as alterações climáticas, torna impossível avaliar as oportunidades associadas à gestão da eficiência energética e aproveitamento do potencial de fontes de energia renovável, contribuindo para acentuar a tendência actual de aumento do consumo energético e da dependência de combustíveis fósseis no Concelho.

### **6.7.3 Directrizes para seguimento**

As directrizes que a seguir se apresentam (quadro 50) resultam da agregação das directrizes definidas para cada FCD.

Quadro 50 – Directrizes para seguimento - síntese

**Planeamento e gestão**

- Identificar e planear as medidas de gestão necessárias para minimizar as carências de tratamento de efluentes a curto prazo
- Adoptar medidas conducentes á resolução do problema de salubridade, e contaminação, em zonas de ocupação dispersa
- Fazer depender o licenciamento de projectos industriais da construção de um sistema de drenagem e tratamento de efluentes autónomo e/ou compatível com a rede pública
- Fazer depender o licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e tratamento de efluentes, e do sistema de recolha e tratamento de RSU, para acolher na totalidade as necessidades associadas a novas construções
- Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas actividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental
- Dinamizar e promover a utilização do transporte ferroviário enquanto alternativa ao transporte individual, nomeadamente para deslocações dentro da sub-região da Grande Lisboa
- Assegurar que as necessidades de transporte ferroviário de passageiros são satisfeitas atendendo a prioridades de transportes energeticamente sustentáveis.
- Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho, considerando, por exemplo, a introdução de taxas de circulação a veículos pesados nas rodovias mais críticas do ponto de vista da qualidade do ar e do ruído
- Desenvolver e implementar uma Carta de Conforto Higrotérmico orientada para identificar as zonas urbanas mais vulneráveis e as zonas mais propícias à expansão urbana em termos de conforto humano e saúde
- Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas nos Mouchões, de modo a assegurar a integridade biofísica e paisagística do ecossistema, e a evitar qualquer vulnerabilidade ao risco de cheias
- Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a descontaminação gradual das linhas de água do Concelho, em colaboração eventual com os municípios que partilham essas mesmas linhas de água
- Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as actividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e águas subterrâneas
- Articular os mapas de ruído de Vila Franca de Xira com os mapas de ruído dos concelhos vizinhos, e adoptar medidas de redução dos níveis de ruído onde eles estão em excesso
- Estabelecer critérios de segurança para a implantação de novas actividades nas zonas industriais a reconverter, sempre que estas actividades ocorram na envolvente de estabelecimentos abrangidos pelo DL nº254/2007, de 12 de Julho, respeitante à prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas
- Estabelecer critérios de expansão e regulação para a indústria extractiva, incluindo dentro das Áreas Cativas e de Reserva para a exploração de recursos geológicos, sempre que haja valores naturais e culturais relevantes
- Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e actividades culturais que constituem uma marca do Concelho
- Assegurar que a maior pressão urbanística sobre o meio rural só sucede por esgotamento de outras ofertas existentes ou potenciais no espaço urbano
- Incentivar o desenvolvimento de actividades típicas do meio rural, apostando na afirmação de um leque de especializações rurais diferenciadoras
- Criar uma marca diferenciadora dos produtos do meio rural de Vila Franca de Xira, incluindo produtos turísticos
- Assegurar o acompanhamento e a realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental das intervenções turísticas na área do Mouchões, tendo em conta os requisitos legais relativamente à intervenção em áreas ao abrigo da Directiva Habitats
- Adequar a dinamização de cursos de formação profissional à tipologia de actividades económicas emergentes no Concelho
- Desenvolver campanhas de sensibilização e criar incentivos que contrariem os níveis de abandono escolar e elevem o nível médio de qualificação escolar
- Desenvolver e implementar uma estratégia de realocização a longo prazo das áreas urbanizadas situadas em zonas de inundação
- Sujeitar os projectos de ocupação dos espaços multiusos a estudos de vulnerabilidade e gestão do risco de cheias, sempre que estes espaços estejam localizados em zonas de inundação, nomeadamente os projectos

Quadro 50 – Directrizes para seguimento - síntese

que envolvam a circulação de pessoas e bens materiais

Fazer acompanhar os projectos de regularização de rios e ribeiras de estudos de impacte ambiental

Evitar a programação de infra-estruturas em leito de cheia que possam ser susceptíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afectação em caso de inundação

Assegurar que o aumento expectável do tráfego fluvial de mercadorias não põe em causa a utilização do Rio para efeitos de recreio e lazer, tanto ao nível da navegabilidade como ao nível da qualidade da água

Promover a dinamização de actividades ligadas ao rio e a criação de âncoras de estadia para recreio e lazer (comércio, serviços, mobiliário urbano, espaços de utilização colectiva, etc.) ao longo da frente ribeirinha

Promover a regularização de cheias num quadro de alterações climáticas

Assegurar a dinamização crescente de corredores de acesso ao Rio, nomeadamente tendo em conta os condicionamentos ou oportunidades físicas geradas pela construção das plataformas logísticas previstas

Implementar um sistema de iluminação pública mais eficiente do ponto de vista energético

Definir níveis mínimos de certificação energética e ar interior no licenciamento urbanístico de edifícios e equipamentos públicos, empreendimentos turísticos, e outras edificações de carácter estruturante

Estabelecer normas que promovam a eficiência energética dos edifícios residenciais e de serviços, nomeadamente no que se refere ao estímulo à utilização de fontes de energia solar para aquecimento de águas

Desenvolver e implementar uma estratégia de actuação municipal de combate às alterações climáticas

Analisar o potencial de aproveitamento de recursos endógenos de energia renovável, nomeadamente os de origem eólica, solar, hídrica e florestal

Desenvolver e implementar um mecanismo que assegure a protecção do coberto vegetal em espaços naturais não classificados, de modo a consolidar e reforçar a capacidade de sequestro de carbono do Concelho

**Monitorização**

Proceder a uma monitorização rigorosa do faseamento da ampliação da rede de drenagem e tratamento de efluentes até 2015, através do estabelecimento de um cronograma de execução e da responsabilização da SIMTEJO pelos atrasos que se venham a verificar

Monitorar a evolução de cobertura prevista e as necessidades de expansão futura em função do crescimento do concelho

Desenvolver e implementar um sistema de monitorização colectiva dos focos de poluição de efluentes industriais e domésticos, designadamente os que estejam associados a ocupação dispersa e exteriores aos sistemas formais de saneamento

Monitorizar a compatibilidade da localização de novas áreas urbanas, incluindo a reconversão de espaços industriais obsoletos, com os estabelecimentos existentes abrangidos pelo DL 254/2007, de 12 de Julho, relativo à prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas

Desenvolver e implementar um sistema de monitorização e alerta da qualidade do ar e ruído nas zonas urbanas mais sensíveis

Desenvolver e implementar um sistema de monitorização e alerta da qualidade das águas superficiais e subterrâneas

Monitorizar a eficácia das medidas agro-ambientais em curso, nomeadamente na Lezíria, ao nível da contaminação do solo e águas subterrâneas

Monitorizar o aumento do tráfego rodoviário decorrente da expansão do sector logístico, e seus efeitos ao nível do ruído e qualidade do ar

Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização da pressão urbanística em solo rural, de modo a gerir as expectativas de edificação nestas zonas e antecipar focos eventuais de dispersão urbana ilegal

Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização de recuperação da dispersão urbana ilegal

Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização de incentivo e desenvolvimento da identidade rural do concelho

Desenvolver um sistema de monitorização da evolução do controlo da ocupação dispersa no território do concelho

Quadro 50 – Diretrizes para seguimento - síntese

Desenvolver e implementar um sistema de alerta e de aviso de cheias, no Rio Tejo e afluentes, em articulação com os municípios confinantes sujeitos ao mesmo tipo de risco

Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético e emissões de CO<sub>2</sub>e por tipo de sector consumidor/emissor (transportes, RSU, indústria, sector doméstico)

### 6.7.4 Quadro de governança para a acção

De seguida apresenta-se a síntese do quadro de governança para o PDM de Vila Franca de Xira, destinado a dar conta das condições institucionais e de responsabilidade para um melhor desempenho do PDM em relação às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Quadro 51 – Quadro de governança para a acção - síntese

Entidades	Condições de desempenho
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	<p>Manter o diálogo institucional com as várias escalas de planeamento supra-municipal no âmbito das orientações municipais para os vários sectores de actuação (FCD) - Câmaras Municipais confinantes, CCDR-LVT, DGOTDU, etc.</p> <p>Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo</p> <p>Controlar os défices infraestruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico</p> <p>Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento da rede viária municipal, tendo em conta critérios de mobilidade e proximidade funcional</p> <p>Estabelecer orientações e metas municipais de protecção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização (em colaboração com a CCDR, ARH, APA, DGOTDU, etc.)</p> <p>Fomentar e apoiar as actividades culturais, nomeadamente aquelas que contribuem para o reforço das identidades locais</p> <p>Fomentar e apoiar as actividades que potenciem os valores naturais, económicos e culturais em espaço rural</p> <p>Manter actualizada a relação entre as necessidades de qualificação e a integração sócio-profissional das comunidades locais</p> <p>Promover a diversificação de actividades económicas, de modo a alargar o leque de sectores económicos estruturais</p> <p>Estabelecer um sistema de alerta contra cheias e controlar a expansão urbana e infraestrutural em zonas de inundação, em colaboração com o sistema de Protecção Civil</p> <p>Desenvolver estimativas de emissões de gases com efeito de estufa (CO<sub>2</sub>e) para o município a partir dos dados de referência disponibilizados pelas entidades competentes (APA, DGEG, etc.)</p> <p>Monitorizar o consumo de energia e o potencial da produção de energia renovável no Concelho (em colaboração com a CCDR-LVT, DGEG, APREN, DGOTDU, etc.)</p> <p>Fomentar o uso racional e eficiente da energia e o recurso a fontes de energia renovável</p> <p>Monitorizar a evolução dos riscos naturais decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos e controlar a expansão urbana em função dos índices de vulnerabilidade municipal</p>
CCDR-LVT	Manter actualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação

	<p>Incentivar a aplicação de modelos de ordenamento específicos para a relação urbano-rural na Região</p> <p>Desenvolver e manter actualizadas as estimativas regionais de emissões de gases com efeito de estufa (CO<sub>2</sub>e) e o potencial de aproveitamento regional de fontes de energia renovável</p>
DGOTDU	<p>Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento urbano e rural do território nacional, tendo em conta as especificidades territoriais regionais e sub-regionais</p> <p>Produzir indicadores de <i>benchmarking</i> e monitorização diferenciados para solo rural e solo urbano</p>
SIMTEJO	<p>Resolver de modo célere todas as infra-estruturas que asseguram a entrada em pleno funcionamento das ETAR do concelho, em particular as que podem dar resposta significativa a curto prazo</p> <p>Manter actualizadas as perspectivas de cobertura do sistema de recolha e tratamento de efluentes, incluindo os cronogramas de execução e viabilidade financeira das expansões previstas a curto, médio e longo prazo</p>
REFER	<p>Adequar a gestão infraestrutural da rede ferroviária às tipologias de procura existentes, mantendo actualizadas as perspectivas de construção e modernização da ferrovia</p>
APA	<p>Manter actualizados os diagnósticos e as respectivas metas e objectivos ambientais a diferentes prazos e escalas de planeamento</p> <p>Manter actualizadas e disponíveis as metas de emissões de gases com efeito de estufa (CO<sub>2</sub>e) no horizonte de 2020, bem como os resultados da monitorização das medidas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas</p>
Ministério da Economia e Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	<p>Rever a definição da Reserva de Margas e Calcários Margosos à exploração de recursos geológicos (pedreiras) em Vila Franca de Xira, à luz de critérios de sustentabilidade e integridade biofísica das áreas afectas a esta classificação</p>
ONGAs	<p>Colaborar com o município para a definição de estratégias de prevenção e mitigação de impactes ambientais</p> <p>Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria ambiental</p> <p>Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA</p>
IGESPAR	<p>Manter actualizada a informação disponibilizada para a elaboração do PDM</p>
IEFP	<p>Manter actualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional a diferentes escalas de planeamento</p>
ARH	<p>Garantir, através dos instrumentos de intervenção previstos na Lei da Água a definição de orientações estratégicas e implementação de medidas para protecção e valorização de recursos hídricos, assim como para a protecção de pessoas e bens contra as cheias</p> <p>Assegurar que é dada prioridade à utilização de estruturas permeáveis no desenvolvimento da Plataforma Lisboa Norte para mitigar o desequilíbrio que a consequente impermeabilização poderá determinar na envolvente</p>
INAG	<p>Manter actualizado o sistema de monitorização e informação sobre os recursos hídricos a diferentes escalas de planeamento</p>
ANPC	<p>Manter actualizadas as informações sobre o risco de cheia e planos de emergência respectivos</p> <p>Manter actualizadas as orientações estratégicas para o Ordenamento do Território (a diferentes escalas) no âmbito da prevenção e adaptação a situações de emergência decorrentes da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos</p>
DGEG	<p>Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento da produção com origem em fontes de energia renováveis e das respectivas metas e objectivos a diferentes prazos e escalas de planeamento</p>
APL, S.A.	<p>Contribuir para a sustentabilidade das estratégias municipais com vista à valorização dos recursos ribeirinhos, particularmente sempre que essas estratégias envolvam áreas sob a sua jurisdição</p>

	Contribuir, sempre que possível, para a abertura de novos corredores de acesso ao Rio de modo a permitir a fruição dos municípios nas margens ribeirinhas
População em geral	Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e de AIA  Integrar movimentos e associações de promoção da identidade cultural e protecção social  Adoptar práticas quotidianas de prevenção aos riscos naturais e valorização ambiental e energética

## 7. Conclusões

O PDM de Vila Franca de Xira apresenta diversas oportunidades em domínios estratégicos do seu desenvolvimento, como sejam a contenção da dispersão urbana e o estímulo ao investimento qualificado turístico e industrial, mas por outro lado alguns riscos que se prendem sobretudo com a salubridade do concelho no curto prazo, as questões de gestão e eficiência energética e a vulnerabilidade à inundação.

A desocupação de leitos de cheia é hoje fortemente incentivada pelas políticas nacionais e internacionais, designadamente face às crescentes ameaças determinadas pelas alterações climáticas. Embora possa parecer irrealista, o facto é que a devolução de espaço ao escoamento hídrico natural corresponde a uma mudança de paradigma de ocupação territorial necessária a prazo, à semelhança do que já está a suceder noutros países da Europa.

De igual modo existe hoje uma pressão internacional no capítulo do consumo e eficiência energético que obriga a novas atitudes e políticas de planeamento, gestão e monitorização. A ausência de uma política explícita relativamente à gestão e à eficiência energética no município, bem como ao controlo das suas emissões de CO<sub>2</sub>e pode vir a colocar o município a breve prazo numa situação de incapacidade de resposta a questões que são hoje da maior urgência a nível nacional e regional. Trata-se de questões que, pela sua natureza, necessitam de algum tempo para serem implementadas, que envolvem diferentes agentes e medidas, e que se recomenda não sejam adiadas até à revisão deste novo PDM.

Registe-se outros aspectos que prevalecem como riscos potenciais. Por um lado a eventual degradação do espaço rural que, embora mais protegido face ao avanço da mancha urbana, sofre ainda a ameaça, por exemplo, de eventuais explorações de matérias minerais na Reserva de Margas e Calcários Margosos, que podem colocar em risco todo o seu equilíbrio e potencial de utilização. Sublinhe-se no entanto que esta é uma área onde o município se encontra particularmente frágil uma vez que não lhe cabe a decisão sobre essa matéria. Por outro lado não são muito evidentes e claras as políticas

municipais de recuperação e revitalização do espaço rural, e das respectivas actividades. Com particular atenção para a necessidade de aumentar os esforços de controlo da contaminação difusa gerada pelas actividades agrícolas da Lezíria, que são uma das fontes de poluição importantes no Concelho.

Também o problema da insuficiente cobertura por tratamento de águas residuais coloca problemas de salubridade pelo menos nos próximos anos, situação que igualmente importa controlar com muita brevidade. Apesar das melhorias que têm vindo a ser introduzidas, a curto prazo a situação continuará a constituir uma agressividade ambiental, permanecendo ainda sem perspectiva de melhoria as situações de edificação dispersa.

No que respeita às oportunidades, saliente-se o controlo das AUGI que são um notável avanço do município no sentido da qualificação dos espaços urbanos e de contenção da expansão sobre o solo rural, associados às medidas de revitalização urbana, melhoria da paisagem urbana e do património cultural, bem como o reforço da estrutura verde com a redução dos conflitos territoriais de vizinhança. Os riscos que estão associados a estas estratégias referem-se à ainda assim ocupação de espaço rural e à pressão potencial sobre estas áreas. Teria sido mais favorável a proposta de PDM apresentar já uma política preferencial de densificação e consolidação da ocupação de áreas urbanas existentes, e apenas uma vez estas esgotadas então considerar a necessidade de alargar a mancha urbana.

Um outro aspecto estratégico de grande oportunidade é o desenvolvimento turístico preconizado que constitui, desde que controlado com grande rigor, uma mais-valia para a consolidação da imagem de atractividade do concelho e para a promoção de valores naturais e culturais concelhios como sejam os elementos patrimoniais, o rio e as suas múltiplas potencialidades, incluindo os espaços de extraordinária sensibilidade ambiental constituídos pelos Mouchões. Ao turismo aliás poderá vir a colocar-se um conflito importante e não desprezável determinado pela localização futura da plataforma logística de Lisboa Norte, e mesmo pelo eventual desenvolvimento industrial. Aliás o controlo das áreas industriais obsoletas ganha, neste contexto, uma importância redobrada, podendo mesmo representar, se bem conduzido, a criação de novas áreas com interesse turístico, deste modo protagonizando um processo de desenvolvimento tendente à sustentabilidade.